

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

FRANCISCO JULIÃO
(depoimento)

entrevistador: Aspásia Camargo

levantamento bibliográfico e roteiro: Aspásia Camargo

conferência da transcrição e sumário: Nara A. de Brito

texto: Maria Tereza Lopes Teixeira

técnico de som: Clodomir Oliveira Gomes

duração: 6h50m

local: Yxcatepec (Morelos), México

data: dezembro de 1977

fitas cassete: 7 (sete)

páginas datilografadas: 173

SUMÁRIO

1ª Entrevista: vida profissional; origem familiar; o trabalho no campo; a profissionalização e o Direito; o início das causas jurídicas no campo; o trabalho de Antônio Cícero de Paula; os foreiros e a origem do cambão; a estratégia utilizada nas ações judiciais; a organização dos camponeses; deputado estadual pelo PSB; formação política; participação no PR; Barbosa Lima Sobrinho; os fornecedores de cana; os usineiros e o governo de Agamenon Magalhães; atuação política de Agamenon; ruptura com o PR; formação das primeiras Ligas Camponesas; a Liga de Vitória; a expansão das Ligas; Congresso de Salvação do Nordeste; apoio a Cid Sampaio; desapropriação de Galiléia; rompimento com Cid Sampaio; participação de Clodomir de Moraes nas Ligas; liderança nas Ligas; relacionamento entre a Igreja e as Ligas; atuação política do padre Melo; a liderança intermediária nas Ligas; a Liga de Sapê; organizando as Ligas no Sertão; a marcha a Juazeiro; as Ligas e os ativistas não-camponeses; infiltrações e divergências no movimento; deputado federal em 1962; guerrilha; os padres na liderança do movimento; relacionamento entre as Ligas e o PC; o Congresso de Belo Horizonte; a ULTAB e as Ligas; as Ligas e a organização dos sindicatos; as Ligas no Congresso de Belo Horizonte; importância do Congresso de Blo Horizonte; encontro com João Goulart; participação na Frente Parlamentar Nacionalista.....

1 a 131

2ª Entrevista: ligações com a Frente Parlamentar Nacionalista; encontro com João Goulart; divergências com Jango; oposição ao presidencialismo; crítica à proposta de reforma agrária de João Goulart; trabalho desenvolvido por Miguel Arrais e Leonel Brizola; posição política do padre Melo; relações com a Igreja e o PC; conflitos nas Ligas, sindicatos e Igreja; Gregório Bezerra; atuação do PC em Pernambuco; influência da Revolução Cubana sobre a popularidade do movimento; religiosidade e marxismo; os objetivos das Ligas; a greve de 1963 em Pernambuco; o conflito de Barreiros; prisão e asilo político; desentendimentos com Jânio Quadros; crise do governo Goulart; invasões de terras; relacionamento com Miguel Arrais.....

131 a 173

SUMÁRIO
(complemento)

A entrevista, realizada em dezembro de 1977, contém uma fita complementar, gravada em apenas um lado e disponível para consulta somente na forma de escuta. O conteúdo dessa fita é resumido a seguir:

FITA 8-A: Retorno, com Jânio, de viagem à Cuba; apoio de Rockefeller recebido por Jânio em Caracas; interferência de Brizola nos desentendimentos entre Jânio e Julião; renúncia de Jânio; o comício das reformas nos últimos dias do governo João Goulart; avaliação dos movimentos finais do governo Jango; relação Jango-Arrais; Justino Alves; perfil de Arrais ; ambivalência de Jango; afastamento de Julião em relação a Arrais; atuação de Julião contra as invasões de terra no Nordeste; relação com Arrais.

A.C. — Dr. Julião, eu queria iniciar a nossa conversa por um período de sua vida que acho extremamente rico e importante, que é aquele em que o senhor, quando sai da universidade, inicia a sua experiência profissional e começa a atuar como advogado dos camponeses da região próxima a Recife. Eu gostaria que nos transmitisse o que foi a sua experiência com esses camponeses, como se desenvolviam as causas que o senhor defendia, que destino, que encaminhamento em geral tomavam, e qual foi o seu papel no sentido de apoiá-los juridicamente.

F.J. — Muito bem. É uma história um pouco larga e vou tentar sintetizá-la. Quando decidi estudar leis, estudar direito, evidentemente eu não estava ainda motivado por essa idéia de defender os camponeses, de ser um advogado de camponeses. Eu estudei direito porque não podia estudar medicina. A minha vocação era a medicina. E eu queria ser um cirurgião, viver em um hospital, fazer operações. A mim, isso me parecia muito interessante. No entanto, para se estudar medicina era necessário frequentar aulas práticas de anatomia, de laboratório. Estudando direito, eu iria somente fazer as provas e, naturalmente, frequentaria um ou outro professor que me parecesse mais interessante.

Querendo ser independente, adquiri com um colega um pequeno colégio e comecei a dar classes. O resultado é que acabei estudando direito e, na faculdade, comecei a sentir o problema das idéias, a ter uma participação discreta. Sempre fui um aluno assim, muito discreto, e passei quase que como uma sombra pela universidade. Mas as idéias começaram, naturalmente, a influir no meu pensamento.

Além do mais, é preciso buscar as raízes. Vim do

campo, nasci em engenho de açúcar e tinha, naturalmente, como amigos de infância os filhos dos trabalhadores e dos camponeses. Eu observava a distância que nos separava: enquanto eu ia para a escola e depois para a universidade, eles iam para o trabalho com a sua enxada, e isso me parecia uma injustiça. De certo modo, eu sentia aquela vergonha de que fala José Lins do Rego em um dos seus livros, quando confessa que passava perto dos moradores com seu avô, e eles então tiravam o chapéu. Ele diz que sentia certa vergonha, pois achava que ele é quem deveria tirar o chapéu, já que sabia que se tinha tido oportunidade de estudar é porque havia gente que dava o trabalho para o engenho do seu avô. Isso, mais ou menos, foi o que se passou comigo.

A.C. — Seu pai também o influenciou nesse particular porque era um homem muito aberto, não?

F.J. — Sim, muito. Meu pai era uma figura interessante. Era um homem quase analfabeto, mas um tanto romântico, com uma índole muito boa, e que tinha pena dos moradores. No inverno, por exemplo, ele sempre se preocupava com o estado da casa de fulano: "Será que está gotejando sobre aquela família numerosa?" Ele se preocupava um pouco com esses problemas. Naturalmente, isso influiu na minha formação. Como eu dizia, o bom modelador vai modelando o barro, e éramos um barro muito suave quando meninos. O velho teve realmente bastante influência. Ele não era, vamos dizer assim, um proprietário rígido; era bastante acessível.

Se eu fosse buscar as raízes dessa conduta, buscava-as no avô. O avô foi um homem que, quando veio a libertação dos escravos, todos os escravos que possuía quiseram ficar com ele e continuar escravos. Era um tipo, por conseguinte, de boa índole, uma figura romântica. E creio que estou,

decerto, mais ligado ao avô do que ao pai. Meu pai me contava muitas coisas interessantes de meu avô, que se chamava Francisco de Paula, e eu me sentia muito vinculado a ele.

A.C. — O seu avô materno era muito diferente?

F.J. — O avô materno era outra coisa. Apesar de ser um homem formado — era um advogado muito conhecido, político de grande importância, dono de muitas terras —, esse tinha a índole de um grande terratenente, de um senhor feudal. Já o meu avô paterno, não.

A.C. — Como era o nome de seu avô materno?

F.J. — O meu avô paterno chamava-se Francisco Gomes de Paula, e o meu avô materno chamava-se Manuel Tertuliano de Arruda. Era advogado e político.

Bem, as idéias na faculdade de direito influíram muito para que eu começasse a pensar na possibilidade de defender os camponeses. Eu via que constituíam a maior parte da população do estado de Pernambuco e dizia comigo: "Por que não vamos defender os camponeses, se eles não têm advogado?" Eu considerava que, sem a participação dos camponeses, não se podia pensar em uma transformação da sociedade brasileira. Diante das idéias já revolucionárias, das idéias progressistas que tínhamos dentro da universidade, os colegas estavam bem divididos: havia gente que estava de um lado e gente que estava do outro. Eu seguia lendo, observando, e dizia comigo: "Já que não pude fazer cirurgia em um hospital, vou tentar fazer uma cirurgia nesta sociedade que está enferma, e ver se é possível rasgar esse tumor, que é o camponês pobre, sem terra, abandonado, sem justiça, sem nada".

Em resumidas palavras, antes de deixar a universidade, convidei alguns dos colegas para organizarmos e montarmos

um escritório de advocacia para defender os camponeses. Eles acharam que isso era uma loucura e me perguntavam como eu ia agarrar uma causa dessas. O camponês não tinha dinheiro para pagar a gente, nem sequer podia dar voto, porque a maioria dos camponeses era de analfabetos. Eu dizia: "Bom, mas nós temos o nosso ideal, somos pessoas que querem uma outra sociedade, uma outra forma de vida, melhorar a situação desses camponeses. Então, creio que a gente deve ir com esse ideal". O resultado é que ninguém aceitou a proposta.

Eu fui só. Tomei o meu *Código civil* e fui para o campo. Eu partia da idéia de que era preciso criar ^{uma consciência} entre os camponeses a consciência de seus direitos. ^E Verifiquei que havia um verdadeiro choque entre o *Código civil*, que a gente acabara de estudar na universidade, e uma espécie de código de lei consuetudinária que existia no campo. O *Código civil* defendia a propriedade privada, mas defendia também o direito de salário e outras coisas. O *Código* falava, por exemplo, no direito do camponês que alugava uma terra, durante 30 ou 40 anos, à casa que construía, à cerca, ao poço, às árvores ^{ru-}taís que ^{ele} plantava. Não se pagava indenização de nada disso, e o *Código* mandava pagar.

Eu notava esse choque, essa contradição entre a lei codificada, o direito positivo, e a lei que realmente se aplicava no campo. Isso foi o que me convenceu a ir ao campo com o *Código civil*. Muita gente achava que era uma estupidez ^{por} porque, no ano em que deixamos a universidade com todas aquelas idéias avançadas, o *Código civil* já era considerado ^{historicamente} superado. O *Código civil* nascera em 1917, como também em 1917 havia nascido a Revolução Russa, e consideravam que ele não tinha mais sentido historicamente. Mas não era verdade.

Na América Latina, o campo ainda estava completamente, ou em grande parte, dominado por esse direito consuetudinário, por resquícios feudais da Península, e a gente podia descobrir isso facilmente, observando como eram os camponeses tratados e os trabalhadores contratados para prestarem os seus serviços. Eu achava que a gente devia fazer uma espécie de revolução burguesa ou Revolução Francesa, democrática, no campo. E nenhum instrumento era mais adequado do que o Código civil. Ao invés de levar ao campo ^{digamos,} o capital, de Marx, levei o Código civil, porque me pareceu que era o instrumento mais adequado para essa fase da luta, da organização, da tomada de consciência das massas camponesas.

Bem, no Nordeste, na zona canavieira, verifiquei que havia muito senhor de engenho que alugava terra. Uma parte das terras ele destinava aos que deviam trabalhá-la todos os dias. Esse tipo de trabalhador era assalariado, o eiteiro, como chamavam. O eiteiro todo dia ia com a sua enxada e dava o seu dia de trabalho. Recebia um pago em dinheiro ou um salário que realmente não correspondia ao salário real. Havia também o morador que alugava a terra. Ele pagava uma importância anual em dinheiro e tinha ainda a obrigação de dar certos dias de trabalho ao senhor da terra. Esses dias de trabalho eram destinados a limpar a cana ou eram empregados na colheita ou ainda na época do plantio da cana, quando eram muito necessários. Não eram muitos dias. Isso variava de acordo com o senhor. Havia proprietários que exigiam, digamos, oito, ou dez, ou 15 ou 20 dias. Variava. Quando era um proprietário mais humano, naturalmente ele exigia menos dias de trabalho por ano.

Havia uma coisa curiosa: esses dias de trabalho que o morador dava ao patrão eram precisamente os dias de trabalho de que ele necessitava para empregar em seu próprio proveito.

Também era época de plantio em suas terras, e ele precisava plantar para poder viver e pagar o seu foro, o aluguel do terreno, do sítio. Por isso, esses moradores, esses foreiros — evidentemente, a palavra foreiro não está aplicada aqui no sentido técnico, jurídico, pois sabemos que o foro é outra coisa —, mas esses foreiros...

A.C. — O que é o foro?

F.J. — O foro vem da enfiteuse. Aqui, o foro está tomado como renda mas, em verdade, não se aplica à renda anual ou semestral. Em geral o foro era anual, sendo sempre pago no dia oito de dezembro, dia de Nossa Senhora da Conceição. Nesse dia, no Nordeste, todos os moradores comparecem para pagar ao senhor a renda anual. Isso é uma praxe, um princípio, uma regra, uma convenção.

Creio que não detalhei bem a idéia de foro. Vou dar um exemplo. As terras pertencentes à nação e que o governo dá enfiteuse a uma determinada pessoa — os terrenos da Marinha, por exemplo —, neste caso se paga um foro. A expressão foro, nesse caso, está aplicada de forma correta. Mas a terra que se arrenda a um proprietário privado, o aluguel, a renda que se paga dela, em geral, se chama foro. Por isso é que chamamos foreiros.

Então, verifiquei que esses moradores tinham muito ódio desses dias de trabalho. Eram poucos, mas eles odiavam mais esses dias de trabalho do que, por exemplo, o aumento do foro. Todo ano o proprietário aumentava o foro, de forma arbitrária, a seu critério. O morador já sabia que ia ter um largo debate com o proprietário sobre o aumento do foro. Mas eles tinham mais ódio desse dia de trabalho, que eles chamavam de cambão.

A palavra cambão, no Nordeste, é aplicada precisamente ao dia de trabalho que o foreiro dá ao senhor da terra sem receber nada em troca: nem dinheiro, nem comida, nem coisa alguma. O foreiro odiava sair com a enxada de manhã e regressar à noite, sem nada para a família. Ademais, ele tinha o *status* distinto do assalariado, do eiteiro. O eiteiro era sempre uma categoria social muito mais humilde. E o foreiro, como arrendava três, quatro ou cinco e até mais quadros de terra — o quadro de terra é pouco mais do que um hectare —, e aí plantava, ele tinha alguns bens, às vezes uma vaca, um cavalo e certas economias. Então ele se considerava um homem que tinha uma situação social e econômica melhor do que o eiteiro.

Em geral, o proprietário dava ao eiteiro apenas um pedacinho de terra, um hectare ou meio hectare, para que pudesse plantar alguma roça. Mas esse tinha que trabalhar durante toda a semana e, às vezes, até no domingo. Na época de safra, quando o engenho tinha que moer a cana, ele trabalhava até no domingo. Mas o outro, não. Então, para o foreiro esse dia de trabalho que tinha que dar ao patrão era humilhante. Em geral, ele mandava ou pagava a outra pessoa para que desse esse dia de trabalho em seu lugar. É claro que essa pessoa cobrava mais dele do que do proprietário, que tinha muito mais força para impor o salário. Outras vezes, o proprietário queria que o próprio foreiro viesse, ou que mandasse um filho. Às vezes, esse conflito surgia porque o proprietário já estava visando as suas terras, já queria transformar essa terra de aluguel em uma terra de eiteiro, porque lhe rendia mais e era mais importante para ele ter o eiteiro do que o rendeiro, o foreiro. Enfim, descobri a existência do cambão.

que havia entre o proprietário e o foreiro, não?

F.J. — O foreiro, em geral, só comparecia à presença do proprietário para pagar o foro ou para dar os dias de cambão.

No mais, mantinha com ele um outro tipo de relação. Ia à feira e dispunha de uma certa liberdade para mover-se e fazer dinheiro. Assim, se respeitava mais. Esse homem odiava o foro. E eu parti daí.

Com o *Código* na mão, fui buscando os foreiros. Eu dizia: "Por que é que você dá esse dia de trabalho de graça ao proprietário, quando a lei proíbe?" O camponês é muito legalista. Ele sempre se preocupa em constatar e verificar se está de acordo com a lei. É claro que não é a sua lei, mas é a lei. De certo modo, ele se condiciona a essa legislação, que não foi feita para ele, senão contra ele.

Partindo dessa legalidade, eu dizia: "Você diz que está de acordo com a lei, mas a lei aqui proíbe: não se pode dar um dia de trabalho se não se recebe uma contraprestação ou se não se recebe uma ^{salário} importância em dinheiro que corresponda a esse dia de trabalho. Aqui está o *Código civil*, que diz isso. E aqui está o *Código civil*, que pune. Se você dá um dia de trabalho a uma pessoa e essa pessoa não lhe paga, ela fica sujeita a uma punição, e você também. O trabalho escravo desapareceu desde 1888". Eu tinha que explicar toda essa coisa para ele entender que isso era um trabalho escravo. Muitos se espantavam e eu confirmava: "Está aqui, está na lei. E eu venho, por conseguinte, dizer a você que você não mais deve dar cambão. A lei o protege e eu estou aqui para defendê-lo. Serei seu advogado, caso o proprietário queira exigir que você dê esse trabalho. Vou à Justiça defendê-lo".

Bem, a princípio, era muito difícil. Mas, pouco a pouco, como fui muito insistente, pertinaz, paciente... Não

foi um trabalho de uma semana, nem de um mês e nem de seis meses. Foi um trabalho de muitos anos. Basta dizer que comecei essa coisa em 1940. Eu saí da faculdade em dezembro de 39 e, em 40, comecei a visitar os camponeses. Era como uma andorinha buscando fazer verão. Eu ia pelo campo, por toda parte, buscando.

A.C. — Mas, além dessa defesa dos camponeses, o senhor tinha uma atividade jurídica normal, não?

F.J. — Sim, normal. Eu tinha um escritório de advocacia em Recife e, naturalmente, exercia a minha profissão como um advogado comum e corrente. No entanto, eu já tinha essa meta, isso já estava na cabeça.

A.C. — Acho que, em algum momento da entrevista ao prof. Willkie o senhor mencionou uma expressão que achei muito interessante. O senhor disse que se interessava pela clínica geral da advocacia. Achei muito interessante, porque dá idéia da amplitude de seus interesses na área jurídica.

F.J. — Exatamente. É preciso notar o seguinte: eu não tinha realmente muito entusiasmo pela minha profissão, e foi esse objetivo que me animou realmente a ser um profissional. Em verdade, eu necessitava, *incluso* para sobreviver, de fazer clínica geral. Eu não podia me especializar, digamos, em direito de família, ou direito fiscal, ou legislação trabalhista. Onde aparecesse um conflito, eu tinha que estudar. Por isso, eu fazia a chamada clínica geral. Por conseguinte, eu tinha uma visão mais horizontal do que vertical de minha profissão, não procurava me especializar. É verdade que tratei de estudar um pouco mais o direito de família, sobretudo os problemas de investigação de paternidade e de desquite, que me interessaram muito. Aí também eu queria fazer justiça:

queria que todo filho ilegítimo fosse reconhecido pelo seu pai. Isso deu muitos conflitos.

Às vezes, eu tinha que defender um filho de um senhor poderoso, e era um problema fazer a investigação de paternidade. Chegou o momento em que me tornei bastante conhecido como defensor de mulheres em matéria de desquite. Em geral, era fácil despojar a mulher. Um senhor queria se desquitar, e a primeira preocupação dele era a de que a mulher não ficasse com metade dos bens, com a parte a que ela tinha direito, de acordo com o *Código civil*. Então ele emitia, por exemplo, umas promissórias, fazia uma dívida fictícia, com um amigo de confiança. Os bens passavam a esse amigo de confiança. Ele fazia o desquite e, depois, esses bens regressavam para o seu domínio. Eu sabia de todas essas coisas, e começava a tratar disso. Assim, cheguei a ganhar algum dinheiro. Dava para sobreviver com desquite, investigação de paternidade e outras causas. Por isso é que digo que, realmente, tratei de fazer clínica geral.

Com o passar do tempo, fui verificando que o camponês sempre perdia a questão. A legislação que existia, por conseguinte, era uma legislação de classe, não era uma legislação que se adequasse à situação do camponês. Então, na minha cabeça surgiu a idéia de dar um passo adiante, de organizar o camponês para que ele também pudesse fazer a sua lei. Eu parti da idéia de que não bastava fincar estacas na atitude dos camponeses valentes que se negavam a dar o cambão. Era preciso unificar, organizar essa gente. Nesse sentido, comecei a assimilar dos próprios camponeses muitas imagens interessantes, para poder entregar a eles essas imagens transformadas em documentos.

Comecei a escrever as famosas *Cartas dos camponeses*

etc. Mas isso somente apareceu depois de 1955. No ano de 46, que se seguiu à redemocratização do Brasil, escrevi a primeira carta, chamada *Carta aos foreiros de Pernambuco*. Lamentavelmente, não tenho cópia desse documento, o primeiro que escrevi. Foi muito interessante. A carta era muito ampla e muito simples, não propunha coisas complicadas. Era um despertar. E, para distribuir essa carta, utilizei um primo.

É curioso esse primo. Ele tinha uns burros e vivia de comprar açúcar e aguardente nos engenhos para vender no Sertão. Ele também trazia algumas coisas do Sertão para vender no Brejo, como couro e outros produtos. Ele se estabeleceu nesse comércio e tinha relações com senhores de engenho, de quem comprava o açúcar. Mas também ele conversava muito com os camponeses, os foreiros, os moradores. Ele gostava muito de conversar com essa gente. Era sobrinho de meu pai, filho de um irmão de meu pai. E eu conversava muito com ele, que apesar de ser um homem com pouca instrução — ele fez apenas o curso primário, que não chegou a terminar —, era muito inteligente, muito hábil. Tudo era possível a esse homem. Ele era capaz de fazer qualquer coisa: uma sela, um freio, um pilão, uma arapuca, uma série de trampas para agarrar, por exemplo, animais ou pássaros. Era uma pessoa curiosa. De tudo ele entendia e tinha uma grande habilidade com as mãos.

A.C. — Como era o nome dele?

F.J. — Chamava-se Antônio Cícero de Paula. Meu tio, em uma ocasião, foi ao Juazeiro, ainda jovem, e regressou muito impressionado com o padre Cícero Romão Batista e, por isso, quando nasceu o primeiro filho, ele pôs Antônio e pôs Cícero, em homenagem ao padre Cícero. Esse detalhe é interessante.

A.C. — É a influência do padre Cícero na região.

F.J. — Sim; a influência muito poderosa do padre Cícero. Eu poderia contar uma anedota muito interessante sobre essa influência.

Bem, foi o meu primo quem me distribuiu essas primeiras cartas. Ele ia aos engenhos. Durante o dia, ele conversava com o senhor de engenho, fazia negócios, comprava açúcar e aguardente. De noite, ele ia à casa dos moradores e dizia: "Olhe, existe uma pessoa que está fazendo assim e assim..." Ele era uma espécie de propagandista dessas idéias que eu começava a defender. E, sempre que podia, ele pregava em uma porteira de engenho, em uma coisa assim. Esse rapaz me acompanhou durante muito tempo. Muitos anos depois, quando o movimento já estava grande, aí pelo ano de 1959, ele foi estupidamente assassinado. É uma história muito dolorosa.

A.C. — No ano do assassinato do Pedro Teixeira?

F.J. — Sim. Ele foi assassinado um pouco antes do Pedro Teixeira.

A.C. — Por razões políticas?

F.J. — Sim; por razões políticas. Aparentemente, o assassinato foi um crime passionai. Em verdade, no fundo, foi um crime político. Era como que uma advertência para mim: "Olhe, estamos abatendo este, e você, por conseguinte, se cuide". Era como um aviso.

A.C. — Como foi o assassinato?

F.J. — Foi terrível. Esse homem foi-se metendo nessa coisa e chegou o momento em que fazia uma tremenda propaganda, em toda a parte, dos documentos e das idéias que eu defendia em favor dos camponeses...

F.J. — Então, ele se comprometeu muito comigo e acabou se metendo também na política. Era uma espécie de cabo eleitoral, que dizia: "Olhe, temos que votar nos candidatos que defendem a reforma agrária". Ele fiscalizava as eleições, com parecia. Naturalmente, sendo um homem valente, criou conflitos com o sistema, com os terratenentes e os latifundiários da região. Ele acabou atraindo muito ódio.

Ele era casado com uma camponesa, tinha dois filhos, e uma pessoa se acercou, tornou-se amante da senhora e preparou o delito muito bem preparado. É uma história que poderia ser transformada num conto muito dramático pela sutileza com que esse assassinato foi feito. Por trás, havia uma inteligência diabólica que orientou para que o crime parecesse passional quando, em verdade, era de natureza política. Ele foi abatido à noite, comendo na sua casa, por um tipo que disparou na escuridão uma carga tremenda. Foram 30 cargos de chumbo e uma bala que arrombou tudo, e ele caiu.

A.C. — Uma bala no peito?

F.J. — Sim, no peito, que arrombou o coração. Ele caiu de tal forma que, no dia seguinte, o caixão teve que ficar aberto, porque a mão dele ficou rígida. Ele foi levado por centenas de camponeses pedindo vingança. Era muito querido. E eu sabia quem era o assassino.

A.C. — Quem era?

F.J. — Era o amante da mulher dele. A mulher, simulando tudo. Mas esse assassino estava ligado a uma pessoa que era meu inimigo político de vida e de morte, um inimigo político tremendo.

A.C. — Quem era?

F.J. — Eu prefiro não dar o nome, porque essa pessoa ainda vive. Passaram-se muitas coisas, e eu tenho hoje ligações com os filhos dessa pessoa. É um homem cujos filhos evoluíram muito, embora ele seguisse sendo o mesmo. Os filhos se ligaram, depois, a mim. Alguns passaram para o lado de cá e começaram a trabalhar, *inclusive* no movimento, onde se comprometeram muito. Então, em respeito aos filhos, prefiro não dar o nome dessa pessoa. Isso significa que sou um homem de esperanças e não guardo rancor. Não sou revanchista, é preciso deixar isso bem claro. Creio que a gente deva estar sempre olhando para a frente.

A.C. — E aonde foi o assassinato?

F.J. — O assassinato foi na propriedade Boa Esperança, em um lugar chamado Barruncos. Era um desmembramento dessa grande propriedade que o meu avô deixou e distribuiu entre os filhos. Ele aí tinha o seu pedacinho de terra e aí foi assassinado. É claro que a gente clamava vingança e eu não podia, absolutamente, apontar o assassino. Se eu o indicasse, ele seria linchado, trucidado na hora, porque o ódio contra ele era tremendo. Meu primo era tão querido, tão querido, que até os cegos vieram de longe e, como não podiam vê-lo, tomavam o rosto do cadáver e choravam. Foi uma coisa muito dramática.

Ele era um homem muito original. Quando chegava em uma cidade, por exemplo, a primeira coisa que fazia era comprar farinha, carne de charque, fumo, uma rede, qualquer coisa, e levar à cadeia. Ele buscava os presos, não queria saber de qual delito eram acusados, e distribuía as coisas que havia comprado. Era muito curioso. E a gente o queria muito, pelo que ele fazia. Depois de ver publicado o livro de

José Lins do Rego, *Fogo morto*, identifiquei muito o meu primo com o personagem Papa Rabo, que também tinha rasgos assim, como você deve-se lembrar.

A.C. — Rasgos humanitários.

F.J. — Sim; humanitários. E ele não fazia somente isso. Ele chegava na cidade e às vezes encontrava uma pobre velha em um canto, sem casa, e ele a cobria. Era um homem muito curioso. Fazia, em uma encruzilhada de estrada, uma casa para um cego, e dizia: "Olhe, aqui passa toda a gente que vai para a feira e que vem da feira e, aqui, voce pode pedir a sua esmola, tendo a sua casinha". Ele fazia isso em um terreno devoluto ou que pertencia ao governo federal. Aí passava a estrada de ferro e havia sempre uma margem para se fazerem essas coisas. Era uma pessoa muito curiosa.

A.C. — Ele foi assassinado perto de Bom Jardim?

F.J. — Sim, perto de Bom Jardim. Ele andava sempre de alpercatas, e gostava muito de cantar. Ele cantava enquanto ia levando seus burros. Imagine que, um dia, eu ia dar uma classe no CEDOC, aqui em Cuernavaca, no Centro de Documentação de Ivan Illich, que ficava no alto, em um morro. Vou subindo a ladeira e, de repente, sinto o xaxado das alpercatas desse meu primo Antônio. Voltei-me assim, repentinamente, e fiquei pensando. Claro que me veio a idéia de escrever algo e, imediatamente, comecei a escrever um poema sobre Antônio. Escrevi um largo poema sobre ele. Esse poema acaba de ser publicado nesse livro sobre os exilados, cujo primeiro volume saiu em Portugal, e que foi organizado pelo Paulo Freire e mais outros dois. Aí o poema está publicado na íntegra e, portanto, você poderá vê-lo.

A.C. — Ele foi um desses tantos líderes anônimos que...

F.J. — Quantos e quantos, não é? Antônio foi um desses. Foi um João Pedro Teixeira, sem a dimensão deste, mas com as mesmas intenções.

A.C. — Houve muitos desse tipo.

F.J. — Sim; houve muitos desse tipo. Muita gente foi sacrificada e liquidada. O latifúndio é cego, é terrível. Bem, creio que devemos voltar à questão dos foreiros.

Comecei a pensar na necessidade de buscar uma outra dimensão, que não somente o trabalho de advogado. Eu achava que a tribuna judiciária não era suficiente, porque invariavelmente o camponês acabava perdendo a questão. Talvez o mérito ou a razão por que acabei conquistando a confiança dos camponeses esteja no fato de eu nunca ter mentido para eles. Sempre disse: "Olhe, vamos defender esse direito seu. Mas você vai perder a questão, porque a Justiça não é sua, você não fez essa Justiça. Essa Justiça é para defender um tipo de sociedade que não vai-lhe dar a oportunidade de ser tratado de forma igual. A lei diz que todos são iguais perante ela, mas essa igualdade não funciona". E, então, eu explicava por quê.

Agora, como advogado, naturalmente, eu conhecia todas as trampas da lei e podia prolongar a agonia do conflito. Meu trabalho consistia em evitar que o juiz pudesse dar a sentença em um determinado prazo. Eu sempre tratava de fazer com que esse prazo se prolongasse, até criar uma espécie de consciência no camponês, um calo de resistência, para que ele começasse a sentir mais confiança e, por conseguinte, opusesse mais resistência.

Eu poderia figurar um exemplo. Um camponês se negava a dar o cambão. A primeira atitude do proprietário...

Isso está relatado, de forma muito sintética, nesse livrinho chamado *O que são as ligas camponesas*. Mas eu poderia dar um exemplo bem claro e relatar algo que não está no livro, que se passou e que seria matéria para uma novela. A primeira coisa que fazia o proprietário era tratar de intimidar. Mandava chamar o foreiro e perguntava por que ele não vinha dar o cambão, se isso tinha sido combinado com ele. Lembrava que ele devia pagar uma parte em dinheiro e uma parte em dias de trabalho. Essa era uma coisa que, realmente, me custava muito explicar ao camponês.

O camponês dizia: "Mas eu fiz um contrato com o ma jor ou com o coronel". Eram sinônimos de dono de terra, gente que ainda guardava os títulos da Guarda Nacional, sendo que alguns tinham até a sua farda guardada. E o camponês: "Eu fiz esse compromisso com ele e não quero falhar, porque dei a minha palavra". E eu argumentava: "Mas você deu a sua palavra sem saber que estava ferindo a lei e, como você diz que está caminhando sempre dentro da lei, você foi enganado. O proprietário não lhe explicou que esse contrato não podia ser feito assim. Que ele aumentasse um pouco mais o foro, mas que não lhe cobrasse o cambão, porque está proibido pela lei. Não está proibido a ele aumentar o foro, porque não existe nenhuma lei que regule o problema do aluguel, do aforamento de terras. Não existe ainda essa proibição, a gente tem que trabalhar para isso". Então, o camponês se convencia.

A.C. — Qual a disposição jurídica que proibia o cambão? Havia uma disposição explícita?

F.J. — Não havia nenhuma disposição explícita.

A.C. — Não havia, também, no sentido de permitir, não?

F.J. — Não. O cambão, o dia de trabalho que ele dava ao

senhor, era um dia de trabalho gratuito. Rigorosamente, podia-se fazer esse tipo de contrato, porque a lei não estabelecia que modalidade de contrato de aluguel podia existir entre o proprietário e o rendeiro. A minha posição era de que esse dia de trabalho deveria ser eliminado, deveria ser considerado uma reminiscência da escravidão e da servidão.

Sabemos que o cambão não é outra coisa que o *jugo* dos espanhóis, o *yoke* dos ingleses traduzido em outras palavras. O camponês estava ligado ao proprietário por esse dia de trabalho, que era uma reminiscência feudal. Ainda há outra coisa. A princípio, esse cambão, ou esse *yoke*, esse *jugo* se dava para limpar os caminhos e os poços de água. O senhor barão da terra dizia: "Olhe, essa água e esses caminhos são utilizados por vocês. Então, vocês têm que dar uma ajuda para limpá-los". Então, juntavam-se todos e davam aquele dia de trabalho por um benefício coletivo. Mas a coisa passou a adquirir uma forma privada. A princípio era para limpar as fontes de água e os caminhos por onde transitavam os camponeses.

A.C. — Isso era a corvéia, não?

F.J. — Exatamente, *la corvée*. Mas essa corvéia, com o avanço da sociedade capitalista, foi adquirindo outra modalidade e chegou ao cambão. Tornou-se uma coisa privativa, e o proprietário não mais chamava os camponeses para realizar essas tarefas, mas para dar a eles um dia de trabalho, de acordo com a sua conveniência. Aí está a origem da coisa. Portanto, considero que o cambão é como que o neto, o tataraneto da corvéia. Eu tratava de explicar aos camponeses tudo isso em linguagem muito simples, mostrando que a escravidão tinha-se acabado, que não havia mais servidão.

A.C. — O cambão já é uma deturpação da corvéia.

F.J. — Sim, uma deturpação. Em verdade, era possível fazer esse tipo de contrato, mas eu tratava de esclarecer o camponês para que ele pudesse utilizar esse argumento legal, evitando que desse mais um dia de trabalho gratuito ao senhor da terra.

Bem, o proprietário primeiro intimidava, e o camponês resistia. O segundo passo do proprietário era falar com o delegado de polícia do município, para mandar prender o camponês. Quando a ameaça do patrão não funcionava, quando o capanga já não tinha sentido para o camponês, porque ele sabia que atrás dele havia o *Código*, a lei, e havia um advogado que estava disposto a defendê-lo, o delegado, que às vezes ia comer uma buchada na casa do senhor de engenho, prendia o camponês. Imediatamente, eu entrava com um *habeas-corpus* e o libertava. Isso dava ao camponês muita força, porque ele sabia que estava amparado pela lei.

Então começava a fase da luta judiciária propriamente dita. O proprietário esgotara os meios de coerção, de violência, e passara a levar o camponês para onde eu queria. A grande revolução que eu estava fazendo não era outra senão transferir o camponês da porta do delegado para a porta do juiz. Esse passo, para os camponeses era uma verdadeira revolução. Muita gente não entendia. Muitos companheiros que se consideravam marxistas, socialistas, não entendiam absolutamente que era um passo importantíssimo fazer com que o camponês saísse da porta do delegado para a porta da Justiça. E eu compreendia a importância que isso tinha, porque eu convivía com eles, via a distância que havia entre um camponês e um obreiro sindicalizado, entre um camponês e um homem da cidade, que já dispunha de outros instrumentos para se defender.

De acordo com o *Código civil*, o proprietário tinha que notificar o camponês para, dentro de seis meses, deixar a terra. Então, começava a luta. Nesses seis meses, eu dizia ao camponês: "Olhe, você de agora por diante não tem mais que trabalhar para o proprietário, nem dar o cambão, nem nada. Trabalhe na sua terra, e trabalhe o máximo que puder, aproveitando até o claro da lua, porque você vai perder a questão, mas asseguro que você viverá aqui um ano, dois anos, três anos, quatro anos. Nesse intertempo, você talvez, com muito esforço e muito trabalho, reúna o dinheiro suficiente para comprar um pedaço de terra e se libertar, porque a sua aspiração é essa, é ter o seu pedacinho de terra".

Realmente, o camponês começava a trabalhar como nunca, ferozmente. Eu estava vendo o comportamento dos demais camponeses, porque o que eu queria é que outros se associasem, que todos seguissem o mesmo exemplo. Por isso é que falei em fincar uma estaca: cada camponês que começava a resistir era uma estaca fincada. E eu queria que, em torno dessa estaca, outros chegassem.

O proprietário dizia: "Eu tiro fulano dentro de 48 horas, dentro de uma semana, dentro de um mês". E não tirava. Então, o camponês dizia: "Que interessante, fulano não saiu, não vai mais dar o cambão, a gente passa na casa dele e ele pergunta: "Por que é que vocês vão dar o cambão? Por que vocês não fazem como eu?" E o pessoal, às vezes, até o evitava, a princípio, mas depois ia vendo que a questão se prolongava e começava a dizer: "Eu acho que a gente tem que seguir o caminho do fulano. Você vê que ele não dá mais o cambão, está lá, trabalhando na sua terra, e nem paga mais o foro". Em verdade, eu dizia: "Olhe, enquanto a questão estiver na Justiça, você nem dá o cambão, nem paga o foro. Espere porque, no final, ele tem que fazer um encontro de contas,

ele tem que pagar a indenização de suas lavouras, das árvores, da casa, do poço, da cerca. Por isso, não pague o foro agora".

A Justiça está sempre cheia de muitas demandas, e o juiz não tem tempo de se dedicar a uma determinada demanda para atender a determinado proprietário. Por isso, as audiências sempre se prorrogam muito: um mês para realizar uma audiência, porque há pendentes também outros assuntos de interesse. Eu aproveitava tudo isso, e criava uma série de incidentes, para prolongar a agonia da demanda.

A.C. — Que tipo de incidente, por exemplo?

F.J. — Digamos, primeiro se fazia a prova técnica, de acordo com a Lei Processual Civil. Então, o proprietário designava um técnico, um agrônomo, para fazer a avaliação das lavouras e dos bens do camponês. Eu também tinha que designar um técnico, e o juiz designava o chamado desempatador. O meu técnico oferecia um laudo, que nunca correspondia ao laudo do técnico do patrão, porque esse sempre tratava de diminuir e dizer que não existia nada. Ao meu, eu tratava de dizer: "Olhe, você tem de dizer o que existe, contar as árvores frutais, os pés de laranja, de abacate, de jaca, a casa, o poço, e dar o valor real correspondente".

E o técnico do juiz, em geral, era um funcionário da Justiça, mal pago, e que, por pressão mesmo da sociedade, do sistema, se inclinava e desempatava em favor do técnico do patrão. Então, a gente já perdia aí.

O juiz não ia, mas ele tinha a faculdade de ir ver. O juiz podia desprezar os laudos, ir lá e verificar com os próprios olhos e com a assistência de quem ele quisesse. Mas, por comodismo e para não parecer que estava sendo parcial, ele não ia. Se ele fosse, ele encontraria essa verdade e não

poderia absolutamente desconhecer-lá. Ele preferia não ir e confiar em um técnico. Então, já aí perdíamos uma batalha.

Seguia-se a audiência para se tomar o testemunho, as declarações das partes e das testemunhas que eram apresentadas. De acordo com a lei, a gente tem que apresentar um máximo de oito e um mínimo de duas testemunhas, porque uma testemunha só não faz prova. Eu me recordo de que, de acordo com o *Código de processos brasileiro*, era um máximo de oito. Eu não punha nove, porque não podia pôr nove. Com a preocupação de prolongar o quanto possível o desfecho da demanda, eu punha oito testemunhas. A outra parte punha, quando máximo, duas ou três testemunhas, em geral moradores. Eu buscava, e às vezes era difícil, encontrar testemunhas porque a gente tinha medo.

A circunstância de, ^{o camponês ir pto} no dia da audiência, ^{se} sentar-se frente ao proprietário, para ^{ele} o camponês já era um passo tremendo. Muitos diziam: "Olhe, doutor, eu posso perder a causa, mas já estou satisfeito, porque vi o coronel fulano de tal mentindo na presença do juiz, na sua presença, na minha presença e de outras pessoas." Ele, que é tão rico, nem sabe mentir. Eu, que sou pobre, fui lá e disse a verdade. Então, com essa coisa de ele mentir na minha presença, de ele se sentar ali e ser obrigado a mentir, eu já estou satisfeito, já ganhei a minha causa. Não importa que eu abandone a terra".

^{isso é o} É curioso o que se passava dentro dele, que valores tinha ^{esse} esse camponês. O problema da palavra, da verdade... ^{que ele} Ele considerava que o homem rico não podia mentir, não devia mentir. Tudo isso a gente tem que considerar, e tudo isso eu observava.

A.C. — Isso é um dado muito importante da consciência social dele.

F.J. — É muito importante esse dado, e por isso a gente tem que ver bem esse terreno, para não idealizar coisas, porque a realidade é essa, isso existe nele.

Tomava-se o testemunho, tomavam-se as declarações do proprietário e do camponês, que se conflitavam, porque ele negava tudo. O camponês afirmava: "Eu tenho isso, isso, isso e mais isso". Seguia-se o depoimento das testemunhas. É claro, primeiro se tomavam as testemunhas do proprietário. Então, eu começava a criar toda a sorte de conflitos.

Por exemplo, qdvo
O juiz dizia às testemunhas: "Olhe, você tem de dizer a verdade de acordo com a lei, e o Código civil pune a testemunha que falta à verdade". Eu o interrompia e dizia: "Dr. juiz, eu queria que o senhor mandasse o escrivão ler o artigo do Código penal que pune a testemunha que falta à verdade, que vem à Justiça mentir". O juiz era obrigado a fazer isso, porque, se ele não fizesse, estaria cometendo uma infração gravíssima que poderia anular todo o processo. E ele sabia qual era a minha intenção. Então, ele mandava o escrivão ler: "O senhor leia o que o advogado está pedindo. Leia". O escrivão lia e eu dizia: *à testemunha* "Você está bem advertido. Se você vem mentir aqui, você vai pegar sete anos de cadeia, porque a lei pune". O juiz tentava prosseguir, e eu: "Não, agora vou pedir ao senhor que faça a testemunha jurar não só perante a lei, mas que jure também ante Deus que vai dizer a verdade, pois, possivelmente, a testemunha é temente a Deus". Em geral os camponeses são católicos. E o juiz respondia: "Mas isso não está absolutamente na lei". Então, abria-se uma discussão que, às vezes, tomava toda a audiência. Eu já ia preparado para esse debate, e era um dia perdido.

A.C. — Não, um dia ganho.

F.J. — Sim, um dia ganho. Perdido para ele, ganho para o

camponês. Então, ele dizia assim: "Mas como é que o senhor vem com um argumento desse?" O advogado da parte contrária se exasperava. Eu respondia: "Vou-me justificar. Eu pergunto, dr. juiz, qual é a lei maior? Não é a Constituição?" E ele respondia: "Precisamente". Eu continuava: "Então, todas as demais leis devem estar subordinadas à Constituição. O senhor veja aí o preâmbulo da Constituição, que diz que essa Constituição foi jurada baixo os auspícios de Deus. Se ela foi jurada baixo os auspícios de Deus, da proteção de Deus, todas as demais leis devem, naturalmente, subordinar-se a isso. É um argumento lógico, dr. juiz. Peço que o senhor pergunte à testemunha se ela jura dar o testemunho perante Deus, porque, se a testemunha jura perante Deus, ela sabe que, se mente, vai direto para o inferno quando morrer. Ela crê no inferno, ela crê no céu e ela crê no purgatório".

Era um debate feroz! É claro que, depois de tudo isso, terminava o prazo da audiência. De acordo com a lei, as audiências tinham prazo. Começavam às duas horas e tinham que se encerrar às seis. E ganhava-se tempo. Eu poderia narrar uma série de incidentes dessa natureza, mas é muito largo.

A.C. — Mas é muito importante. Talvez o senhor se lembre de alguns casos que considere típicos. No fundo, eles são o retrato fiel da situação em que os camponeses viviam.

F.J. — Sim, de toda a situação. Seguiã-se o testemunho. Às vezes a testemunha se intimidava, ficava realmente com medo quando eu fazia essa advertência e confessava a verdade. Isso já melhorava, pois o laudo técnico ficava comprometido. Evidentemente, o juiz preferia sempre o laudo técnico ao laudo testemunhal, partindo do princípio de que esse laudo pericial era muito mais substancial do que o simples testemunho, onde a verdade poderia ser escamoteada e negada.

Isso se prolongava. Às vezes, durante um dia, tomavam-se um testemunho ou dois. Eu me prolongava muito, fazia uma série de perguntas que levavam uma hora, duas horas. Para isso, eu tinha paciência e tudo era feito em forma já bem calculada, bem intencionada, para ganhar tempo. O resultado é que uma demanda, às vezes, se dilatava durante um ano ou dois anos. Houve demanda que demorasse, digamos, quatro anos. Isso dava margem para que eu pudesse ir despertando o interesse e afugentando o medo de outros camponeses que estavam vivendo o mesmo drama desse camponês.

Assim é que eu ia ganhando terreno para a outra coisa em que eu pensava: organizar os camponeses. Evidentemente, eu não pensava em organizá-los em ligas. Em 55, apareceu a primeira associação, a Sociedade Camponesa, que eu não fundei. Nunca fundei uma liga, é outra coisa que sempre gosto de esclarecer. Não fui o fundador das ligas camponesas. Não me cabe esse mérito, mas aos próprios camponeses. Eles é que as fundaram.

A.C. — Ainda sobre esse período em que o senhor atuou intensamente como advogado, eu queria lhe perguntar se esses vínculos com os camponeses partiram de uma demanda desses trabalhadores que estavam em dificuldades e que achavam que o senhor, como advogado, poderia ajudá-los, ou se o senhor teve um papel decisivo em procurá-los para induzir esse processo de luta jurídica?

F.J. — Eu tive esse papel. Em verdade, antes de entrar na universidade, muito antes disso, conheci muitos camponeses que resistiram. Mas resistiram de forma completamente desamparada, sem nenhum advogado para defendê-los, sem nenhuma perspectiva. Eram tipos de uma grande valentia, com um mínimo de consciência de seus direitos, que resistiram e foram sumariamente aplastados, liquidados, porque não sabiam a quem

recorrer. Buscavam, muitas vezes, o caminho menos indicado, quer dizer, um outro proprietário ou um chefe político. Quando esse camponês sabia ler, tinha título de eleitor, tinha uma família mais ou menos grande que podia votar, ele encontrava um certo amparo. Ele perdia. Naturalmente, o direito de propriedade era muito sagrado. Os proprietários, entre si, respeitavam muito isso. Mas ele dizia: "Olhe, vou ver se faço um arranjo com fulano, mas você sabe, ele é de outro partido. O que posso fazer é lhe dar um pedaço de terra. E você vem para cá. Vamos ver". Era uma justiça paternalista. O amparo dele estava em função de um título de eleitor, de algum interesse que pudesse oferecer a um determinado partido político ou a um determinado chefe político. Eu observava isso. Mas, em verdade, a coisa começou a tomar uma forma muito mais conseqüente, dentro dessa legalidade codificada, quando comecei a explicar...

[FINAL DA FITA 1-B]

F.J. — Bem, aceitei que realmente desempenhei esse papel de buscar o camponês, durante os primeiros 15 anos. Essa coisa começou em 40, e a primeira liga camponesa só surgiu em 1955, embora não tivesse esse nome. Foram 15 anos de contato permanente com esses camponeses. Durante todo esse longo processo, houve coisas muito interessantes. A princípio, eu tratava de convencer os camponeses de que eles deveriam se defender em conjunto.

Se eles se defendessem em conjunto, se fossem quatro, cinco, seis, ou dez demandados, processados, levados à Justiça, eu poderia prolongar mais o processo. Eu faria uma contestação para cada demanda e poderia meter oito testemunhas em cada uma. Multiplicando oito por oito, são 64 testemunhas.

E, para ouvir 64 testemunhas, leva-se muito tempo: um ano, dois anos, três anos.

Eu utilizava sempre tudo aquilo que a lei me permitia. Sempre que havia possibilidade, eu recorria da instância inferior para a instância superior, utilizando recursos que a lei me permitia. Quando o juiz tomava uma medida que eu não considerava correta, ou quando o laudo não me contentava, eu podia usar uma série de recursos. E eu os usava, também, para paralisar o processo. Evidentemente, alguns recursos tinham um efeito suspensivo; outros, não, tinham efeito devolutivo.

Nos recursos de efeito suspensivo, a demanda ia toda para o Tribunal e, lá, passava três, quatro, cinco meses. Enquanto isso, o camponês ficava descansado e eu, tratando de outras coisas. Em princípio, procurei convencer o camponês de que era muito importante que ele fosse assistir, na Justiça, o desenvolvimento da questão. Chegou o momento muito interessante em que, convencido por mim, o campones, às vezes, ia com o seu companheiro para ver como funcionava a Justiça. Evidentemente, isso causava um certo escândalo na cidade, cidade pequena que era, morta. Durante a semana não havia movimento, só nos dias de feira; quarta-feira, sábado e domingo!

A.C. — Esses processos se desenvolviam nas cidades.

F.J. — Sempre nas cidades.

A.C. — Nas sedes de município.

F.J. — Nas sedes de município, porque aí estava a Justiça. Então, eu dizia ao camponês: "Por que é que você não vai com os demais, para que vejam como é que a Justiça funciona, ao invés de ir você somente, com as suas testemunhas. Nesse

dia, suspendemos aqui o trabalho e vamos". Chegou o momento em que chegamos a levar à Justiça 50 ou 60 camponeses, 100 camponeses, que não estavam ligados diretamente à demanda, mas que iam por uma espécie de solidariedade. Isso já era o começo da convicção.

A.C. — Em que ano?

F.J. — Variava um pouco, pois dependia de a região estar ou não sensibilizada. Um~~a~~s eram mais sensibilizadas e outras, menos. Mas posso dizer a você que, a partir do ano de 50, já havia isso.

A.C. — E quais eram as zonas mais sensibilizadas?

F.J. — Vitória de Santo Antão, por exemplo, era uma zona muito sensibilizada. Bom Jardim, minha terra natal, era também bastante sensibilizada. Limoeiro, terra do coronel Chico Heráclio, era uma zona muito sensibilizada. Havia outras.

A.C. — Jaboatão?

F.J. — Jaboatão também, bastante sensibilizada, mais do que Vitória. É curioso, em Jaboatão havia muita relação entre camponeses e ferroviários. Era um entroncamento ferroviário importante e, aí, os camponeses estavam muito ligados aos trabalhadores da cidade, aos obreiros. Por causa dessa ligação, era realmente uma zona muito sensibilizada.

A.C. — E no sul do estado, nada?

F.J. — No sul do estado, algumas regiões já começavam a se sensibilizar. Houve, por exemplo, uma demanda grande com uma usina de Pessoa de Queirões, a Usina Santa Teresinha, que era em Amaragi. Houve realmente uma demanda extraordinária, onde mobilizamos... Aí já foi uma demanda coletiva. Foi uma

questão que envolvia duas propriedades que os proprietários venderam ao usineiro, porque não podiam tirar os camponeses que aí viviam há 40 ou 50 anos. E havia muitas benfeitorias etc. Ele preferiu vender mais barato. Então, começamos a luta contra a usina, e a demanda foi total. Evidentemente foram derrotados, aplastados, e houve recurso até a assassinato de camponeses.

A.C. — Isso ainda na primeira fase, em 50, por aí?

F.J. — Sim, ainda na primeira fase. Eu me recordo de que, em uma das audiências em que compareci, quando entrei na cidade para assistir à audiência, comecei a escutar o coro da Nona Sinfonia de Beethoven. Então, eu disse: "Algum acontecimento grave ocorreu neste país, para que, em uma cidade tão pequena como essa, se esteja escutando o coro da Nona Sinfonia". Eu entrava na cidade, era Amaragi, e ia comigo uma pessoa.

Informe-me, então, de que Vargas acabara de se suicidar. Estavam transmitindo um pedaço da carta de Vargas e tocando o coro da Nona Sinfonia. Não obstante, a audiência se realizou. Eu quis pedir ao juiz que, em homenagem ao presidente, não se fizesse a audiência, mas ele fez. Ora, isso foi em 1954. Portanto, a essa altura, já havia demandas importantes, *inclusive* contra usineiro, e contra um usineiro importante como o Pessoa de Queirós, em Pernambuco.

Bem, a circunstância de ir tanto camponês assistir à audiência molestava muito, criava muitos problemas com o juiz. O juiz me perguntava: "Por que é que o senhor está tratando de desorganizar a vida desses camponeses, trazendo essa gente em um dia de semana, quando são tão necessários no campo, trabalhando sua própria terra?" Eu respondia: "Doutor, vou-lhe explicar. O camponês tem muita curiosidade de

saber como se faz justiça e, por isso, me perguntavam se havia inconveniência em vir aqui. Eu disse que não, porque, como as audiências são públicas, de acordo com a lei, também podem comparecer os senhores de terra e os coronéis". No seu entender eu estava dizendo algo que lhe parecia uma espécie de sublevação. Mas as audiências são públicas e os camponeses vêm assisti-las, convencidos e procurando saber como se distribui a justiça.

Isso foi criando o clima para eu poder entrar na outra fase, que eu chamaria de organização, de unidade dos camponeses. Eu tentava convencê-los, utilizando às vezes imagens muito simples. O camponês sempre viveu mais ou menos de mão estendida, pedindo ao proprietário que não aumentasse o foro, pedindo a terra, pedindo isso e aquilo, pedindo a um e outro, pedindo a um chefe político. Eu dizia: "Olhe, a mão estendida não tem sentido. Se você estende a mão, quando muito, ele pode dar uma esmola. Vocês têm que fazer com a mão o que sempre fazem quando tomam a enxada. Vocês comprimem a mão no cabo da enxada, apertam a mão. Quando apertam a mão, os dedos se unem. Com a mão estendida, vocês podem, naturalmente, separar os dedos, mas, com a mão apertada no cabo da enxada, é impossível separar os dedos. Então, vocês tomem que a sociedade que amanhã ou depois surgirá de vocês é uma espécie de mão fechada no cabo da enxada".

Essa idéia da unidade dos dedos e outras imagens, eu as utilizava para que os camponeses fossem mais ou menos entendendo o sentido da unidade. O camponês também tem isso, sobretudo o camponês que arrenda a terra: ele é um ser muito individualista. A sua legalidade é conhecida, e o seu individualismo, também. E ele é individualista precisamente porque a sua relação se estabelece diretamente com a terra, com a enxada, com o seu instrumento de trabalho, com o cavalo que

lhe serve para ir à feira, com a semente, com os fenômenos meteorológicos. Então, ele não necessita do outro camponês, porque a sua relação é direta com a terra.

Era preciso ir rompendo com isso e mostrando que a unidade de todos é que iria dar a oportunidade de possuir a terra. Claro, o camponês aspira à terra onde ele vive. No pedaço de terra onde ele vive é que ele tem suas raízes. Aí morreram seus antepassados. Ele está ligado a isso, tem amor a essa terra, aspira a esse pedaço de terra. Então, eu tinha que utilizar essa aspiração ao pedaço de terra, esse desejo de posse, para que ele lutasse por esse pedaço de terra. Evidentemente, era mais fácil estimular esse desejo nos camponeses do que dizer: "Bom, vocês vão ter um pedaço de terra no Maranhão, em Goiás, ou mesmo em outro lugar daqui de Pernambuco".

Eles não iriam, porque o seu horizonte é aquele. Seu horizonte, às vezes, se estendia até onde sua vista podia alcançar, e isso às vezes não passava da aldeia onde ia fazer sua feira, ou da usina, que já tinha todo um mecanismo para manter o camponês sempre dentro de sua área: tinha o barracão, às vezes davam o dinheiro, às vezes o vale do barracão, uma série de coisas. Então, eles tinham amor àquele pedaço de terra e, naturalmente, ressentimento contra o proprietário que cometia injustiças, que lhe infelicitava uma filha, que sacrificara um parente ou o pai. Ele sempre se recordava dessas coisas todas. Por isso é que eu buscava o camponês que estava aqui, sempre partindo do princípio de que o galo canta no seu terreiro.

Bem, essa idéia de levar os camponeses à Justiça floresceu, adquiriu muita importância, mas, naturalmente, já em uma fase muito mais avançada, em que me foi possível pensar no problema da unidade. Coincide que, em 1954, dado a uma

dessas coisas quase acidentais, logrei uma cadeira de deputado estadual. Foi a primeira vez em que se elegeu um deputado do Partido Socialista em Pernambuco. Eu voltava do interior — como sempre, ia defender camponeses —, e encontrei a casa cheia. Todo o mundo dizendo: "Olhe, você acaba de ser eleito deputado estadual". Eu perguntei: "Mas como?" E responderam: "É que se somaram os diversos companheiros do partido, e a soma de tudo deu o quociente eleitoral, e você está eleito deputado". Eu disse: "Mas é uma surpresa tremenda. Bem, agora vou ter duas tribunas: a tribuna judiciária e a tribuna política. Já é interessante".

A.C. — E como foi a campanha para deputado?

F.J. — Bem, você sabe, eu me meti em política desde muito jovem, a princípio sem a preocupação de militar em partido político. Porém, com a redemocratização, em 45, tomei um partido. O meu primeiro partido foi o Partido Republicano. Fui do Partido Republicano, em Pernambuco, e logo fiquei como terceiro suplente, enquanto candidato a deputado federal. Fiz uma campanha, só, em todo o estado de Pernambuco. Eu ia às feiras, falava. Eu já tinha essa coisa, mas perdi.

A.C. — Essa sua entrada na política é que me intriga um pouco, porque o senhor diz que, na época de faculdade, o senhor quase passou como uma sombra — foi a expressão que o senhor usou há pouco. De repente, quando o senhor sai da universidade, descobre a política, descobre a sua vocação de conselheiro jurídico dos camponeses etc. Como é que se deu esse processo tão abrupto de transformação?

F.J. — Ele não foi tão abrupto. A partir dos 18 anos de idade, quando entrei na universidade, comecei a ler muita literatura e descobri a existência da política. A princípio,

era uma coisa assim muito teórica. Eu a via de uma forma bastante teórica e não sabia como concretizar todo esse pensamento que fui adquirindo na universidade. Por suposto que na universidade eu tive mais contato, sempre me entusiasmei mais com a corrente de esquerda entre os estudantes, gente que teria, por conseguinte, idéias mais avançadas. Em verdade, nunca fiz política universitária, nunca participei de política universitária.

A.C. — Não era o seu mundo.

F.J. — Não era o meu mundo. Nesse tempo, por exemplo, eu gostava muito de literatura, gostava muito de ler e escrevia muito. Mas nunca participei, em primeiro lugar, porque não tinha tempo; em segundo lugar, porque, realmente, não me parecia interessante a política universitária. Apenas aconteceu que, em 39, quando nos formamos, havia duas correntes na turma, uma que queria que o orador fosse um elemento que eu considerava reacionário, e a outra que queria um elemento considerado muito progressista, rapaz de esquerda, muito inteligente, que era meu colega e que foi o primeiro que me meteu algumas idéias na cabeça. Foi ele quem me deu, por exemplo, o *Anti-Dühring* para ler. Esse rapaz tinha muita influência, era excelente orador.

A.C. — Quem era ele?

F.J. — Chamava-se Eurico Costa. Era filho de portugueses, grande orador, bom poeta, pintor, com muitas inquietações, e ele influiu muito em mim, *incluso* para estudar direito. Ele me levou muito. Então, eu disse: "Olhe, Eurico, você vai ser o orador da turma". E havia um debate tremendo, em 39. Foi quando se realizou o primeiro Congresso Eucarístico, em Recife. A gente da outra corrente queria que o paraninfo fosse o cardeal Dom Leme, e nós, da facção esquerdista da faculdade,

queríamos que fosse o prof. Soriano Neto, um admirável professor de direito civil, que tínhamos como um grande líder. Grande civilista esse homem.

Então, o que se passou é que a corrente mais de direita começou a fazer um abaixo-assinado para que o paraninfo da turma fosse o cardeal Dom Leme, e a gente não ousava absolutamente deixar de assiná-lo, porque seria um escândalo. Era uma época ainda muito dura. Estávamos no Estado Novo, Agamenon governava Pernambuco e havia muita pressão dentro da universidade. A única coisa que fiz foi fazer desaparecer a lista, quando, já no dia seguinte, se devia proclamar o paraninfo. Desapareceu a lista.

Eu queria que o paraninfo fosse o Soriano Neto — e, claro, uma grande parte da gente. A coisa estava dividida, embora mais inclinada para o outro lado. Uns firmavam o documento por temor de serem perseguidos, não por convicção, mas, em verdade, queriam que fosse o Soriano. No dia seguinte, devia-se apresentar a lista, que não apareceu. Eu a guardei por muito tempo. Então, preparamos uma grande ovação: quando o Soriano chegou para dar a última classe do ano, o pessoal começou a aplaudir, e fomos levantando, levantando... A outra parte se sentia muito incômoda, porque ele era um excelente professor, querido de todos. Sentindo-se incomodados por permanecerem sentados eles se levantaram, aplaudiram, e nós, então, proclamamos Soriano o paraninfo. Foi assim que ele foi eleito paraninfo. Daí, saiu também o orador da turma, que foi esse meu colega Eurico Costa. É curioso. Creio que talvez tenha sido a única atividade que tive em toda a vida de academia.

A.C. — Mas percutiu bastante.

F.J. — Bem, claro que essa gente não sabia disso, e creio

que muitos ainda não sabem. Estou dando um depoimento agora, dizendo que escamoteei essa lista. Guardei-a comigo durante muitos anos, e só mostrava a algum companheiro quando tinha nele absoluta confiança, mesmo assim, muito tempo depois. Foi um pouco de astúcia que havia nessa coisa. Mas isso quer dizer que as minhas inquietações políticas começaram realmente quando entrei na universidade. Eu tomei um partido.

A.C. — Como é que repercutiram, naquela época, na universidade, as ações de ANL, aquele movimento todo de esquerda, aquela frente popular que se formou em 34?

F.J. — Em Pernambuco, as liberdades estavam bastante garroteadas. Realmente, o Estado Novo aí funcionou bem. Hoje tenho outro conceito de Agamenon. Eu o vejo através da dimensão histórica, e penso de outra forma. Cometemos alguns erros com relação a Agamenon Magalhães e a Getúlio Vargas. Temos que revisar tudo isso e ver a importância de certas decisões tomadas naquele tempo, mesmo por Agamenon. Ele foi um homem que teve uma atuação interessante em relação aos usineiros de Pernambuco.

A.C. — Sobre isso é que eu queria lhe perguntar.

F.J. — E temos que fazer justiça: Agamenon foi o homem que fez a primeira lei antitruste no Brasil. Quando acabou o Estado Novo e ele foi para o Ministério da Justiça, ele fez a primeira lei antitruste. E nós a combatemos simplesmente porque Agamenon tinha sido interventor e tinha sido o homem forte que perseguiu estudantes, que perseguiu a gente mais progressista, os intelectuais de Pernambuco. E o movimento, toda a resistência foi dentro da universidade.

A universidade foi o grande cadinho das lutas políticas em Pernambuco. Aí se gestou esta consciência, de onde

saiu Demócrito de Sousa Filho, de onde saiu, naturalmente, o primeiro movimento de resistência contra a ditadura, antes mesmo de 1945, antes mesmo da redemocratização. Eu aí estava e, evidentemente, tinha que sofrer o impacto de toda essa coisa. Por conseguinte, a minha formação política teve início na universidade. É claro que, depois, eu tinha que tomar um caminho, e o que me pareceu mais adequado foi o de querer trazer os camponeses para incorporá-los a esse processo.

Eu sempre penso nas coisas como elas vão-se dar daqui a dez anos. Os amigos ou alguns companheiros diziam: "Mas essa coisa não vai prosperar". Eu sempre respondia: Então, por que é que a gente não estabelece uma meta? Vamos trabalhar durante dez anos e, depois, vamos ver o resultado". E eu explicava: "Olhe, há pessoas que gostam de plantar couve e coentro, porque, daí a um ou dois meses, já está dando. Mas eu gosto de plantar jaca. A jaca dá com dez anos; então, pode passar 100 anos dando. Ademais, é uma sombra extraordinária, boa madeira, e a gente a tem por 100 anos. Não é melhor a gente plantar agora a jaca?"

Eu sempre pensava em como seria dez anos depois. Si go sempre pensando em como as coisas se vão processar dentro de dez anos. Não perco essa perspectiva. Se a gente for pensar isso em termos de tempo fisiológico ou biológico, pode-se desanimar, porque a pessoa quer viver a sua vida. Mas se a gente pensa em termos de tempo histórico, sempre se anima muito, porque, se não se consegue chegar a uma meta determinada, outros chegarão. Sou do tempo histórico, não do tempo fisiológico. Talvez, por isso, quem sabe, eu possa viver ainda muitos anos, porque penso sempre em termos do tempo histórico, estou sempre olhando para adiante. Foi assim que me meti na política. Portanto, não foi uma coisa brusca; foi nascendo, nascendo, nascendo...

A.C. — De qualquer forma, esse seu interesse tão vivo, tão presente pela causa camponesa, como o senhor mostrou há pouco, não era comum na época. O senhor devia se sentir muito solitário, no fundo. Mesmo as pessoas de esquerda estavam preocupadas com outras coisas que não o campesinato.

F.J. — Em verdade, você tem razão. Não havia realmente entusiasmo por parte dos colegas. Basta dizer que convidei muitos, e éramos uma turma de 119. Evidentemente, nessa turma, havia muita gente que já tinha o seu caminho traçado. Uns iam ser advogados de bancos, de empresas, de usinas; outros iam continuar seus estudos, visando conquistar uma cátedra, uma cadeira na universidade; outros queriam montar sua banca de advogado, para advogar para grandes empresas etc.; outros queriam fazer concurso para juiz, para promotor... E eu, em verdade, confesso que o que aspirava mesmo era defender os camponeses.

Aqui entram muitos elementos de ordem romântica, sentimental, talvez, ligados à infância. Eu sempre me recordava de todos esses companheiros de infância, que foram desaparecendo, enquanto eu, que havia recebido uma alimentação melhor e tinha sido mais bem cuidado, pude subsistir. Você sabe que a média de vida humana, no Nordeste, na minha época, era de 30 anos, ou talvez mais baixa. E eu sempre dizia: "Olhe, se a gente escapa dos 30, pode viver até 100". O nordestino tem isso, não é? A questão é escapar dos 30.

A.C. — Há uma seleção da espécie. Se não morre no início...

F.J. — Sim, é um verdadeiro processo de seleção. Bem, então, chega 1954. Claro, entrei no Partido Socialista quando saí do Partido Republicano. Rompi publicamente com o Partido Republicano, porque considerei que cometeu um grande erro em Pernambuco. Estávamos na campanha para governador de

Pernambuco e o partido, para dividir as forças, apresentou um candidato próprio, sem nenhuma possibilidade. O candidato teve cinco mil ou dez mil votos, o suficiente para dar a vitória ao candidato que combatíamos. Foi uma manobra muito bem pensada.

A.C. — Era o Barbosa Lima?

F.J. — Não, foi muito antes disso. Barbosa Lima acabou sendo do Partido Socialista, também, e foi meu companheiro de partido, uma figura pela qual tenho um grande respeito, uma grande admiração. Ele fez um governo muito bom, e realmente era o candidato ideal.

A.C. — Mas o senhor apoiou Neto Campelo.

F.J. — Eu não apoiei Neto Campelo. Apoiei o candidato do Partido Republicano, que era o Eurico de Sousa Leão. Imagine só, Eurico de Sousa Leão! Por problemas de fidelidade ao partido, eu o apoiei. Não porque estivesse convencido. Em verdade, o Neto Campelo me era simpático, porque tínhamos outros vínculos. Havia, entre nós, ainda aquela idéia de combater o etelvinismo, de combater o Agamenon e o Etelvino.

A.C. — Porque era o candidato de oposição.

F.J. — Sim; porque era o candidato de oposição. Mas o velho Barbosa Lima Sobrinho revelou-se um grande governador. Ele foi evoluindo. Evidentemente, ele já tinha as coisas dentro de si, ele nunca realmente mudou. A gente é que foi mudando, para compreender melhor o papel histórico do Barbosa Lima Sobrinho, desde que ocupara a presidência do IAA — Instituto do Açúcar e do Alcool. Ele introduziu uma legislação que foi o começo de uma reforma agrária moderada, bem pensada, na zona canavieira. Barbosa Lima foi o homem que

deu os primeiros passos, temos que fazer justiça. Um dia, quando se contar a história da reforma agrária no Nordeste, o papel de Barbosa Lima vai ser destacado, como o homem que tratou de despertar a consciência, a unidade entre os foreiros, entre os modestos fornecedores de cana, os pequenos foreiros e pequenos proprietários que também forneciam cana. O primeiro passo de Barbosa Lima foi esse. A gente deve, naturalmente, ler e observar, ver como foi que ele pôde introduzir isso no Instituto do Açúcar e do Alcool.

A.C. — Conversei muito com ele sobre esse problema, e me parece muito curioso que o senhor concorde com ele nesse particular. Eu gostaria que nos falasse um pouco sobre essa legislação. Parece que ele previa um desconto, na usina, dedicado à proteção dos trabalhadores. Enfim, havia uns pequenos ítems assim na legislação. Como é que o senhor vê isso?

F.J. — Olhe, considero que a legislação que foi inspirada por Barbosa Lima Sobrinho é como que a raiz de um processo que se foi desenvolvendo até chegar a se transformar em uma consciência entre muitos fornecedores de cana. Barbosa Lima aguçou, através dessa legislação do Instituto do Açúcar e do Alcool, um conflito latente que existia entre o usineiro e o fornecedor de cana, sendo que ele tomou a causa do fornecedor de cana. Para mim, a importância do trabalho de Barbosa Lima está aí. Agora, não poderia dar detalhes, porque não tenho elementos para localizar onde esse conflito foi mais forte.

A.C. — O Barbosa Lima vê muito o fornecedor de cana como um pequeno proprietário, e isso, confesso ao senhor, me surpreendeu muito, porque acho que, em Pernambuco, essa interpenetração não me parece tão evidente quanto, por exemplo, seria no estado do Rio. O senhor acha, realmente, que haveria

esse segmento dos fornecedores confundindo-se quase que com o pequeno proprietário?

F.J. — Talvez, conhecendo melhor o problema, tratando diretamente com os foreiros e fornecedores de cana... Não vou concordar, assim, tão simplesmente.

[FINAL DA FITA 2-A]

A.C. — O senhor disse que não concordaria tão simplesmente com a proposta do dr. Barbosa Lima, mas que ela abriu o debate.

F.J. — Sim. Creio que o mérito do dr. Barbosa Lima à frente do Instituto do Açúcar e do Alcool foi o de despertar uma consciência entre os fornecedores de cana. A gente tem que classificar também o fornecedor de cana. Havia o grande fornecedor de cana que estava muito vinculado ao usineiro. Alguns eram até parentes dele, ligados à usina, e gente com possibilidades. E havia o pequeno fornecedor de cana. Entre os próprios fornecedores de cana, havia moradores que ocupavam uma área bastante regular e que forneciam também a cana ao fornecedor ou diretamente à usina.

Havia, portanto, dois tipos de fornecedores de cana: o grande e o pequeno fornecedor. O Barbosa Lima, naturalmente, está englobando tudo. Creio que a gente deva fazer uma distinção bem clara entre esses dois tipos de fornecedores de cana. Talvez sejam três tipos: o grande, o médio e o pequeno, aquele que nem sequer entrega a cana diretamente ao usineiro, mas sim ao próprio fornecedor, cujas terras ele arrenda. De toda sorte, Barbosa Lima tratou de organizar e criar essa consciência entre os fornecedores.

Agora, as contradições existiam, mesmo entre o grande

quando se defrontava com a Associação de Fornecedores de cana. Mas não eram tão grandes. A dependência não era tão poderosa quanto a que existia entre o pequeno e o grande fornecedor. Não sei, mas isso comportaria, naturalmente, uma análise mais detida. Seria necessário analisar, na época, como estavam organizados os fornecedores de cana. Não sei como se poderia então, surpreender os conflitos e determinar melhor a natureza deles, ver qual foi a camada de fornecedores de cana que realmente ofereceu mais resistência ou reclamou mais contra a usina.

A.C. — Do ponto de vista do camponês, me parece que o fornecedor, no fundo, era mais opressor do que o próprio usineiro. O fornecedor, talvez, estivesse em uma situação econômica mais precária e, por conseguinte, tivesse que tirar do camponês mais do que uma grande empresa melhor organizada. Tenho a impressão de que, naquela área do norte de Pernambuco, Carpina, Bom Jardim etc., o peso do fornecedor de cana, o peso opressivo do fornecedor sobre o camponês talvez fosse mais evidente do que o do próprio usineiro. Não sei se o senhor concorda.

F.J. — Concordo, pelo seguinte: o usineiro trabalhava diretamente as suas terras; ele contratava, todos os anos, a mão-de-obra. Havia os caminhões das usinas, que iam buscar os camponeses em outras áreas, nas áreas mais secas onde o camponês necessitava complementar o seu orçamento familiar para pagar o foro ou para sobreviver. Então, os caminhões iam a Surubin, Vertentes e outras áreas áridas buscar camponeses, durante as fases mais difíceis, que eram as do plantio da cana e do corte.

O usineiro contava com essa mão-de-obra que existia na periferia das usinas, digamos assim, ao passo que o

fornecedor tinha os seus próprios moradores. Por isso, a situação do morador era mais opressiva. Concorde que o fornecedor oprimia mais o camponês e o foreiro do que o usineiro. Este último tinha, naturalmente, mais possibilidades econômicas de contratar, na época da safra, do plantio e da colheita, os camponeses que vinham de outras partes e não tinham com ele nenhuma relação direta, a não ser essa relação precária, circunstancial, de plantar e de cortar. Nisso eu concordo.

O outro, não, o outro era um elemento que tinha, ali dentro, o seu morador, o seu foreiro. Naturalmente, a sua situação econômica obrigava... Ele queria ter até o *status* de usineiro. Havia grandes fornecedores que queriam ter um *status* de usineiro, desfrutar do mesmo ambiente, frequentar o mesmo clube, ter um cavalo de raça, educar os filhos também no Rio de Janeiro e em outros lugares. Por isso, tornavam-se mais opressores. Eu estou de acordo com isso.

A.C. — O senhor acha que, no período de Agamenon, houve alguma hostilidade sistemática do governo ao poder político dos usineiros e dos fornecedores? Ou teria havido uma hostilidade maior aos usineiros do que aos fornecedores? Enfim, como é que o senhor vê a relação entre esses dois grupos tão importantes, usineiros e fornecedores, no governo Agamenon?

F.J. — Bem, o governo Agamenon tratou de aplicar a legislação social trabalhista. Agamenon era um homem que tinha certas inquietações nesse terreno. Ele estava, por conseguinte, muito vinculado à política de Vargas. Foi um dos inspiradores dessa política. Colaborou junto a Vargas, no sentido de defender os interesses da classe trabalhadora — não podemos negar isso a Agamenon. Agora, em Pernambuco, a gente tem que fazer uma pequena distinção: Agamenon também estava

ligado aos usineiros, basta dizer que um dos seus genros era um usineiro.

A.C. — Quem era?

F.J. — Deixe-me ver se me recordo... Esse rapaz, depois, foi deputado federal várias vezes. Enfim, Agamenon tinha um genro que era usineiro e tinha relações com usineiros. Agora, a luta de Agamenon foi contra o grande usineiro. Contra Catende, por exemplo. Catende foi uma usina contra a qual Agamenon travou uma luta feroz. Nesse caso, ele tratou de fortalecer o sindicato e apoiou o sindicato dos trabalhadores. Os conflitos trabalhistas aí eram fortes. Ele teve mão forte.

Evidentemente, entendemos bem essa característica de Agamenon. Ademais de ele estar ligado a essa política de Vargas, a esse esforço por sindicalizar os trabalhadores, havia nisso uma forma também de controlá-los. Bem sabemos que Vargas tratou de controlar a massa de trabalhadores. Além disso, Agamenon vinha do Sertão, era um homem que procedia de uma família pobre e era professor. Por conseguinte, tinha uma mentalidade aberta a novas idéias e sensibilidade para o problema. Mas não vamos nos extremar a ponto de admitir que Agamenon também não mantivesse relações com usineiros. Ele as mantinha. Agora, esses usineiros sempre se opuseram muito a Agamenon, trataram de derrotá-lo politicamente e ele, sempre que pôde, tratou de dividi-los.

A.C. — Havia algum grupo que ele apoiasse mais abertamente em detrimento de outros?

F.J. — Havia. O grupo de Catende, por exemplo, ele o combateu de forma sistemática. Catende por seu turno, nunca absolutamente transigiu com Agamenon. Era uma luta de poder.

Ele, com o poder político, e o grupo, com o poder econômico, já que se trata, realmente, de uma das grandes usinas de Pernambuco. É curioso que, de Catende, ele tenha tirado o melhor técnico, que era Apolônio Sales, para fazer dele o seu secretário de Agricultura. Depois, Apolônio Sales foi ministro da Agricultura. Ele vem de Catende. Sales foi uma cria de tenentes da Catende. Havia todas essas contradições e, naturalmente, o problema do poder pessoal.

A.C. — Mas o senhor acha que o Apolônio representava o interesse de Catende no governo, ou não?

F.J. — Eu não diria que ele representasse, mas diria que ele foi uma espécie de algodão entre cristais, um mediador. Ele era o elemento conciliador. Agora, Agamenon era um homem áspero, um sertanejo áspero e que, naturalmente, utilizou o poder político muitas vezes para se exceder. E ele se excedeu muitas vezes. Mas vendo hoje a atuação desse homem, temos que convir que, com todos os erros e perseguições políticas de Agamenon, ele andou muito mais avançado do que muitos dos políticos que o combateram naquela época e que se declaravam homens progressistas, *incluso* alguns professores.

Eu tomaria como exemplo o sociólogo Gilberto Freire, um homem que estava muito vinculado aos usineiros. Ele tinha a sua sociologia da casa grande e da senzala, e é possível que encontremos aí a raiz dessa intolerância de Gilberto para com Agamenon e de Agamenon para com Gilberto. Naturalmente, Gilberto estava cercado de outras pessoas. O *Diário de Pernambuco* era dominado por Antiógenes Chaves; por conseguinte, estava ligado ao grande poder da usina. O *Jornal do Comércio*, também. Agamenon teve que fundar a sua *Folha do Po*vo para poder expressar o seu pensamento político e combater essa grande oligarquia dos usineiros.

Mas encontra-se ligado, por exemplo, a Armando Monteiro, seu genro. Estava ligado a Armando Monteiro, pai, e a Armando Monteiro, filho, que acabou casando com uma filha de Agamenon. Não vamos considerar que ele estivesse totalmente do lado de cá, do lado dos trabalhadores, não é? Agora, ele teve um papel que considero progressista. Eu faço o *mea culpa* porque, naquela época, também combati muito Agamenon. Mas eu o combatia porque vinha da universidade e, como estudante, sofrera a pressão do Estado Novo, *inclusive* chegando a ser preso. Eu fui preso durante o governo de Agamenon.

A.C. — O senhor ficou preso por quanto tempo?

F.J. — Fui preso por uma noite. Eu acabava de me formar, estava começando minha vida, quando recebi uma intimação para ir à Delegacia de Ordem Política e Social. Foram à minha casa e, curioso, o único livro que me levaram foi *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freire, que era uma primeira edição na qual eu fizera anotações. Eu lia com muita atenção esse livro e anotava.

Naquela fase, Gilberto era um homem que estava muito ligado aos estudantes. Ele chegou a ser um ídolo dos estudantes. Então, fui preso e me levaram esse livro, que, por sinal, nunca me devolveram. Estava todo anotado. Eu o havia lido com muito cuidado e com muito interesse. Creio que fiz uma referência a este fato na carta que escrevi, quando estava preso, em Pernambuco, depois de 64, *Até quarta, Isabela*. Aí há uma referência larga ao livro, conto como fui preso e por quê.

Bom, isso já passou. Mas reconheço que, um dia, se deva fazer justiça a certos aspectos da atuação de Agamenon, mesmo durante o Estado Novo, sobretudo depois, quando ele ocupou o Ministério da Justiça, já na fase de redemocratização

do Brasil.

A.C. — Mas é que as arbitrariedades do Estado Novo suscitararam uma resistência democrática, em 45. Foram elas, provavelmente, que o levaram a apoiar o Brigadeiro, não?

F.J. — Exatamente. O candidato de Vargas, o candidato do Partido Social Democrático e do Partido Trabalhista era o general Eurico Dutra e, dada a resistência que esse ofereceu durante o governo Vargas, nós o considerávamos o candidato menos indicado para essa fase de redemocratização do Brasil. Por isso é que apoiamos todos ao Brigadeiro, e o apoiamos com muito entusiasmo.

A.C. — O senhor não pensou em entrar para a Esquerda Democrática, ou ela não existia em Pernambuco?

F.J. — Sim; a Esquerda Democrática existia. Eu já estava vinculado ao Partido Republicano, de maneira que, somente depois que a Esquerda Democrática se transformou em Partido Socialista e que surgiu a ruptura em consequência desse fato que já narrei aqui... Refiro-me ao fato de o Partido Republicano apresentar um candidato próprio que nos dividiu e que favoreceu, naturalmente, ao PSD de Agamenon e de Etelvino, embora hoje eu reconheça que o candidato ideal era o Barbosa Lima. Era a pessoa indicada para, naquele momento, ocupar o governo de Pernambuco, e não outro.

Barbosa Lima, naturalmente, representava os interesses do fornecedor, do pequeno proprietário, dos trabalhadores que Agamenon começou a defender e a sindicalizar, e não os interesses dos usineiros, que eram defendidos pelo Neto. O Neto representava esses interesses, e não era usineiro! Era um grande fornecedor de cana! É curioso. Ele estava figurando entre os fornecedores que não se consideravam beneficiados

pela legislação do Instituto do Açúcar e do Alcool.

A.C. — É isso que me deixa surpreendida, porque toda a legislação visou muito a proteção do fornecedor, mais do que a do usineiro, pelo menos na sua fase final, depois do Estatuto da Lavoura Canavieira, do Barbosa Lima. E, justamente quando assistimos ao processo de redemocratização, esses fornecedores posicionam-se contra aquela facção do governo que os protegera. Eu me pergunto o que foi que houve entre o nível econômico e o político que levou essas pessoas à oposição?

F.J. — Mas é preciso você considerar que foi o grande fornecedor... Creio que o equívoco — não se se poderia chamar assim — do Barbosa Lima foi que ele englobou o grande fornecedor com o médio e o pequeno. Creio que haveria que considerar as diferenças. Não podemos falar em um bloco de fornecedores como algo monolítico. Temos que verificar que existem contradições entre os próprios fornecedores de cana. Enquanto uns estavam muito mais vinculados aos interesses da usina e se sentiam mais amparados pela usina, outros estavam sendo naturalmente discriminados.

O pequeno fornecedor, por exemplo, muitas vezes, perdia cana, porque a usina dava preferência ao outro fornecedor, que era amigo ou compadre do usineiro ou que tinha mais cana para entregar. Às vezes, quando chegava a época de moagem de sua cana, o outro já encontrava a cana seca — quer dizer, o rendimento era pequeno. São essas coisas que, naturalmente, necessitam de uma análise, quando se pretende investigar bem o problema.

É possível que se possa estabelecer uma distinção e corrigir um pouco essa visão de Barbosa Lima, que pretendeu englobar todos os fornecedores de cana. Creio que ele próprio irá, naturalmente, concordar com essa apreciação que

estamos fazendo, na hipótese de que se investigue a coisa com mais profundidade.

A.C. — De qualquer forma, a sua tendência era apoiar Neto Campelo, ou pelo menos torcer por ele nas eleições. Já que o senhor não se sentia muito ligado ao candidato republicano, porque ele, no fundo, dividia os votos, suas inclinações iam mais para o Neto Campelo, não?

F.J. — Com franqueza, é muito difícil, agora, nessa altura, dizer se as minhas inclinações eram mais pelo Neto Campelo. É possível que, se o Partido Republicano tivesse, naquele momento, apoiado abertamente Barbosa Lima Sobrinho, eu o apoiasse com entusiasmo. É possível. Agora, o rompimento com o partido não se deu porque o partido dividiu-se em favor de Barbosa Lima — o que de fato ocorreu. Quando o Eurico de Sousa Leão tomou essa decisão, ele tirou o voto de Neto Campelo. Alguns crêem que, se não tivesse havido essa candidatura própria, é possível que Neto Campelo tivesse obtido mais votos. Eu não sei; é difícil analisar essa questão, a essa altura.

A minha ruptura com o partido deu-se precisamente porque o partido não foi franco. O partido poderia dizer: "Vamos marchar para a candidatura de Barbosa Lima ou para a candidatura de Neto Campelo". Eu queria que o partido houvesse definido a sua posição não como um intermediário desse ou daquele candidato, mas que fosse conseqüente: "Apoiamos esse ou aquele candidato". Se o partido tivesse, por exemplo, apoiado a candidatura de Neto Campelo, não sei se eu o apoiaria. É possível que eu o apoiasse, por disciplina.

A minha ruptura foi precisamente pela situação de ambigüidade do partido. O partido tomou uma decisão que não era de sacrifício, como ele dizia: "Nós vamos marchar para uma candidatura de sacrifício". Não foi. Tomou essa decisão,

já dentro de uma idéia preconcebida de tirar votos de um candidato para que o outro pudesse vencer. De maneira que é muito difícil, nessa altura, eu dizer se iria ou não iria com aquela candidatura. Penso que iria com a candidatura de Neto Campelo se o partido o apoiasse, assim como iria com a candidatura de Barbosa Lima, por problema de disciplina, e nada mais.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.C. — Logo depois da queda do Estado Novo, acho que se inicia, em Pernambuco, em Recife, particularmente, um processo de mobilização popular que talvez possamos considerar precursor das ligas camponesas de 55. As pessoas falam muito, por exemplo, naquelas cooperativas que o Agamenon Magalhães criou e que parece que deram origem a umas ligas urbanas, em Pottinga, Ambolei, enfim, já na área de Recife. É nesse momento que se denomina essas organizações de "ligas". Qual a sua versão sobre esses primeiros movimentos?

F.J. — Em verdade, com a redemocratização, quando o Partido Comunista entrou na legalidade — porque a iniciativa coube ao partido, não a Agamenon —, tratou de fundar várias organizações, às quais se davam mesmo o nome de ligas camponesas. Mas não sei se eram realmente ligas camponesas no sentido estrito, porque foram fundadas principalmente nos arrabaldes de Recife, em Bongi, em Pontiga, por aí, no engenho que fora, na época, dos holandeses, o engenho de Bernardo Vieira de Melo. Esse engenho pertencia à família Barreto, família muito tradicional na região.

Esse Barreto foi o secretário de Agricultura do governo de Barbosa Lima. Era um homem muito avançado, progressista e que, tempos depois, foi candidato federal pelo Partido

Comunista, já na época em que se lançou a candidatura de Miguel Arrais de Alencar. Nessa época, ele saiu como candidato do partido. Aí se fundaram, *inclusive* com o consentimento dele, como herdeiro que era de parte dessas terras, essas ligas, que não tinham outra finalidade senão plantar verduras. Aí entrou essa coisa de plantar verduras para fornecer aos mercados de Recife, mas o movimento não se estendeu ao interior. Essas ligas foram liquidadas, na época do Dutra, quando ele chegou à presidência e o partido entrou na ilegalidade. Elas foram sufocadas, mas deixaram alguns elementos.

Em verdade — agora tenho que fazer essa digressão, prestar esse depoimento — a primeira liga camponesa, que se chamava Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, nasceu em Vitória de Santo Antão e teve isso como finalidade. Quem organizou essa liga foi um grupo de camponeses ligados a Vitória de Santo Antão, e é possível que a cabeça desse grupo fosse de elementos que pertenceram — ou alguns deles ainda pertenciam — ao Partido Comunista. O velho Prazeres, o irmão de Prazeres...

A.C. — Quem era o irmão dele?

F.J. — O irmão dele vivia no Bongi; era um homem muito delgado, muito agradável. Como se chamava esse homem? Imagine que, agora, se me escapa o nome. Era uma pessoa muito agradável, muito fina. Aliás, parecia-me mais autêntico do que o próprio Prazeres. Prazeres era um pouco...

A.C. — Ele era do partido ou tinha sido mais um anarquista?

F.J. — Há uma história muito curiosa de Prazeres. Algumas pessoas tratam de exaltar muito a figura dele. Porém, tive uma experiência muito interessante com Prazeres, que talvez seja bom relatar. Prazeres era filho ilegítimo de senhor de

engenho, de um grande fornecedor. Eu, por problemas de discreção, nunca perguntei quem era o seu pai. Mas ele era um homem que tinha essa origem.

O pai o criou, mas, quando chegou o momento em que se devia definir bem a situação, o pai ficou com a família legítima, deu as terras aos outros filhos e Prazeres foi, por conseguinte, despojado e abandonado à própria sorte. É possível que daí venha o seu ressentimento. Ele veio para a cidade, ligou-se e, depois, foi condutor de bonde no Recife. Daí, naturalmente, agarrou-se ao partido. É a história do Prazeres. Ele voltou a meter-se no problema da terra por uma espécie de vingança contra o senhor que o havia despojado do pedaço de terra a que ele tinha direito, como filho ilegítimo desse senhor.

Esse fenômeno era muito freqüente, desde a época da escravidão: o senhor ter filho com uma moradora ou uma escrava e, depois, na hora de fazer a justiça e dar-lhe um pedaço de terra, abandonava-o à própria sorte. Esta é uma das razões por que fui advogado de muitos filhos ilegítimos, em Pernambuco, a começar por elementos da minha própria família. Eu tinha tios, primos ou parentes que eram ricos e possuíam terras. Eu dizia a um ou outro: "Olhe, você tem que reconhecer fulano". Eles retrucavam: "Mas como?" Eu pensava: "Tenho que começar a justiça por casa, fazendo reconhecer essa paternidade". E tive sucesso várias vezes.

Isso provocava muitas dissidências, você pode imaginar. Às vezes, um primo branco tinha um filho mulato com uma negra e não queria reconhecê-lo, embora fosse a cara dele, mesmo sendo mulato. E eu fazia reconhecer. Fiz muito dessas coisas, buscando esse tipo de justiça. Isso, enquanto estava trabalhando com os camponeses e seguia o movimento.

Alguns me chamavam: "Vamos entrar em um entendimento, sem ruído. Vamos reconhecer calmamente". Eu dizia: "Olhe, você bote esse menino na escola e eduque-o. Não são somente seus filhos que têm direito à instrução. Vamos salvar esse menino. Quem sabe, ele pode ser até o presidente da República, um dia, não é?"

Bem, então, Prazeres tinha esse ressentimento. A gente tem que salientar o papel do irmão dele, que sempre foi uma figura muito agradável, mas sempre viveu muito apagado, e foi a alma do movimento, por exemplo, no Bongi. Chamava-se Amaro do Capim. Não sei se está vivo ou se está morto — Prazeres já não vive —, mas é um homem que necessita ser resgatado. Não se contou a verdadeira história de Amaro do Capim, que era irmão de Prazeres, porém não filho do mesmo pai. Era um camponês humilde, mas era irmão dele. Prazeres era o único filho desse senhor — ou, pelo menos, o primeiro. Bem, então, se fundou a liga.

A.C. — O senhor dizia que quatro pessoas o procuraram.

F.J. — Sim. Eram Prazeres, Amaro do Capim, seu irmão, um outro camponês, que era de Vitória de Santo Antão — não me recordo mais do nome dele —, e um quarto que não era camponês — devia ser um elemento do partido, um líder da classe obreira, um condutor, e eu não me recordo bem dele. Eu me recordo bem de Amaro do Capim, de Prazeres, desse camponês de Vitória de Santo Antão — não tenho o nome, mas sei que era de Vitória de Santo Antão e viera da propriedade Galiléia. Eles disseram: "Olhe, a sociedade está fundada. É uma cooperativa e queremos ver se conseguimos crédito para plantar mais verdura. As terras já estão todas arrendadas e são terras que já não dão mais cana. Por isso é que o Beltrão nos arrendou. E estamos lá". Eram umas 104 famílias, mil e tantas pessoas.

Havia uma concentração muito forte. E continuaram: "E aqui viemos, pois queremos ter um advogado para nos defender, e sabemos que você defende camponeses". Quando me buscaram, já sabiam, naturalmente, que eu era um velho defensor de camponeses. Essa coisa foi em janeiro de 55; ademais, eu acabava de conquistar uma cadeira de deputado. As eleições foram em outubro de 54 e eu devia tomar posse em março de 55.

[FINAL DA VITA 2-B]

F.J. — Então, esse grupo de camponeses, estando entre eles José Aires dos Prazeres, foi à casa. Precisamente, eu estava vivendo em Potinga. E me disseram: "Olhe, temos aqui esta associação que acabamos de fundar. Ela já está aprovada. Porém, necessitamos de um advogado". Vi os estatutos, uma coisa muito simples. Era uma cooperativa para obter crédito, poder vender melhor as verduras e obter uma série de coisas. Eles continuaram: "Agora, a associação está fundada aqui, mas vai funcionar na Galiléia, que é onde existe terra, onde os camponeses vão plantar chuchu, alface, uma série de verduras para vender. Queríamos que o senhor fosse lá". Eu disse: "Está bem". Marcamos um domingo, e eu fui.

Cheguei lá e encontrei um corredor de camponeses e camponesas, com flores, uma coisa muito bonita, com pétalas de rosas, muitos foguetes, uma verdadeira festa. E eu aí assumi o compromisso de defendê-los. Usei até uma expressão de que sempre me recordo, porque me emocionou muito ver aquelas velhinhas camponesas, à medida que eu passava, me jogando flores. Eu pensei: "Essa gente tem esperança". Então, eu disse: "Olhe, vou fazer tudo para que essas pétalas não se transformem em pedras". E assumi o compromisso de defendê-los.

A cooperativa, entre outras coisas, queria contratar uma professora para alfabetizar e ensinar aos meninos. Há aí um pouco de exagero, quando o pessoal diz que a sociedade era também — e principalmente — para comprar caixãozinho para sepultar os meninos. Isso está no livro de Josué de Castro, *Sete palmos de terra e um caixão*, que é uma expressão que usei em um dos muitos documentos que redigi. Eu disse que os camponeses, que tinham tanto amor à terra, viam que todas as suas aspirações acabavam sempre em sete palmos de terra e um caixão. Eu usava essa expressão para dizer que essa era a terra que sobrava para eles.

A.C. — É um pouco o tema da poesia de João Cabral, *Morte e vida Severina*.

F.J. — Exatamente; é o tema da poesia de Cabral. Bom, assumi aí esse compromisso, falei com eles, expliquei a coisa e disse: "Vamos, vamos lutar por isso".

A.C. — Então não era fato que eles estivessem preocupados com esse problema da compra de caixões?

F.J. — Não; isso não era a coisa fundamental. A coisa fundamental era o crédito, para poder desenvolver a cooperativa de verduras e manter a professora. E, claro, reunir algum dinheiro para sepultar os seus mortos, evitando ter que sepultar uma criança em uma encruzilhada, dentro de uma caixa de papelão; ao menos, que fosse levada em uma caixinha de madeira. Mas isso não era a coisa fundamental. Muita gente fez disso o problema fundamental, para dramatizar a questão da mortalidade no Nordeste. Entendo perfeitamente bem, porém não era a coisa fundamental, para dizer a verdade.

Então, Prazeres foi a pessoa que serviu de elemento de ligação entre eu e a liga camponesa de Vitória. Mas passei

a ter contato direto com os camponeses, porque já defendia camponeses. Eu ia lá com frequência, nos fins de semana, e ia convidando camponeses de outras regiões. Assim, a associação transformou-se em uma espécie de Meca dos camponeses da região. Toda a gente vinha, porque sabia que, aos domingos, eu estava sempre com eles. Eu era o deputado que, ao invés de passar o fim de semana desfrutando da praia, simplesmente ia ao campo. E tirava o domingo para isso.

Era a época em que eu convidava estudantes, convidava alguns profissionais, alguns médicos: "Por que é que vocês não vão comigo, para a gente dar uma certa assistência aos camponeses?" Como o camponês estava em um estágio muito atrasado, esperava sempre que viesse algo ou do céu ou do patrão, do dono da terra, então existia esse problema do paternalismo. Eu tinha que fazer algo meio paternalista, ao mesmo tempo que tratava de conduzir a coisa por um terreno mais consequente. O paternalismo era usado, aí, porque eles já estavam condicionados a isso, e eu teria que descondicioná-los, usando o próprio paternalismo. Eu poderia tentar explicar isso estabelecendo uma espécie de relação dialética entre o paternalismo e uma tomada de consciência já consequente, séria. Eu sei é que eu utilizava essa mistura.

Os camponeses viam em mim uma pessoa que os defendia na Justiça e que ia também defendê-los na tribuna da Assembléia. Fizemos reuniões, a coisa começou a crescer, a ligação foi crescendo. Foi quando o problema adquiriu já certas proporções, e o proprietário se desesperou — ele era o presidente de honra da associação. Imediatamente abandonou-a, quando viu que eu estava metido aí e que os camponeses iriam mais adiante. Eu começara a falar na necessidade da unidade, da reforma agrária, a dizer que não bastava plantar verduras e nem ter uma cooperativa, que era preciso fundar outras

organizações. Eles continuaram chamando de associações.

A gente botava sempre as placas: Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco. A expressão ligas camponesas surgiu como uma reação dos grandes jornais que estavam a serviço dos usineiros, dos latifundiários. O *Diário de Pernambuco* foi quem primeiro usou a expressão liga camponesa, para queimar as associações, para pôr a liga na ilegalidade. Isso não foi possível, porque a liga era uma associação legal. O juiz que a aprovou chamava-se Rodolfo Aureliano, era presidente da Associação Católica de Recife, e considerou que a associação era uma coisa perfeitamente anódina e que estava ajustada à lei.

E por que é que a expressão liga camponesa, dessa vez, funcionou, e não funcionou em 46? Isso é o que quero dizer. Em 46, não havia condições, que eu chamaria de históricas, para que o movimento pudesse surgir e se desenvolver. Ademais, como o partido estava por detrás das associações, elas ficaram com um caráter de célula comunista. É claro que, posto o partido na ilegalidade, imediatamente liquidaram com o movimento. A gente que estava à frente dessas ligas do Bongi, essa gente via a coisa mais como uma célula do que propriamente como um movimento autônomo que pudesse ir ganhando a confiança dos camponeses, mesmo do Bongi, porque eram camponeses que aí cultivavam verduras. Por isso é que o movimento foi liquidado.

Agora, nesse momento, não. Primeiro, porque eu não considerava isso como uma célula; eu dava como um movimento. Eu não falava absolutamente em política; não levava, por exemplo, idéias marxistas para o campo. Eu não falava que os camponeses deviam entrar em um partido político; simplesmente tratava de seus problemas concretos imediatos, de fortalecer a sua unidade, de organizar outras cooperativas, de atrair

mais camponeses, de fazer com que se defendessem contra o cam
bão, de obter uma lei que pudesse impedir, também, o aumen-
to do foro, como já havia uma lei que impedia o aumento do
aluguel da casa na cidade.

Eu dizia: "Olhe, já existe uma lei nesse sentido. A gente também precisa fazer uma lei para o campo, para que não se aumente arbitrariamente o preço do aluguel, da renda da terra". Então, eles se animavam, porque eu estava tocando em dois problemas concretos e imediatos que eles sentiam, que eram o aumento do foro e o cambão. Aí, nessa propriedade, não tanto, porque o proprietário era um ausentista. Ele ia no fim do ano receber os foros e apresentava o aumento. Levava um saco e recebia todos os foros. Geralmente, o dinheiro do camponês era muito trocadinho; às vezes, pagava o restinho do foro em moedas ou cédulas trocadinhas. Eles levavam montes assim para pagar. O proprietário, às vezes, tinha que passar um dia todo contando. Então, o sujeito levava um saco, metia todo o dinheiro aí dentro para contar em casa, no Recife. O Beltrão fazia isso. E aumentava o foro: "Fulano, para você, um aumento de tanto do foro; você aí, tanto; e você, tanto".

Agora, também temos que nos referir a um fenômeno interessante. Em 55, chegava Juscelino Kubitschek ao poder, e vinha com as metas desenvolvimentistas, com um programa que provocou toda aquela euforia na burguesia nacional, na burguesia industrial. Era o momento em que a cidade começava a vencer o campo, nas eleições. O eleitorado da cidade já era o peso, já não era mais o coronel quem decidia em última instância. Então, esse salto, que foi um salto de qualidade, explica também por que o movimento não foi liquidado aí, apesar de crismado e batizado de liga camponesa — uma coisa subversiva, para rememorar o tempo das ligas camponesas do Bongi

ou, quem sabe, até as ligas camponesas do século XVI, na Alemanha Central, que eram movimentos de uma grande violência. O movimento foi assim batizado com essa finalidade.

Então, havia a euforia da burguesia nacional. Falava-se mesmo na necessidade de democratizar a terra, de criar uma classe média no campo para poder absorver os produtos da indústria de transformação no Brasil, em tudo isso. Esse momento histórico é importante. É preciso destacar o papel que, nesse momento, desempenhou Juscelino Kubitschek com a sua política, com o seu programa de metas, de desenvolvimento.

A.C. — A impressão é que o campo, sobretudo o Nordeste, aparecia como um estigma em uma sociedade que estava se industrializando, próspera, que começava a acreditar em si mesma. O campo era uma espécie de vergonha nacional.

F.J. — Sim, por isso nasceu a Sudene. A Sudene é um produto precisamente dessa nova concepção desenvolvimentista do Juscelino Kubitschek. Um fenômeno que era latino-americano. Coincide que, nesse momento, estava aqui o Miguel Alemán, que também tinha a mesma mentalidade desenvolvimentista. Creio que, em Colômbia, estava Restrepo, não sei. Foi a fase em que começou uma nova concepção de desenvolvimento do capital aqui na América Latina, para servir aos mesmos fins da grande potência imperial. Bem, então, surgiram periodistas, jornalistas que iam ao Nordeste para ver esse fenômeno, quando começou a se falar muito nessa coisa. A princípio, estávamos na página policial, é claro; depois passamos à página política e, finalmente, à página internacional. Mas esse trânsito não foi fácil; esse trânsito demandou muito tempo, muita luta, muitas derrotas, muitos avanços, muitos retrocessos.

A.C. — Ainda sobre a liga de Galiléia, como foi, exatamente, a intervenção do proprietário, do Beltrão, nisso tudo?

Antes, ele fora escolhido como uma espécie de membro honorário. Depois, o que levou os camponeses a procurá-lo e a pedirem a sua ajuda jurídica? Ele mudou, ele voltou atrás? Como foi esse processo?

F.J. — Primeiro, constituíram a associação e convidaram o Beltrão. O Beltrão viu aí uma oportunidade para fortalecer mais a sua economia. Ele deve ter pensado: "Se esses camponeses organizam uma cooperativa e se tiram crédito, eles vão, naturalmente, ter quem financie a produção de verduras e outras coisas — mandioca etc. —, que eles vão plantar aqui; se desenvolverem, vão ganhar muito mais dinheiro, vão vender os seus produtos diretamente no Recife, e isso vai-me dar margem para que eu possa também aumentar o aluguel das terras. Ao invés de aumentá-lo em 20%, 30 ou 40% poderei aumentá-lo em 50% e até mais, porque eles estarão tirando muito lucro".

O Beltrão comportou-se como um senhor que arrendava a terra e que queria simplesmente ganhar mais, queria que a terra rendesse o máximo — uma terra em que não se plantava mais cana, porque já estava esgotada. Os camponeses que me buscaram, naturalmente, foram orientados por alguém. Não sei qual foi a pessoa, mas devem ter dito: "Vocês precisam de um advogado e fulano entende disso, já está metido na coisa e pode dar assistência". Quem os mandou, não sei. O fato é que chegaram à minha casa e disseram: "Nós já sabemos que você defende camponeses, muitas pessoas nos falaram disso, e a gente quer que você nos defenda".

Quando agarrei o estatuto, vi que tinha um instrumento legal muito importante — observe que eu trabalhava com o *Código civil* — para ampliar o trabalho que eu vinha fazendo e dar aquilo que eu queria. Os camponeses passariam da fase de estar simplesmente indo à Justiça, para uma organização, uma associação em que poderiam debater os seus problemas.

Toda vez que se reúne um grupo de camponeses e se começa a debater os problemas, surge uma nova idéia, há sempre uma possibilidade de avanço. A unidade e a organização levam, naturalmente e inevitavelmente, a um passo adiante. É essa a idéia, não? Ademais, traz a possibilidade de defendê-los e também de denunciar qualquer arbitrariedade cometida contra eles.

Bem, eu já estava aí como político, tinha um programa. O meu partido tinha um programa de democratizar a terra, de lutar por uma reforma agrária. Depois, dei a esse programa um caráter de radical, porque havia de estirpar de vez o latifúndio, criar grandes cooperativas, em suma, mudar a fisionomia do Nordeste.

A.C. — Sobre isso é que eu queria lhe perguntar. Insisto nessa idéia de que a sua posição era muito solitária, já que o tema da terra não era um tema, naquela época, que ocupasse os políticos em geral, de nenhum partido, nem mesmo do Partido Comunista. Eu gostaria que o senhor nos falasse um pouco sobre a reação dos seus correligionários socialistas, dos comunistas, enfim, dos grupos mais interessados, mais sensibilizados pela causa de esquerda, naquela época.

F.J. — Essa é uma pergunta muito interessante. Em verdade, quando regressei da Galiléia, a imprensa começou a falar muito nesse assunto e falou na existência das ligas camponesas. Imediatamente, fui procurado por muitos amigos, que iam à minha casa, para que eu desistisse dessa idéia. Evidentemente, por detrás disso estava, sem dúvida, o Partido Comunista, preocupado com que esse movimento pudesse desembocar em alguma coisa que afetasse a estratégia que o partido tinha para aquela região ou para o país.

Diziam: "Fulano, você deve desistir. Isso vai acabar

em uma tragédia. Você sabe que, aqui, o latifúndio está muito atrasado. Essa gente é uma gente de um autoritarismo muito forte, muito violento, você conhece o fenômeno. Muita gente tem sido sacrificada, e você vai-se sacrificar inutilmente, porque esse não é o momento de tratar desse problema. No momento, a gente deve cuidar de outras coisas". Eu então respondia: "Olhe, já estou metido nisso há muitos anos. Creio que é chegado o momento de dar um passo adiante, e não vejo motivo para se temer". Eu dizia isso a muitos desses amigos, que foram Pelópidas Silveira, e outros.

Pelópidas se preocupava muito. Ele foi muito meu amigo e se preocupava muito com que eu pudesse ser trucidado, liquidado, assassinado ou emboscado. Eu dizia: "Olhe, Pelópidas, eu já estou metido na coisa. Você é o prefeito da capital. Se me abatem, sei que você, pelo menos, não vai deixar que eu fique estendido em uma estrada. Pelo menos sei que você me sepultará". Isso eu disse a Pelópidas. Ele ficou muito aborrecido comigo, saiu indignado, porque ele foi como prefeito, como autoridade, como amigo, para fazer esse apelo. E eu ainda disse: "E olhe, se eu escapar, dentro de dez anos a gente conversa. Eu converso com você e com outros que estão receosos desse trabalho. Eu já me comprometi, é um problema que vem de longe e vou seguir com esse trabalho. Agora, se fico isolado, é pior, porque é mais fácil de ser liquidado. Mas, se conto com a solidariedade de vocês, o movimento avança. Então, deixo o problema com a consciência de vocês, que são revolucionários, que são homens de esquerda e que estão interessados, naturalmente, em modificar completamente a cara desse Nordeste e sair desse impasse em que estamos".

Bem, aí deixaram. Eu continuei, solitário, enfrentando... Claro, havia outros amigos que diziam: "Olhe, você, rapaz, você sabe que toda pessoa tem o anjo da guarda, não é?

Você tem dois, mas que já devem estar com a língua de fora, de tanto protegê-lo. Estão muito cansados". Havia essas coisas; era muito interessante. E eu segui. Algumas pessoas viam nessa minha atitude uma atitude mística de um homem que se queria crucificar. Em verdade, não era nada disso. Eu tinha a consciência exata de que estava realizando um trabalho que, com o correr do tempo, poderia produzir grandes frutos, em uma região onde predominava a massa camponesa analfabeta.

A população era constituída, em sua quase-totalidade, de analfabetos. Mais de 70% da população era de camponeses e, desses 70%, quase 90% era de analfabetos. Eu sabia que essa era uma região de grande concentração e que era preciso trabalhar nesse sentido — trabalho duro, difícil, em que tinha que empregar essas coisas todas. E eu utilizava o *Código civil*, a Bíblia e a literatura de cordel, os cantadores. Toda essa coisa eu fui descobrindo que era interessante para motivar os camponeses. A própria linguagem que eu usava era uma linguagem muito acessível, porque vinha dos camponeses, e eu a traduzia em documentos.

O fato é que fundamos a liga, e o pessoal começou a ir para lá. Eu tinha a preocupação constante de sempre adotar certas medidas de precaução, mas não podia adotar todas. Vou contar uma anedota que nunca narrei mas que agora já posso fazê-lo. Nessa época, passou essa película, *Viva Zapata*, que foi rodada com o principal protagonista sendo o Marlon Brando. E foi tremendo, porque a película realmente causou um grande impacto, todo o mundo foi assisti-la. E um jornalista meu amigo, Clóvis Melo, filho do grande historiador Mário Melo, que era um cronista da cidade do Recife, Clóvis pôs, em um dos jornais de Pessoa de Queirós, o que saía de tarde, pôs em grandes letreiros: "Viva Zapata!". E identificou a

película de Zapata com a liga camponesa. Isso foi uma coisa tremenda. Foi quando o negócio realmente explodiu, de repente, na imprensa, mas já na parte política. Foi em primeiro plano, já não era tratado como caso de polícia; passamos a ser um caso político. Em consequência disso, os latifundiários se reuniram.

A.C. — Mas foi uma matéria simpática?

F.J. — Sim; foi uma matéria simpática. Clóvis era uma pessoa que tinha simpatia por nós. Mas o fato é que ele foi simpático e me jogou às feras.

A.C. — Que jornal era?

F.J. — Era um vespertino do *Jornal do Comércio*, que saía à tarde; era o *Diário da Noite*, nessa época muito lido, em Recife. Toda a gente lia o *Diário da Noite*. Mas o Clóvis lançou essa manchete, e o resultado foi que, de certo modo, entregou-me às feras. Reuniram-se os terratenentes, vários latifundiários, usineiros e fornecedores de cana, e decretaram a minha morte. Agora, como sei dessa coisa? Vou-lhe contar. É interessante narrar esse fato, para você ver como são as coisas.

Eles se reuniram e disseram: "Olhe, a gente tem dois caminhos. Um é fazer um cheque em branco e dar a esse camarada, para ele abandonar o Nordeste, ir-se embora, viver em outra parte, no Rio de Janeiro, em Paris ou em outra parte. A gente dá a ele o cheque em branco, ele enche e vai embora. Do contrário, o que devemos fazer?" Havia entre eles um jovem que tinha sido meu colega na universidade e que havia herdado do pai uma usina e que me conhecia. Ele disse: "Olhe, conheci fulano. Ele era uma pessoa muito serena na universidade, mas estou seguro de que ele é in~~corrupt~~ível. Eu proponho

que se lhe mate". Meu colega! Eu não quero dar o nome dele. Você me permite que eu não dê o nome. Ele está vivo e a gente pode, amanhã, se encontrar e ainda, quem sabe, fazer uma aliança.

Ele disse isso e os demais disseram: "É mesmo. Mas como a gente faz isso?" Ele respondeu: "Nós sorteamos. Não devemos mandar ninguém. A gente se sorteia aqui". Eram 20, e se sortearam. Caiu a um cidadão que era da família Guerra e que tinha sido capitão da Marinha. Ele havia se retirado e se casado com um elemento da família Guerra, e herdara terras. Rico e bom na pistola, foi a ele que caiu a tarefa. Agora, como é que eu soube e como é que escapei? Como eu disse a você...

A.C. — Eu sei quem é esse seu colega. Mas não vou-lhe dizer.

F.J. — É, você deve saber. Mas fique aí.

A.C. — Deve ser uma pessoa que morreu há pouco tempo.

F.J. — Não; era outro, não é esse. Era outra pessoa, e nunca pensei que fosse capaz disso, porque era muito amável comigo. Bem, eu não estava tão comprometido como já estava aí. Nem sequer eu era, para ele, um perigo em potencial. Aí, eu já era mais do que um perigo em potencial. Bem, então...

A.C. — O senhor tem certeza de que é um fato real?

F.J. — Como é que eu sei? Bem, como eu disse a você, eu defendia muitas causas e era advogado de muitos desquites. Coincidiu que, nessa época, eu estava defendendo uma senhora de uma família muito importante, a família Brito, da fábrica Peixe, da usina etc. Então, eu defendia uma senhora que era casada com um membro da família Brito, porque nenhum advogado

quisera aceitar a causa em Recife. Ela veio a mim, por intermédio de uma amiga. Essa amiga tinha relações muito estreitas com um desses senhores. Como amiga íntima da minha cliente, foi a ela e disse: "Olhe, você avise ao seu advogado que ele está condenado à morte. Eu venho avisar, porque você fala tão bem dele e diz que ele está lhe defendendo, diz que ele vai salvar uma parte do patrimônio etc".

Então, ela veio à minha casa, muito alterada, tarde da noite, me explicar: "Olhe, você foi condenado à morte assim, assim e assim". Eu fiz um testamento político, dei o nome das pessoas que estavam na reunião, porque ela me deu os nomes um por um, fiz um seguro de vida... Eu já estava casado e tinha quatro filhos pequenos. Então fiz esse seguro de vida, à prova de tudo, porque eu tinha poucos haveres, e fiquei calado. Se eu fosse denunciar isso publicamente, seria negado e pareceria que eu estava com medo. O meu negócio era esperar. Havia um pouco de fatalismo nessa coisa, mas não havia outra saída.

Eu peguei todo esse material, testamento etc., e entreguei a um amigo de minha confiança e disse: "Olhe, se eu for abatido, você publique isso. Entregue uma cópia à Ordem dos Advogados do Brasil, outra ao presidente do Tribunal de Justiça, e a outra você publique na imprensa. Aí está tudo". Bem, segui. Chegou o dia em que a sentença seria executada. O encarregado de executá-la tomou o automóvel dele com o motorista e saiu.

Eu devia, nesse dia, falar na Câmara. Os temas dos discursos dos deputados sempre eram anunciados com antecedencia. No dia anterior, davam-se os assuntos que iam ser falados no dia seguinte, e a gente tinha que se inscrever antes. Então, ele sabia que eu ia denunciar uma arbitrariedade cometida contra um camponês de uma propriedade de um parente dele.

O camarada saiu e no meio do caminho, de repente, disse ao motorista: "Volte para casa". O motorista deu a volta, e ele voltou. Mais tarde, quando ele estava perto de morrer, fez uma confissão a uma pessoa que depois veio a mim transmiti-la. Era um escrivão e, como eu trabalhava como advogado, no Palácio da Justiça, ele veio a mim e disse: "Olhe, fui muito amigo de fulano, que acaba de morrer, e ele me confessou isso. Agora, posso contar a você".

E ele me contou que esse senhor havia-se convertido ao espiritismo meses antes, e havia contado que, quando viajou, sentiu que algo lhe dizia: "Não mate este homem". E, por isso, ele regressou. É interessante esta história, porque revela essas coisas todas que se passam na vida de uma pessoa. Eu poderia ter sido abatido nesse dia, mas aconteceu isso. Um dia, talvez, eu possa relatar isso em umas memórias e dar os nomes de todos, mas não penso em escrever memórias agora, nem nada disso. Ainda tenho muito o que fazer.

[FINAL DA FITA 3-A]

F.J. — O movimento seguiu e as ligas começaram a se multiplicar.

A.C. — Esse período que vai de 55 a 59 é aparentemente tranquilo, e ninguém sabe exatamente o que é que se passa, como é que essas ligas crescem, que tipo de movimento dá respaldo a elas, enfim, como é que se dá esse processo de expansão das ligas, até que elas aparecem a nível nacional, como uma realidade política.

F.J. — Bem, como eu disse a você, houve essa transição da página policial para a página internacional. E houve esse fato que acabo de narrar, de que uma película de Marlon Brando,

figurando Emiliano Zapata, contribuiu para dar certas ressonâncias e fazer com que alguns periodistas começassem a escrever artigos — amigos que sabiam que eu estava realmente correndo perigo de vida. E foi nesse momento que os amigos me procuraram — entre outros, Pelópidas Silveira —, para que eu desistisse e esperasse um pouco mais, porque não era tempo e o processo não estava suficientemente maduro para tratar de ir ao campo, organizar e incorporar os camponeses ao movimento democrático brasileiro, à luta do povo brasileiro pela democracia. Então, dei essa resposta a ele e segui.

O que se passa é que, em virtude da existência dessa euforia do país para modificar o problema do campo, muita gente começou a ir ao Nordeste porque era a região mal-sinada, porque era a grande chaga do Brasil. Veio a coisa de Celso Furtado, a Sudene, e começaram a surgir, por conseguinte, muitas vozes clamando pelo Nordeste abandonado, para que o governo destinasse mais crédito, nos orçamentos da República, para a região. Naturalmente, havia muita gente — políticos, membros tradicionais de partidos políticos — interessada em melhorar a situação da região.

Em consequência, o movimento foi crescendo como uma coisa natural. Já não era o trabalho de um homem que pregava a necessidade de organizar os camponeses. Era um trabalho que estava um pouco difuso na consciência de toda a gente avançada e progressista do Nordeste. Diziam: "É justo. Temos que modificar esse quadro, não é possível continuar assim. Pernambuco não vai para diante, o Nordeste não vai para diante, porque existe esse encalhe, que a gente não aceita, absolutamente. O coronelismo está passando, já estamos em outra fase etc".

Isso explica, naturalmente, o começo da resistência

dessa burguesia industrial, interessada em sair das dificuldades, em se desenvolver, em buscar uma posição mais equitativa, mais firme. E eu pude aproveitar isso. No Nordeste, por exemplo, passavam jornalistas como Heráclito Sales do *Jornal do Brasil*, que foi lá, ver esse fenômeno; e o Antônio Calado, do *Correio da Manhã*.

A.C. — O Heráclito Sales passou antes do Calado?

F.J. — Sim; antes do Calado. E escreveu uma série de artigos para o *Jornal do Brasil* muito interessantes. Ele enfocou o problema, e isso, naturalmente, teve ressonância nacional. Sabiam que, no Nordeste, existia um movimento assim. Então, houve várias entrevistas comigo, sendo que o Calado me cercou mais do que o Sales. O *Estado de São Paulo* havia mandado o seu correspondente em Recife me pedir uma série de artigos, antes mesmo da ida do Sales e do Calado. E escrevi vários artigos para o *Estado de São Paulo*, que me pagou por eles muito bem. Foram uns quatro ou cinco artigos sobre o significado do fenômeno das ligas camponesas e o fenômeno camponês no Nordeste. Isso está lá, publicado com destaque, no *Estado de São Paulo*.

Descobriu-se, então, a existência da liga camponesa. Todo o mundo passou a chamar de liga camponesa à associação, embora os camponeses continuassem a chamá-la de sociedade. Mas todo o pessoal, no Recife, começou a chamar de liga camponesa. De maneira que a expressão liga camponesa não se deve aos camponeses, nem a mim, e nem a nenhuma força interessada em crismar o movimento. Deve-se a uma reação dos próprios usineiros, do próprio latifúndio, empenhado em ver se apagava essa fogueira, se liquidava esse movimento. É muito interessante.

A.C. — Sim, muito interessante. Sempre fui muito fascinada

pela maneira como as ligas se projetaram internacionalmente. É impressionante.

F.J. — Podemos, depois, falar um pouco sobre a projeção internacional da liga.

A.C. — Sim, acho isso muito importante. Mas, antes, eu queria perguntar ao senhor duas coisas. A primeira é sobre um congresso que se organizou em Pernambuco, chamado Congresso Para a Salvação do Nordeste. Que sentido político teve esse congresso? A outra é sobre a reunião dos bispos de Campina Grande, que teve um efeito político muito grande.

F.J. — O Congresso Para a Salvação do Nordeste foi organizado por muitas entidades. Aí estava metida a Sudene, estava também metido o governo do estado, estava metido...

A.C. — A Sudene não, porque não havia ainda.

F.J. — Você tem razão, a Sudene não.

A.C. — Era o governo, não?

F.J. — Sim, era o governo. Mas estava metida a Prefeitura do Recife, estava Pelópidas, e havia uma série de entidades e personalidades interessadas nesse congresso. A liga camponesa realizou, de forma paralela, o seu primeiro congresso regional, e quem ajudou muito nesse congresso foi Josué de Castro. Josué postulava uma cadeira de deputado federal. Era uma época de grande agitação. Josué deu uma ajuda e foi levado, digamos, de forma bastante triunfal, para encerrar o congresso. Eu então o convidei para pronunciar uma conferência no Joaquim Nabuco sobre reforma agrária.

A.C. — No Instituto Joaquim Nabuco?

F.J. — Não; na Assembléia Legislativa. Nós enchemos toda a Assembléia Legislativa. Cercamos e fizemos a primeira grande marcha de camponeses. Eram uns três mil camponeses. 69

Fizemos uma marcha extraordinária, passamos em frente ao quartel e me lembro de que os oficiais baixaram, vieram assistir à passagem dos camponeses, tudo muito bem disciplinado. Eu escutava, por exemplo, os oficiais dizendo: "Eles finalmente despertaram". E era curioso, porque eu notava que muitos oficiais falavam com entusiasmo e sentia que havia certo inte-resse no despertar dos camponeses, que não havia medo. Era uma fase muito interessante, porque era uma fase ambígua, onde a coisa não estava bem definida.

Já a presença do camponês na capital, essa presença começou em 56, quando fiz uma marcha solitária, só com os líderes camponeses que eu já tinha no campo. Consegui levar 610 camponeses, no 1º de maio. Eu dizia: "Por que é que a gente não sai? Se vocês vão à Justiça, vão a uma festa, vão a um enterro, por que é que não vamos ao Recife assistir ao 1º de maio, saber o que é que os operários estão fazendo?" E aceitaram. Consegui comprar, pela metade do preço por que se vendia na estação da estrada de ferro, as passagens de segunda classe, e metemos 604 camponeses nos trens.

Desembocamos no Recife, organizamos uma marcha de dois em dois, para mostrar que era maior, até o Teatro Santa Isabel, onde os políticos e senadores estavam reunidos com os trabalhadores para comemorar o dia do trabalho. Entramos e foi uma coisa notável. Entramos com toda essa massa camponesa e houve uma grande confraternização. Eu partida da idéia de que, já que os operários não iam ao campo, que os camponeses viessem à cidade, para mostrar que existiam.

Aí é que eu via a diferença das duas culturas: a do camarada que vai para a cidade e que fica muito preso à cul-tura urbana, ao problema da televisão, do cinema e, sobretudo, do futebol, ao invés de ir ao campo. Os estudantes quando iam ao campo, era para uma espécie de *weekend* revolucionário.

Falavam, diziam muitas coisas, porém isso não se repetia. Então, eu disse: "O camponês tem que ir à cidade". Foi quando pensei na idéia de trazer o camponês, primeiro, às pequenas cidades do interior. Depois, aproveitar as grandes datas nacionais e coisas assim, importantes, para que o camponês pudesse aparecer e a gente da cidade descobrir a existência dele. Queria que deixassem de vê-lo como uma figura folclórica, ou uma figura que a gente descobre quando toma um trem, vai pela estrada e a vê trabalhando, num quadro muito bucólico, muito bonito. Eu queria que vissem o camponês, mas vissem o outro lado, o outro aspecto do camponês.

A.C. — O senhor está falando muito em camponês, mas a própria palavra camponês, inclusive, surgiu nessa época. Ninguém usava a denominação camponês para um trabalhador do campo.

F.J. — Realmente, não se usava. A palavra camponês, eu a pronunciei pela primeira vez na Assembléia, e houve um estremecimento. Já narrei isso em um livro. Houve até uma professora que me pediu, encarecidamente, que eu usasse a palavra rurícola. Era uma colega, professora muito fina. Eu disse: "Olhe, d. Maria Luísa, não posso usar essa expressão, porque os camponeses não sabem o que é rurícola e podem pensar que estou usando uma palavra feia. Digo camponês porque vem de campo. E a senhora vê que, em qualquer idioma, tudo deriva de campo".

Mas a palavra camponês já tinha uma conotação ideológica, uma conotação política. Como, depois, veio a ter a palavra latifúndio. Quando eu chamava um colega usando a expressão latifundista, sabe que muitos se levantavam e se consideravam ofendidos? E diziam: "Não, não sou um latifundista; sou um empresário rural, um empresário agrícola". Essa gente não queria mais aparecer como um coronel, um terratenente,

um latifundista. Por conseguinte, as duas palavras adquiriram conotações verdadeiramente político-ideológicas. Bem, o movimento se desenvolveu, cresceu. Você fala no congresso...

A.C. — Esse congresso, de 55, foi feito antes da passeata do 1º de maio de 56.

F.J. — Sim; o congresso foi antes da passeata. Mas, o Congresso de Salvação do Nordeste, você se recorda em que ano foi?

A.C. — Foi em 55.

F.J. — Você está segura de que foi em 55?

A.C. — Pelo menos as fontes que conheço mencionam 55.

F.J. — Não estou muito seguro.

A.C. — O governo de Pernambuco estava envolvido nisso ou era só a Prefeitura?

F.J. — Bom, era a Prefeitura. O governo, não. O governo compareceu arrastado, levado, porque havia conflito. O prefeito fora eleito contra a vontade do governo. Pelópidas ganhou uma eleição estrondosa, em Recife, mas contra a vontade do governo do estado. Sempre havia um conflito muito forte entre a Prefeitura e o governo, porque a cidade do ~~Recife~~ era uma cidade rebelada. Antes ou depois, o fato foi que os camponeses participaram, não dentro do congresso, mas de forma paralela, à parte. Fizemos uma grande concentração.

A.C. — Eles se reuniram nessa época?

F.J. — Sim; os camponeses se reuniram. Fizemos um pequeno congresso regional de camponeses e pescadores — juntamos também os pescadores. E o presidente desse congresso não quis

aparecer. Eu apareci como presidente de honra, mas o presidente efetivo foi José Aires dos Prazeres, que estava muito ligado à liga camponesa de Galiléia e foi o homem que conduziu o congresso.

A.C. — O senhor falou muito no José dos Prazeres, mas acho que interrompemos a nossa conversa, não?

F.J. — Bem, vou contar o que se passou com José dos Prazeres, para deixar esse assunto liquidado. Você sabe que todas as forças de esquerda e progressistas de Pernambuco se reuniram para a campanha de Cid Sampaio. Houve uma coligação de forças, e derrotamos Jarbas Maranhão, candidato de Agamenon e de Etelvino. Era meu amigo pessoal, mas fiquei contra ele porque, naquele momento, entendia que meu dever era apoiar Cid.

Quando Cid chegou ao governo, nossas relações eram muito boas, porque nós o havíamos apoiado e ele defendera o programa das ligas camponesas. Ele ia à tribuna comigo, participava. Enfim, foi uma campanha realmente monumental, que abalou todo o estado de Pernambuco e todo o Nordeste. Parecia uma campanha presidencial, de tão bela. Ele ganhou com uma margem de votos extraordinária, uma diferença de mais de 100 mil votos, para um estado que não tinha 500 mil eleitores. Foi extraordinária a vitória, espetacular, arrasadora. E ele, defendendo também as teses desenvolvimentistas, a necessidade de uma nova estrutura, de uma nova vida. Em suma, foi um homem de esperança.

Quando ele subiu ao poder, fui a ele e levei um projeto que fora estudado por mim, por Carlos Luís de Andrade e por outros companheiros do Partido Socialista. Levamos um projeto para transformar a Galiléia em uma cooperativa. Havíamos ganhado a questão da Galiléia, uma disputa que durava

mais de quatro anos, uma demanda feroz, uma luta tremenda, por que o proprietário demandara contra todos os camponeses.

Criou-se um caso social e, nesse caso, a Constituição mandava proteger o coletivo sobre os interesses do indivíduo. Foi aí que apresentamos um projeto de lei para desapropriar a Galiléia.

Desapropriamos. Foi uma batalha feroz, e Cid acabou sancionando a lei. Como foi que conseguimos isso é uma história muito interessante. Reunimos a massa camponesa, mobilizamos gente, porque havia uma resistência muito grande dentro da Assembléia, *inclusive* por parte de deputados que eram do governo, mas que tinham os seus interesses privados e tinham medo de que a desapropriação da Galiléia pudesse desencadear, acelerar um processo contra o latifúndio, contra os terrate-
nentes. Esse era o medo. Em verdade, depois, essa coisa se transformou em algo muito interessante.

Como a desapropriação foi paga com dinheiro de contato e essa coisa, os latifundiários começaram a me buscar para que eu apresentasse projetos de desapropriação: "Olhe, você apresente um projeto, aí. As terras são boas, mas não quero mais aquilo". Então, eu dizia: "Se eu for fazer uma coisa dessas, acabo advogado de latifundiários, e não de camponeses. Vocês querem isso, mas o Tesouro da nação não dá para pagar as terras de que os camponeses necessitam. Se a gente reforma a Constituição e manda pagar em bônus da dívida pública nacional, com uma taxa de juros pequena e com um prazo largo, de 20 ou 30 anos, então podemos desapropriar a sua terra. Mas, para pagar em dinheiro que você vai usar para construir aqui um arranha-céu, ou comprar ações ou aplicar no Rio ou em São Paulo, isso vai solucionar o seu problema e não o problema dos camponeses, porque a quantidade de terra é muito pequena". Havia essa demanda. Houve um momento em

que todo o mundo queria e estava em fila para desapropriar terras. Mas, nesse caso, serviu muito, porque explodiu o movimento. A Galiléia se transformou em um caso nacional.

A.C. — A legalização de uma reivindicação.

F.J. — Sim. Então, o que fez Cid? Ele, que havia viajado por toda a Europa, estado na China, quando apresentei o projeto de formar uma cooperativa, que era uma cooperativa de tipo superior, organizada em forma já bastante avançada mas dentro dos cânones do cooperativismo brasileiro, Cid me disse: "Olhe, não vou fazer uma coisa dessas, porque o que você está me propondo é uma espécie de comuna popular". Respondi: "Mas leia o projeto". Ele se negou. O que ele queria era dividir o movimento. Ele recebera o nosso apoio e, a princípio, estávamos bem. Depois, tivemos uma polêmica feroz. Havia pela imprensa de Pernambuco duas cartas, uma que ele me escreveu e outra que escrevi, que está bastante longa e que deve estar publicada no *Jornal do Comércio*, em que eu examinava todo o problema de raízes e essa coisa toda, com o Cid. Foi quando rompemos.

A.C. — A propósito de quê?

F.J. — A propósito do movimento camponês.

A.C. — A propósito de Galiléia?

F.J. — Sim; a propósito não só da Galiléia, mas de outras, porque, nesse momento, havia outras ligas em várias partes de Pernambuco. O movimento havia passado os limites da Galiléia, os limites de Vitória, e já estava em vários municípios. A agitação era grande, e a única coisa que pedi a Cid foi que dissesse nos comícios... Eu dizia a ele: "Olhe, só quero de você que tire o soldado de polícia da porta do camponês.

Não quero mais nada de você, senão que a polícia nunca mais interfira nos conflitos entre camponeses e latifundiários, ter ratenentes e proprietários de terra. Quero que o assunto se ja solucionado de acordo com a Constituição, pela Justiça". E ele dizia isso em todos os comícios. Era uma coisa formidável. Isso era um passo.

A princípio, realmente, ele tirou a polícia. Mas, depois, os usineiros fizeram pressão para que sua polícia privada entrasse novamente em ação, considerando que o movimento crescera muito e tomava uma força tremenda, porque a polícia já não podia interferir. Bem, Cid retrocedeu. A princípio, ele tratou de dividir. Ele chamou Prazeres, viu que Prazeres fora o homem que organizara aquele congresso, que participara, estava muito influenciado e tinha muito nome dentro da Galiléia. Deu a ele um cargo muito importante de coordenador em um Departamento de Terras e Colonização, que Cid fundou para tratar de solucionar o problema dos camponeses. Mas o que ele queria era mediatizar.

A.C. — Houve uma colônia dessas no Cabo?

F.J. — Sim; ele fundou mesmo um departamento, ligado à Secretaria de Agricultura, que tinha como função estudar esses casos, tratar de obter terras e localizar camponeses. A verdade é que ele queria esvaziar o movimento e, sobretudo, liquidar a liga de Galiléia, que estava muito forte. Era já uma terra dominada por camponeses, e todo o mundo podia ir para lá. A gente discutia, todo o mundo buscava... Você sabe que até o irmão do Kennedy, Robert Kennedy, como ministro da Justiça do governo John Kennedy, esteve lá.

A.C. — Sim; também o Schlessinger e uma quantidade de gente. Nunca o Nordeste foi tão visitado.

F.J. — Foi muito interessante. Ele foi lá para oferecer um motor de energia elétrica aos camponeses. Nessa época, era uma luta tremenda com Cid. Cid já havia metido a polícia lá, os camponeses não queriam mais mandar os meninos para a escola... Havia uma operação tremenda, quando o Robert Kennedy diz: "O presidente Kennedy me pede para perguntar se vocês querem alguma coisa dele". Aí, o velho Zezé da Galiléia, com muita sabedoria, disse: "A gente aceita o motor que o presidente quer mandar para nós. Está bem que a gente tenha aqui eletricidade. Mas o que a gente quer que você fale com o presidente é que ele mande tirar a polícia daqui". Isso foi um espetáculo, deu até manchete.

Bem, a coisa chegou a esse nível. Então Cid chamou o nosso amigo, o José Aires dos Prazeres, e deu a ele um cargo e um jipe. Ele, então, começou a tratar de desviar os camponeses e ir liquidando aquele entusiasmo que havia na Galiléia, aceitando as teses de Cid. Cid queria tirar os camponeses mais ativos da Galiléia, para os ir dispersando por outras propriedades. Ele dizia: "Dou dez hectares de terra em um lugar. Aqui não dá, só tem um hectare ou meio hectare". E eu defendia a seguinte tese: "Se o dr. Cid quer dar terras a vocês, deve dar dez hectares a cada um, mas aqui pertinho. Aqui também tem terras que ele pode desapropriar e entregar a vocês. Vocês não devem, absolutamente, ir para Araripina ou não sei para onde, porque o que ele quer é dispersar vocês por aí fora, para que o movimento desapareça. Ele quer debilitar a liga, que é o coração, que é o motor onde a gente vem receber energia para fundar outros movimentos".

E o Prazeres caiu nessa coisa e aceitou o trabalho de dividir o movimento camponês. É claro que já havia alguns camponeses da Galiléia bastante politizados, muito politizados, que perceberam, reuniram-se e expulsaram Prazeres da

Galiléia. Essa coisa deve ser dita, porque é história. Disseram a ele: "Ou você fica com a gente, ou fica com o seu jipe e o dr. Cid". Então, expulsaram-no e vieram me comunicar: "Olhe, não queremos mais o velho Prazeres lá". Ele foi expulso por uma decisão unânime, uma coisa tremenda! Ele seguiu e, quando Cid viu que ele não tinha mais força, despediu-o e ficou o pobre do Prazeres sem nada. Passou três anos sem nada e sumiu, desapareceu o Prazeres.

Depois, quando Arrais ganhou o governo do estado e tomou posse, ele veio com o irmão, Amaro do Capim, ã minha casa e disse: "Olhe, quero confessar os meus pecados. Eu errei, realmente fui no jogo do dr. Cid, sem perceber. A ûnica coisa que quero, ainda que depois eu morra lá mesmo, é retornar ã Galiléia, ter o direito de entrar ali, abraçar os velhos amigos. Ainda que morra nessa hora. E quero voltar a trabalhar, mesmo que não fique na Galiléia. Gostaria de trabalhar aqui, com as ligas urbanas". Eu já estava fundando ligas urbanas. A minha idéia era essa: ligas camponesas, ligas urbanas e ligas de pescadores. A gente já estava organizando os estatutos nesse sentido, para unificar o movimento.

Eu dizia sempre: "A terra é para o camponês; a casa, para o trabalhador; e o peixe, para o pescador". A gente queria, quem sabe, daí a mais adiante, fundar um partido agrário nacional, ou qualquer coisa assim. A gente estava pensando, incluso, em estruturar um grande partido que tivesse como eixo o movimento camponês, pela importância que tinha o campesinato no Brasil, para lutar pelo voto do analfabeto, reformar a Constituição da República para que o camponês tivesse acesso à terra, limitar a extensão da propriedade, uma sêrie de coisas assim. Tudo isso surgiu, depois, no grande congresso nacional camponês de Belo Horizonte, o famoso congresso

nacional.

Então, o Prazeres veio, eu o recebi, chamei o pessoal da diretoria e disse: "Olhe, há esse problema. Afinal de contas, esse homem não é nosso inimigo; equivocou-se, caiu na coisa do Cid..." Eles responderam: "Está bem, vamos recebê-lo, mas o senhor vai com ele". Concordei e, um dia, peguei Prazeres, Amaro e mais dois amigos, fomos à Galiléia e ele foi recebido com muita festa. Ele chorava muito, estava muito emocionado. Assim, houve a conciliação da liga com Prazeres, depois que o candidato de Cid Sampaio foi derrotado e Miguel Arrais ocupou o governo do estado.

A.C. — Mas, para Prazeres viver como camponês... Imagino que tivesse mais recursos do que...

F.J. — Não; ele nunca viveu como camponês. Ele vivia no Bongí. Ele tinha muitos filhos e estava em situação difícil. Eu então disse a ele: "Olhe, Prazeres, a liga vai lhe dar uma bomba, porque é preciso água para o negócio das verduras. A liga vai lhe dar uma bomba, para você ter aí duas ou três pessoas trabalhando e você se movimentar". Então, ele conseguiu um pedaço de terra no Bongí e aí instalamos uma bomba para ele. Em verdade, eu disse que era da liga para ele compreender que não era uma coisa pessoal. Mas fui eu que comprei a bomba e dei a ele. Essa coisa toda terminou e começamos a afinar.

Depois, um dos secretários do governo de Arrais, do negócio do Serviço Social Contra o Mocambo, o Engenheiro Gil do Guerra, agarrou o Prazeres e também lhe deu um trabalho. O Prazeres se meteu aí com ele, e disse: "Olhe, não vou mais ao campo, mas fico aqui, trabalhando no negócio das ligas urbanas. Vamos trabalhar juntos". E trabalhamos, até que veio o golpe. Mas, em verdade, a história dele é muito simples.

Quero acreditar que Prazeres fosse um homem ressentido com o pai, que não o reconheceria".

Agora, aquela história de que ele organizou um batalhão vermelho para vir lutar aqui, em 1910 — Clodomir narra essa história —, isso é uma coisa que creio que precisa ser investigada. O que se passa com o rapaz que foi o meu braço forte na liga camponesa, o Clodomir, é que ele toca muitos instrumentos, tem uma inteligência privilegiada, é uma pessoa que tem coisas curiosas. Às vezes, não sei se ele está no mundo da realidade ou está fantasiando. É um pouco essa coisa de quem vai e, de repente, vem à ponte e cai. Eu gostava dele quando começava a narrar e contar casos e anedotas da Bahia e do interior.

A.C. — Ele é baiano?

F.J. — Sim, ele é baiano, e aderiu ao movimento das ligas camponesas. Foi curioso, porque ele foi do Partido Comunista, foi deputado, entrou na legenda do Partido Trabalhista. Mas era do Partido Comunista, todo o mundo sabia. Ele, do Partido Comunista, eu, do Partido Socialista, e Miguel Arrais, que sempre buscava uma legenda e se elegia, mas era um progressista, um nacionalista, a gente formava...

[FINAL DA FITA 3-B]

F.J. — Formávamos uma trinca que defendia as causas mais progressistas dentro da Assembléia Legislativa. Os deputados diziam que éramos a tróica. Bem, Clodomir aderiu ao movimento camponês em 1957 ou 58, depois que fizemos uma viagem à Europa. Fomos em uma comissão econômico-parlamentar, com mais de 40 deputados do Nordeste, industriais e comerciantes, e, de lá, fomos até a União Soviética, ver o Congresso da Juventude

Mundial. Estando lá, fomos à Geórgia. Na Geórgia, me recordo de que fomos assistir a uma película muito bonita que se chamava "O Burro de Magvirana".

Era a história de uma camponesa viúva, com filhos, que conseguiu um burrinho que estava abandonado e ferido. Ela tratou dele, e esse burro era quem levava as coisas para a cidade, para o povoado. Então, toda a vida dessa família passava a girar em torno desse burro. Assim, começaram a sair de uma miséria absoluta para uma miséria suportável. E o fundo musical era muito bonito; era música de um famoso compositor soviético de quem não me recordo o nome, mas que é muito famoso. O Clodomir saiu muito comovido. Todos nós, quando saímos da película, estávamos com lágrimas, realmente comovidos, e ele disse: "Rapaz, você está certo com a sua idéia de organizar os camponeses e de trazê-los para a luta política. Eu, desde já, assumo o compromisso de aderir ao movimento e trabalhar consigo". E voltamos ao Brasil com esse compromisso.

Não sei realmente quando ele se desligou ou foi desligado do partido e passou a trabalhar comigo nas ligas camponesas. Sei que, desde então, começou a se interessar pelo movimento. Ele tinha necessariamente que surgir como uma figura com muitas inquietações. Ele deu realmente um impulso muito grande ao movimento. Eu disse: "Você tem que ir para o Brasil, fundar ligas camponesas, organizá-las..." E juntos elaboramos muitos trabalhos. Mas isso é uma história que, depois, se rompeu, porque ele se excedeu em muitas coisas. E o movimento foi duramente golpeado por causa de alguns erros tremendos de Clodomir.

Ele planejava e estruturava bem as coisas, mas, na hora em que o movimento começava a necessitar de que não se

acelerasse tanto, de um pouco mais de calma, então o Clodomir acelerava demais, e com isso criava problemas. Não elegia bem os quadros, tanto que a gente tratou de formar uma escola de quadros, para poder orientar melhor o movimento. Mas essa já foi a fase em que todo o mundo estava se metendo dentro da liga. A liga era um grande movimento, um rio que começava a se deslocar e, você sabe, quando um rio leva muitas águas, vem de tudo: vem a flor, mas também vem o cadáver. De maneira que era difícil fazer uma seleção, porque era um movimento, não era um partido. Entravam no movimento as diversas correntes, querendo, naturalmente, conquistá-lo para o seu partido.

A.C. — Qual o balanço que o senhor pode fazer da liderança nas ligas, no momento em que o Clodomir entrou? A impressão que se tem é que estava havendo uma grande carência, e que o senhor estava muito sozinho para organizar uma coisa muito grande. Então, eu queria que o senhor nos desse uma idéia de qual era o quadro, inclusive das lideranças intermediárias dos camponeses. Zezé de Galiléia, por exemplo, o que representava esse homem? O que é que os camponeses estavam dando, concretamente, como liderança, dentro do movimento?

F.J. — Devo aqui recordar uma coisa, que descobri como advogado. Cheguei até a buscar uma frase para mostrar a minha preocupação com esse problema. No momento em que as ligas camponesas surgiram e que a gente viu que, por mais que trabalhasse — trabalhávamos, digamos, 48 horas por dia —, não éramos suficientes para atender às necessidades crescentes do movimento camponês, cheguei à evidência de que o fundamental para a liga camponesa era o advogado. Se eu tivesse, naquele momento, 40 ou 50 advogados, dispostos a dar à liga o que eu estava dando, realmente, podíamos haver fundado, no Brasil,

um movimento camponês com uma força incontível.

Podia haver sido um movimento camponês extraordinário, mas faltou esse quadro fundamental, que é o advogado. Era mais importante do que o agitador, mais importante do que qualquer elemento político que fosse... Naturalmente, falo em advogado comprometido, que defendesse realmente o camponês. Essa foi a maior carência que senti, desde o começo do movimento até que ele foi sufocado. Eu precisava de 40 ou 50 advogados para aquela massa camponesa que começava a despertar. Era como se eu pudesse aplicar a fórmula de Arquimedes: "Dê-me uma alavanca e um ponto de apoio, e eu levantarei o mundo".

Esses advogados seriam a alavanca; a liga, o ponto de apoio. E eu levantaria toda essa massa camponesa que havia no Brasil. O que eu precisava era de um trabalho legal, feito por advogados que se dedicassem, em tempo completo, ao movimento. Lamentavelmente, tínhamos muito poucos e, desses poucos, alguns se desviaram, não eram realmente advogados que se dedicassem exclusivamente ao trabalho camponês. Alguns tinham a preocupação de tirar um pedaço ou de encaminhar o movimento camponês para esse ou aquele partido político ao qual estavam filiados.

Agora, ao lado disso, a gente precisava também dos quadros intermediários, dos quadros que pudessem trabalhar diretamente, permanentemente, no campo, com o camponês. Esses quadros estavam surgindo do próprio movimento camponês, e já havia alguns excelentes. Durante as campanhas eleitorais é que a gente via a importância desses quadros, que se dedicavam, que faziam um proselitismo formidável a favor dos candidatos que a liga apoiava — candidatos a presidente, ou a goverⁿnador, ou a prefeito, ou a deputado, ou a senador. Era muito

importante não deixar de ligar o movimento camponês à política eleitoral, porque, na época de eleições, as liberdades democráticas se expandiam muito.

Ninguém queria, absolutamente, afetar o camponês. Ninguém queria entrar em conflito com o movimento e, por isso, havia mais liberdade. Os candidatos eram muito mais acessíveis. Está aí o caso, por exemplo, do dr. Cid, que foi à tribuna e assumiu compromissos sérios em seus discursos. Depois, retrocedeu, porque não calculou bem o que seria. A outra hipótese é que tenha agido com um sentido puramente demagógico.

De maneira que esses quadros eram importantíssimos, e eu tratava de explicar: "Olhe, a gente não precisa de quadros somente para agitar. A gente precisa de quadros para compreender a necessidade de vincular o movimento às grandes campanhas políticas do país, porque a nossa preocupação é trazer a massa camponesa para esse processo, é meter a massa camponesa dentro desse grande processo que está se desenvolvendo nesse país". Já um pouco tarde, fundamos uma escola de quadros, que funcionava lá mesmo.

A.C. — A Igreja fez isso, e muito bem.

F.J. — A Igreja tinha uma estrutura muito poderosa e podia fazê-lo. Era mais fácil para a Igreja do que para nós. Houve, por exemplo, a conferência dos bispos em Campina Grande. Essa conferência pode-se dizer que foi um reflexo, o produto de uma reflexão que a Igreja começou a fazer. Você se recorda mais ou menos da data em que foi o congresso dos bispos?

A.C. — Foi em 56.

F.J. — Em 1956, portanto, muito antes do II Vaticano. Mas, em 56, já havia bispos do Nordeste preocupados com o problema

do camponês. Muitos padres já nos buscavam para conversar sobre esse problema. É claro que alguns bispos condenavam essa atitude, porque ainda estavam muito vinculados à estrutura da terra, ao latifúndio, e consideravam que havia algo que estava pondo em perigo a paz dos campos. Então, escreviam pastorais, e eu tinha que responder a elas com muito cuidado. Eu nunca polemizava com a Igreja, pois não seria inteligente, nem tático, travar essa polêmica. Mas tratava de dialogar. Por isso é que o clima que existia entre a liga camponesa e a paróquia, o cura, era sempre um clima tolerável, a não ser com um ou outro cura mais reacionário, que condenava a liga de forma sistemática. Ainda assim, eu não aceitava o desafio, porque não estava dentro dos cálculos e seria uma estupidez aceitar uma polêmica ou um desafio da Igreja. Mas a Igreja podia fazer isso e realmente o fez. O caso do padre Melo é sintomático. O padre Melo foi um homem que surgiu de repente no Nordeste. Ele apareceu assim, de repente, como uma estrela.

A.C. — Para nós, que estávamos no Sul, é como se ele fosse um Julião da Igreja.

F.J. — Sim; em verdade, o padre Melo surgiu, e muitas vezes com linguagem muito mais forte, muito mais acelerada do que a que usávamos. Mas tudo bem calculado. O padre Melo, depois, revelou-se um elemento de confiança dos grandes teratenentes, um homem de confiança de Cid e outros. Eu próprio pude constatá-lo, durante o governo de Cid, quando comecei a entrar em choque com ele por causa de seu retrocesso e da quebra das promessas. Isso deu uma grande polêmica, através da imprensa no Recife. O padre Melo, que tinha muitas relações com a Secretaria de Segurança Pública, escrevia cartas, mostrava onde é que a secretaria deveria atuar com

mais eficiência para conter o movimento camponês.

Como eu também tinha um serviço de vigilância junto ao padre, muitas vezes eu sabia do conteúdo dessas cartas. Publicamente, eu não podia dizer essas coisas, mas tratava de fotografá-las e guardá-las para um futuro ajuste de contas com o padre Melo, quando ele se tornasse de tal forma perigoso para o movimento que eu tivesse que dizer: "O padre é isso". Quando Arrais chegou ao governo, o padre entrou em choque franco com ele.

Uma noite, ele chegou à minha casa, desesperado, porque a polícia de Arrais descobrira a sua ligação com o IBAD, o famoso Instituto Brasileiro de Ação Democrática. A polícia flagrou essa coisa toda e o padre chegou tão desesperado que me disse a mim: "Olhe, fulano, estou disposto a lutar até com as armas na mão para derrubar esse governo. Disponho de uma quantidade de metralhadoras, de armas, de tudo o que você queira. Se você quiser, ponho tudo à sua disposição". Perguntei: "Mas, padre, onde é que você vai buscar tanta metralhadora? E, depois, por que é que você está tão desesperado com Arrais, que não é inimigo da liga camponesa, não é inimigo dos camponeses, está fazendo um governo popular, um governo ligado aos trabalhadores? Agora, não se pode avançar muito, a marcha deve ser lenta, mas continuada. Não; na hora em que exista qualquer perigo de que se subverta a coisa, estarei ao lado de um homem que foi apoiado pelos camponeses, pelos trabalhadores, pelas classes mais avançadas, mais progressistas do estado. Acho que você está equivocado, ou então isso é uma provocação". E o padre saiu furioso.

A.C. — Ele pensava, provavelmente, em explorar as divergências que o senhor tinha com Arrais.

F.J. — Eu tinha certas divergências com Arrais. Então, o

padre pensava que essas divergências eram de tal natureza que fariam com que eu me ligasse à causa dele. Posteriormente, vimos que o padre era um homem que dava uma no cravo e outra na ferradura. Ao mesmo tempo que convidava o camponês, acelerava e falava uma linguagem radical, ele tinha ligações com os grandes terratenentes e usineiros que não eram, naturalmente, os usineiros mais progressistas. Havia usineiros progressistas, com quem se podia conversar, e cheguei a conversar com alguns.

A.C. — Quem eram eles?

F.J. — Por exemplo, esse usineiro que era dono de uma fábrica de tecidos que fica entre Recife e Olinda, uma grande fábrica de tecidos. Era uma pessoa muito interessante. Ele não foi homem que formou usina; ele herdou-a em consequência de um casamento. Ele me disse: "Olhe, não tenho muito amor à usina, à terra. Sou homem de fábrica, tenho mais amor à fábrica, sou um industrial. Naturalmente, não posso me adaptar a essa coisa de perseguir camponês. Eu queria estudar com você uma fórmula. Você acha que, se eu entregar dois ou três engenhos para você fazer a sua experiência de cooperativa, essa que o Cid não quis fazer, isso poderia servir? Se servir, estou disposto a entregar. Mas entrego a coisa para que vocês façam algo bem feito, bem organizado. Mas não criem problemas, não criem um conflito por lá, porque não é possível".

Havia muitos conflitos nessa região. Isso ficava para o lado de Barreiros, a usina de Barreiros. Pois esse homem — não me recordo agora de seu nome — chegou a conversar comigo e tivemos discussões bastante sérias. Eu, em princípio, aceitei: "Olhe, é interessante a proposição que você faz, desde que você faça a doação à liga, porque a liga é uma sociedade que pode receber isso. Você não vai fazê-la a mim;

faça à liga". Ele respondeu: "Bom, vocês me digam o que devo fazer para que eu faça a escritura, não há problema. Vocês façam a experiência. Agora, também compreendam que não posso absolutamente socializar, fazer da minha usina uma pequena Cuba. Não é possível. Estou dentro desse sistema. Mas não tenho muito amor a ele. Não pense que vou morrer e matar pela terra". Havia desses casos interessantes. Isso mostra que a gente deve sempre tratar esses problemas com muito cuidado, porque aparece, aqui e acolá, gente surpreendente.

A.C. — A usina dele era perto de Barreiros?

F.J. — Sim; perto de Barreiros, precisamente pertinho da cidade de Barreiros. Fui lá e fiz uma grande concentração. Foi a primeira vez que fui a uma concentração de mais de dez mil camponeses. Foi nessa usina. Havia um conflito entre os camponeses e os trabalhadores da usina, e fui para solucionar o conflito. Isso já era fruto da penetração de outras fontes — como trotsquistas e outros elementos — interessadas em dividir o movimento e provocar um grande conflito. Fui para lá muito preocupado.

A.C. — O senhor acha isso? A impressão que se tem é de que era quase que uma provocação. Não sei até que ponto seria uma coisa deliberada.

F.J. — Chego a admitir que fosse uma provocação deliberada. Não tenho autoridade para dizer de onde partia a provocação, mas, em verdade, fui para conciliar os interesses. A idéia era invadir a usina e liquidá-la, quebrá-la, por conseguinte, tirar o pão da boca dos trabalhadores. Eu disse: "Bem ou mal, esses trabalhadores vivem disso. Acho que vocês têm que fazer aliança. Deve ser uma aliança entre o camponês que corta a cana e trabalha no campo, e o operário que está lá dentro,

fabricando. Agora, a luta de vocês deve ser uma luta para que, um dia, sejam realmente os donos de tudo, da usina e da terra, mas dentro de um outro sistema, de uma outra organização".

Foi uma coisa tremenda. Sei que, nesse discurso, levei mais de quatro horas falando, e deixei os ânimos mais ou menos calmos. Mas o trabalho seguiu. Houve realmente muita coisa obscura nessa época. Não sei até que ponto a gente pode falar na penetração de outros partidos com uma posição muito agressiva e facciosa, ou, ainda, de alguns centros de inteligência. Não sei se, aí, já estava trabalhando a CIA ou se havia interesse em criar um conflito que pudesse justificar uma intervenção federal em Pernambuco.

A.C. — E o senhor, em uma situação difícilíssima! Por um lado, uma posição que acho muito clara, de total independência com relação ao poder, mesmo aquele poder mais aliado, configurado, digamos, em Arrais e Jango. Nesse sentido era uma posição muito solitária. Por outro, o próprio movimento já minado por uma série de correntes extremamente radicais, das quais acho que Clodomir seria uma peça, puxando o movimento para uma esquerda quase que anarquista.

F.J. — Sim; naturalmente, eu já estava aparecendo como o poder moderador, como uma espécie de algodão entre cristais. Eu tratava de ver se era possível, sem prejudicar o ascenso, o avanço do movimento, conciliar forças que eu considerava afins. E havia esse interesse em que o movimento fosse desviado, dividido, atomizado. Foi nessa fase que, aliás, o Calado analisa posteriormente em um trabalho — que fui realmente e duramente golpeado, porque eu não queria perder a autonomia. Eu considerava que o movimento era autônomo, a começar pelo estatuto, pela formação.

chamava-se liga camponesa — a sociedade estava lá —, em qual quer parte, digamos, em Pernambuco, a gente partia do seguinte princípio: a diretoria da liga só podia ser composta por camponeses da liga, aí residentes. Não podia nem ser um camponês de fora; um obreiro, muito menos; um estudantes ou um intelectual, nada! Primeiro, o camponês luta pela terra onde ele vive. Segundo, se a gente bota um elemento estranho, entra em conflito, porque ele não conhece a realidade, não sabe quais são os ressentimentos, as aspirações do camponês daqui. Não é somente a terra, há muitos outros problemas que a gente tem que considerar: problemas de relações humanas, de compadresco e uma série de outros que estão ligados à vida, a todo o universo desse pequeno mundo. Então, por isso, a liga foi sempre muito cuidadosa em só fazer participar de sua direção o camponês do local; esse camponês dali já não podia.

Agora, é claro que a gente fazia sempre congressos e reuniões para intercambiar experiências, dentro de um mesmo município, ou entre um estado e outro, como ocorria, por exemplo, entre Pernambuco e Paraíba, ou entre Pernambuco e Alagoas. O intuito era intercambiar experiências e animar o movimento, enriquecê-lo. Às vezes, um trazia uma idéia interessante: "Ah, vamos aplicar isso aqui, para seguir o desenvolvimento do nosso trabalho". Mas o movimento cresceu, tornou-se um prato muito saboroso, e os partidos políticos — incluindo, naturalmente, a Igreja, que se preocupou muito com o movimento — começaram a atuar, a travar uma luta no sentido de ganhar o movimento. Eu dizia: "Enquanto for um movimento, é fácil de a gente conduzir. Para estruturar-se em partido político, a gente tem que fazer algo de sério. Um partido político não pode ser fundado assim, de repente. Tem que haver todo um trabalho para que a própria massa camponesa, nas suas assembléias locais, se convença de que se deva fundar um partido".

Bem, essa é, mais ou menos, a história da liga. É claro que a gente poderia conversar creio que dois ou três dias, para explicar certas anedotas e certos detalhes, bem como a forma como muitas vezes tínhamos que proceder, retrocedendo aqui e avançando acolá. Digo com franqueza: sempre fui bastante flexível, talvez até muito tolerante. Esse excesso de tolerância, isso fica um pouco por conta do paternalismo. A forma como eu tinha que tratar o *campesino*, utilizando um certo paternalismo...

Não havia outra forma de eu me aproximar, porque eles estavam ainda muito mal esclarecidos, muito dentro dessa dependência de esperar que a gente desse a coisa, tanto que eu tomava certas atitudes, para ir criando uma outra consciência no camponês. Eu nunca aceitava nada dos camponeses, por exemplo, e adotava isso para todo o pessoal. Quando eu sabia que um companheiro aceitara um presente de um camponês, eu imediatamente o censurava e denunciava. Um camponês me dizia: "Olhe, estou criando aqui um peru, que eu queria que o senhor levasse. É para a sua casa". Eu respondia: "Se eu começar a aceitar um peru seu, vou acabar comerciante de peru. Vou acabar levando muito peru para casa, a minha casa vai encher e eu vou ter que vender peru. Por que é que você não mata esse peru aqui? Quando é o seu aniversário de casamento, ou o aniversário da sua menina? Eu venho aqui, matamos o peru e comemos aqui". Ele dizia: "Mas aqui não tem nem uma mesa para se sentar". E eu: "Tem, sim. A gente senta aqui no chão. A gente corta umas folhas de bananeira e senta em cima". Ele retrucava: "Mas não tenho nem um garfo". E eu: "Mas as mãos são uns garfos fabulosos, e o dente, a faca. A gente come o peru aqui. Convide os seus compadres".

O meu interesse era passar, digamos, todo um dia ou uma tarde, conversando e tratando de explicar o problema, para

ganhar mais camponeses para a coisa. E então eu não aceitava o presente, isso para demonstrar ao camponês que, em verdade, o que eu queria era que despertassem, que tivessem um sentido de unidade, que compreendessem que o nosso trabalho era realmente um trabalho de entrega. Bem, essa é a coisa.

A.C. — E os líderes? O senhor ia falar sobre a liderança intermediária. Às vezes, a gente tem um pouco de dificuldade em saber o nome das pessoas, dos heróis anônimos dessa luta. Nós conhecemos, por exemplo, o Zezé da Galiléia. Quem era ele?

F.J. — O velho Zezé da Galiléia era um homem analfabeto, falava muito pouco, era baixinho, e sempre foi considerado o presidente da sociedade. Ele sempre estava à frente da sociedade. Era muito honrado, de uma grande dignidade, muito sério, havia sido administrador da Galiléia, e passou, com toda a massa camponesa, à direção da sociedade, com uma serenidade, uma compostura, uma dignidade imensas. E morreu assim. Foi preso, passou muitos vexames, já velho, mas nunca absolutamente claudicou. O comportamento dele sempre foi magnífico.

A.C. — Ele teve um papel importante na criação das ligas?

F.J. — Não na criação das ligas. Ele teve um papel importante como coordenador e continuador. Nunca perdia a paciência nem a esperança. Zezé era isso: um homem de grande esperança e de grande paciência. Minha admiração pelo Zezé não vinha do fato de ele ser um ativista ou um grande quadro, no sentido de organizar e tal, mas por estar sempre disposto a participar, sempre pronto a ir a qualquer lugar e a estar presente, embora a sua presença parecesse a de um bonzo. Ele falava muito pouco, dizia muito pouco. Agora, era muito

sensato. Quando o Zezé dava uma palavra, aquilo era produto de uma grande elaboração. Foi uma figura extraordinária, por esse comportamento, essa dignidade, essa seriedade. Era um velho admirável.

Havia outros, como João Pedro Teixeira, que foi de Sapé. Era um pastor protestante, com uma grande vocação para trabalhar com os camponeses. Era também um homem de poucas palavras, mas que trabalhava sério, comprometido. Em geral, os pastores protestantes tiveram um papel muito importante nas ligas camponesas, precisamente quando a Igreja começou a atacar o movimento, e muitos curas passaram a condená-lo. Então, os camponeses começaram a ficar muito inquietos e preocupados, porque tinham muitos problemas religiosos, e os pastores protestantes, nesse momento, foram convocados por mim. Eu os convoquei.

Chamei-os e disse: "Olhem, há um vazio que voçês precisam encher. Muitos camponeses não querem absolutamente perder a sua alma, esperam a salvação, e a Igreja os está ameaçando de não batizar, de não dar a extrema-unção, de não casar etc. Eu gostaria de que vocês fossem lá. Vocês também são oprimidos aqui. Às vezes, querem fazer uma capelazinha, o padre vem e põe abaixo ou apedreja. Vocês são perseguidos, eu sei. Vocês são tão perseguidos quanto os camponeses. Venham para cá. Tragam a sua Bíblia, as suas rezas e venham cantando". E eles foram.

Às vezes, a gente tomava um caminhão, e vinham os pastores protestantes, com outros protestantes. Eu, no meio deles, e eles, cantando os seus hinos. Lá, eles pregavam a Sagrada Escritura, em geral o Velho Testamento, que é muito bom para isso. Para o problema camponês, os profetas são melhores do que os apóstolos, estão muito mais ligados à terra,

são mais radicais, mais conseqüentes na luta pela terra. Então, eles pregavam essas coisas, e eu falava de outras. Muitos presidentes de ligas foram realmente pastores protestantes — em Jaboaão, em Sapê, em vários outros lugares. Não bebiam, não fumavam, tinham somente uma família, impunham grande respeito, e isso os tornava, naturalmente, líderes, com esse sentido de honestidade em conduzir o movimento. E se radicalizavam.

[FINAL DA FITA 4-A]

A.C. — Muitos são mártires, não?

F.J. — Muitos dos pastores protestantes, muitos presidentes e secretários de ligas foram sacrificados, foram mártires. Antes mesmo do movimento de 64, muitos deles foram abatidos. O João Pedro Teixeira foi o coroamento de tudo isso, porque estava à frente da maior liga camponesa do Brasil, que era a liga de Sapê, muito bem organizada, muito disciplinada.

A.C. — E, curiosamente, fora de Pernambuco.

F.J. — Fora de Pernambuco. Curioso, não?

A.C. — São tantas as perguntas, e eu não quero cortar o fio do seu pensamento, mas como é que o senhor explica esse crescimento tão grande das ligas de Sapê e da Paraíba? Havia razões econômicas?

F.J. — Não, realmente a grande liga era a de Sapê. Em outros lugares se fundaram ligas também, mas elas tinham como centro, como eixo, Sapê. Sapê foi uma grande Galiléia. Em verdade, em Galiléia, não havia um grande trabalho de massas, mas um trabalho permanente, efetivo. Lá, a gente toda buscava, e era mais fácil de a gente fazer as reuniões. Agora,

Sapé era um grande tumulto, algo que havia desabado de repente.

É preciso explicar uma coisa. A liga de Sapé surgiu quando o movimento camponês já havia adquirido bastante importância em Pernambuco. Sapé surgiu muito depois. Então, já encontrou um campo propício. É preciso também que a gente considere que Sapé é uma região de pequenas propriedades. Em torno dessas muitas pequenas propriedades tem a grande usina, e muitos dos camponeses que estavam associados à liga de Sapé não alugavam terra, eram assalariados e iam à liga em busca de justiça. E, como a liga deu, imediatamente, assistência jurídica, e era organizada por um tipo que tinha bastante disciplina e muita experiência...

João Pedro Teixeira veio de Pernambuco para a Paraíba. Era originário de Pernambuco, onde havia adquirido muita experiência política. Não sei se ele foi do Partido Comunista; não saberia lhe dizer, porque não investiguei o passado de João Pedro Teixeira. Quando o conheci, ele já estava à frente da liga. A primeira vez que fui à liga, em que se reuniu a liga em Sapé e me levaram, havia 800 sócios. Em dois anos, aquilo cresceu tanto que chegou a ter dez mil sócios. Mobilizava os camponeses de toda uma vasta região que era bastante populosa, porque era uma terra boa. Sapé era uma terra boa, onde havia muita concentração de camponeses, que puderam formar essa grande liga.

Mas a liga de Santa Rita também era uma boa liga. É claro que não tinha a mesma dimensão de Sapé, mas era bastante dinâmica. E havia outras pequenas ligas. Agora, em Pernambuco, chegamos a formar uma federação de ligas. Em 63, já tínhamos cerca de 64 ligas em Pernambuco, e formamos uma federação de ligas. Havia 64 representantes de 64 ligas espalhadas, e eu já estava, então, preocupado em ver como fundar

o movimento camponês no Sertão.

A.C. — Nota-se que as ligas se concentram muito em torno do Recife e beiram as estradas. Elas seguem o percurso das estradas. O Sertão era outro problema, não é verdade?

F.J. — Sim; eu estava preocupado em ver como fundar ligas no Sertão, como romper esse problema. Eu considerava que o sertanejo seria um elemento extraordinário para a liga, pela sua grande seriedade. O sertanejo é um homem muito sério. Depois, havia aquela tradição do cangaceiro e do beato, e eu queria ver como é que eu poderia transformar isso em um movimento organizado, político, consciente, já em outra dimensão. O cangaceiro e o beato eram forças desorganizadas, que não conduziam a nada, senão a grandes violências. Agora, como o sertanejo era muito místico, muito ligado ao padre Cícero, eu tinha que buscar a fórmula.

Eu já estava trabalhando com o Calado, isso foi em fins de 63. Eu disse a ele: "Olhe, Calado, vamos fazer o seguinte: a liga vai organizar uma grande marcha ao Juazeiro do padre Cícero. O nosso trabalho vai ser pequeno". Eu sabia os pontos de concentração, e o que a gente ia fazer era coordenar essa grande marcha, colocar romarias das ligas camponesas ao Juazeiro. Mandeí fazer uma estátua, contratei um grande escultor, Abelardo da Hora, em Recife, um jovem muito sensível, formidável.

Eu disse a Abelardo: "Eu queria que você fizesse uma escultura do padre Cícero, em tamanho natural. Queira que pusesse, de um lado, os homens e, de outro, as mulheres, trazendo presentes, deixando bem caracterizados o sertanejo, com o seu chapéu de couro, o seu bode, o seu cabrito; o homem do Agreste, com o milho; e o homem da Zona da Mata, que vem com a cana e a mandioca". Ele escolheu o barro apropriado para

fazer a maquete, e começamos a trabalhar nisso. Mandeí medir, em Juazeiro, a porta da Igreja, para que a estátua pudesse entrar.

Você sabe que o padre Cícero era proscrito da Igreja, e eu queria uma coisa violenta. A gente ia levar uns 50 caminhões, cada um com umas 50 pessoas, enfim, um total de 2.500 pessoas, para invadir o Juazeiro. Entraríamos com essa maquete, para que o padre a abençoasse dentro da Igreja. Depois, eu traria essa estátua para Pernambuco. E já tinha escolhido uma montanha, uma serra, um lugar alto onde havia um pátio muito bonito onde poríamos a estátua para desviar um pouco a romaria do Juazeiro. Queríamos trazer essa coisa do padre Cícero para o movimento. Isso foi algo que concebi com o Calado.

Eu disse a ele: "Calado, agora, a sua função vai ser a de mobilizar toda a televisão do mundo, a imprensa mundial — italiana, norte-americana, francesa, inglesa etc... Venha com toda essa gente aqui para acompanhar essa marcha". A gente, inclusive, já estava preparado para outro passo, que era reformar o artigo 141 da Constituição, para não mais pagar o valor das terras em dinheiro de contado, senão em bônus da dívida pública. Essa marcha ia-se fazer nas vésperas das eleições.

As eleições para presidente eram marcadas sempre para o dia três de outubro, e a marcha ia ser no dia sete de setembro. Sete de setembro era o dia da grande concentração de camponeses no Juazeiro, e eu queria que toda essa massa que já estava lá visse a chegada de 2.500 camponeses das ligas, carregando faixas e a estátua do padre Cícero. Ia ser uma coisa formidável. Quando a gente regressasse, viria com uma força tremenda, com uns cartõezinhos com a imagem do padre Cícero e tudo, que a gente pretendia distribuir por centenas

de milhares em todo o Sertão, desde a Bahia até o Piauí, até o Ceará. Aí, toda essa massa sertaneja teria não somente a imagem do padre Cícero, mas também esse documento, essa coisinha onde estava escrito, embaixo da maquete do padre Cícero: "Romaria ao Juazeiro. Ligas Camponesas do Nordeste". A gente ia chamar "do Nordeste" para abranger toda a região. Depois disso, eu ia tratar de mandar ativistas, com a carteirinha da liga, para organizarem o sertanejo em ligas, vendo os seus problemas, vendo que conflitos tinham com o latifúndio. Era preciso procurar uma forma de organizar essa gente dentro de outra realidade que não é a mesma do Brejo, não é a mesma do Agreste. Eu queria fazer isso às vésperas das eleições, um pouco antes, para que, quando regressássemos, ti véssemos uma força tremenda para atuar também no processo eleitoral. Depois é que a gente ia ver se era possível organizar a marcha para uma concentração em Brasília.

A.C. — Essa idéia da marcha sobre Juazeiro seria em 64?

F.J. — Sim; em 64. A marcha deveria culminar no dia sete de setembro, que é o dia da concentração, em Juazeiro, de todos os seguidores do padre Cícero. Todos os seguidores do padre Cícero se concentram no dia sete de setembro, não sei por quê. Se você tiver, um dia, oportunidade de conversar com o Calado, ele poderá lhe confirmar que tínhamos esse plano, o qual expusemos a ele e que estava dentro de nossa idéia. Mas o golpe nos trancou.

A.C. — Voltando ao problema das lideranças intermediárias, o senhor estava falando da participação dos pastores protestantes nesse movimento. Uma coisa que notei também, curiosamente, é que alguns líderes intermediários eram, não exatamente camponeses, mas, às vezes, artesãos, cunhadores de pedra... O próprio João Pedro era um cunhador de pedra, se não

me engano. O senhor teria conhecimento de outras experiências desse tipo?

F.J. — Exato; ele era dinamitador de pedra. Eu não poderia dizer grande coisa sobre isso. Agora, você tem que considerar que toda essa gente que trabalhava nesse tipo de atividade estava muito mais ligada ao camponês do que ao homem da cidade.

A.C. — Não, sobre isso não há dúvida. A minha pergunta vem mais no sentido de que, talvez, o artesão, historicamente, seja uma categoria social muito ciente da sua identidade, enfim, muito mobilizável. Acho que o próprio movimento operário europeu é um exemplo disso, já que se faz, sobretudo, com artesãos que estão se proletarizando. No movimento camponês havia isso?

F.J. — Você agora me despertou para um assunto que foi objeto de um curso que dei aqui no CEDOC. Dei um curso sobre ideologia e consciência camponesa, onde tratei de mostrar a identidade que existia entre o artesão e o camponês. O artesão está muito mais ligado ideologicamente ao camponês do que ao obreiro, ao assalariado agrícola, entende? E precisamente porque, no caso do artesão, como também do camponês, a sua relação se faz diretamente com o instrumento de trabalho e com a matéria-prima.

Se o artesão, por exemplo, utiliza o couro para trabalhar e tem seus instrumentos, ele se liga à sua faca e ao couro e faz o seu trabalho, como o camponês se liga à enxada, à semente e à terra. Eles fazem um trabalho solitário. Há uma certa solidão que explica, mais ou menos, essa identidade ideológica entre o camponês, que trabalha diretamente a terra, e o artesão. Eu não saberia lhe dizer se isso podeira

haver contribuído para que, entre os artesãos, pudessem surgir quadros dirigentes intermediários nas ligas camponesas. Talvez eu esteja teorizando um pouco, mas existe essa identidade, tanto que o camponês que ara a terra não necessita fazer greve, como o obreiro de uma fábrica necessita para obter um aumento de salário. A sua relação é uma relação salarial, enquanto que a outra é uma relação .

É diferente o tipo de relação. Então ele não entendia, por exemplo, o problema da greve, porque, para ele, não tinha sentido. Greve para quê? Para que venha a chuva? A chuva virá ou não virá, é uma coisa que escapa, naturalmente, às suas mãos, ao seu poder. Talvez seja isso. Agora, surgiram também outros quadros. Alguns estudantes chegaram mesmo a se radicalar, a ter um trabalho interessante, a se desligar de sua atividade como estudante e se integrar no movimento. Alguns estudantes e um ou outro elemento de classe média agiram assim.

A.C. — Mas o senhor disse que a condição para ser da direção da liga era que a pessoa fosse daquele lugar, não?

F.J. — Sim, sim; mas eles se ligavam como ativistas, não como membros da liga. Eram ativistas. Eu, por exemplo, não tinha voto, só tinha voz. Quando a liga camponesa se reunia para decidir sobre qualquer problema, todo o mundo podia falar, podia opinar. Mas, na hora de votar, somente podiam fazê-lo os camponeses daquela liga, nem sequer de outras ligas. Assim, esses quadros atuavam como ativistas, trazendo idéias, trazendo problemas, demandando, mas não tinham voto nas decisões das ligas. Essa foi uma medida tomada para impedir que o movimento pudesse ser infiltrado e dominado por outras forças capazes de criar conflitos dentro da própria liga. Isso está bem claro nos estatutos.

A.C. — Eu queria perguntar ao senhor sobre um dos primeiros revezes que houve em termos da liga, enquanto movimento unitário. Parece-me que foi em Sapé, depois da morte de João Pedro, quando houve um conflito grande no período das eleições. O Assis Lemos aparece um pouco ligado ao Partido Comunista, os camponeses se dividem... A Elisabete Teixeira, se não me engano, foi candidata a deputado ou alguma coisa assim. O senhor poderia me esclarecer como se passou isso tudo?

F.J. — Nessas eleições em que a Elisabete aparece como candidata a deputado estadual, eu apareço como candidato a deputado federal. Durante esse tempo, estava-se vivendo uma fase realmente bastante anárquica, com muitas infiltrações. Ademais, estávamos saindo de um problema muito delicado nas ligas, sobre o qual, lamentavelmente, não vou poder falar, porque teria que envolver pessoas que estão lá no Brasil e pessoas que estão fora do Brasil. Foi uma fase que considero muito delicada para o movimento camponês. Prefiro não tratar desse assunto agora, mas numa outra oportunidade, quando eu realmente considere...

A.C. — ... que não há mais riscos para ninguém.

F.J. — Sim; e que não prejudique, naturalmente, futuras alianças no Brasil. Mas houve essa fase muito delicada, muita gente sabe disso. Assim como eu, outras pessoas não podem tocar nesse assunto; se tocarem, serão muito indiscretas.

A.C. — Os americanos estão tocando em detalhes realmente absurdos. A gente às vezes fica com tantos escrúpulos... Não sei se o senhor conhece o livro do Page, que trata de muitos detalhes — a participação do Clodomir, as ligações com Cuba, problemas de recebimento de dinheiro, papéis que apareceram

em um desastre de avião... Enfim, as coisas estão, pelo menos a esse nível, muito revolvidas. A impressão que se tem é de que havia realmente três forças políticas atuando, ou pelo menos duas muito nítidas. Uma era o Partido Comunista; outra eram esses radicais de esquerda, trotsquistas e outras minorias. Ao mesmo tempo, o movimento estava sendo pressionado à sua direita por uma Igreja cada vez mais organizada, por um sindicato governamental cada vez mais estruturado. Acho que, em certo sentido, a liga, enquanto organização, se dissolveu, mas, enquanto centro de reivindicação, foi incorporada pelos outros movimentos. Essa seria a minha interpretação dos fatos. Não sei se o senhor concordaria comigo. Como é que o senhor vê tudo isso?

F.J. — Eu gostaria de dizer uma palavra sobre isso. Havia toda essa infiltração, do Partido Comunista, do Partido Comunista do Brasil — há dois partidos, não? — e também da Igreja, que realmente já tinha, pelo seu caráter organizativo, a sua grande experiência e vivência. Depois, o resultado do II Vaticano foi decisivo para que a Igreja pudesse tomar uma posição mais clara no Brasil. Ainda havia o problema de Cuba, de Fidel Castro.

Em verdade, naquela primeira fase da Revolução Cubana, considero que Fidel Castro, que não conhecia a América Latina — conhecia bem os problemas de uma ilha, mas não de um continente —, creio que ele cometeu alguns erros, ou as pessoas que o seguiram não foram capazes de sair daquela influência, daquela aura mística, daquele ambiente que Fidel Castro criava. Ele tinha uma personalidade muito poderosa, muito atraente, que ofuscava. Considero que o Fidel de hoje é outro, o africano, o homem que entende o problema do Panamá, o único homem que, por exemplo, modera o Torrijos.

Enquanto o doutor aí diz essas coisas, eu estava pensando aqui no poder moderador que significa Fidel Castro para Torrijos, e coisas desse estilo. Considero que, hoje, ele tem realmente uma visão de estadista. Mas, naquele tempo, havia a concepção de que era possível fazer um partido político partindo de um foco e toda aquela coisa. Isso pesou muito dentro do movimento, e foi um dos fatores que contribuíram para golpear duramente as ligas.

Sempre fui contra, considerando que a liga deveria continuar como um movimento de massas até que a gente tivesse mobilizado todos os camponeses do Brasil. Eu era partidário da formação de ligas em todo o Brasil, até ter cinco ou seis milhões de camponeses nelas organizados — como movimento, não como partido. Mas o pessoal começou a golpear. Eu não podia dispor de muito tempo para dedicar-me a um estudo mais sério desses problemas. Vivia em um praticismo feroz, era desses que iam comprando livros e acumulando, com a esperança de um dia poder lê-los. Eu dizia sempre: "Um dia vou ter tempo de ler isso, na cadeia ou não sei aonde". Acabei lendo no exílio.

Tratei de ler muita coisa nesses dez anos; li muito, ampliei muito, e digo mesmo que aprofundei a visão que eu tinha dos problemas do Nordeste, dos camponeses, do Brasil, da América Latina e do Terceiro Mundo. Hoje tenho uma visão bastante distinta daquela que eu tinha quando via as coisas através do prisma regional. Todos esses fatores contribuíram muito. Agora, houve um momento muito dramático que tratei de definir no chamado "Bença, mãe". Esse foi o último documento que lancei no Recife, em janeiro, no aniversário da Revolução Cubana.

Fizemos uma grande concentração, que o IV Exército aproveitou, já com o general Justino Alves, para fazer um

ensaio geral do que depois seria o golpe. Naquele momento, eu sentia que havia um interesse muito grande não propriamente em absorver a liga camponesa, mas em liquidar com o movimento, por causa da sua autonomia. Como a liga era autônoma, não estava ligada a nenhum partido político e tinha um desenvolvimento que não podia sofrer o controle do Ministério do Trabalho, isso constituía realmente uma coisa muito incômoda para os que queriam controlar a massa de trabalhadores do campo. Mas eu considerava que essa autonomia era por muito tempo necessária. A experiência que eu tinha era a de que, toda vez que se infiltrava um partido, o movimento se esfacelava, porque se estabelecia a polêmica dentro do movimento.

Nas últimas grandes concentrações, por exemplo, em Paraíba ou em Pernambuco, era comum alguém me perguntar lá do centro: "Finalmente, companheiro, qual é a linha que você segue? Você é de Moscou, Pequim ou Havana?" Eu já sabia que era alguém que queria uma definição, ou um provocador ou um trotsquista. Eu dizia, serenamente: "Sou linha Sapé". Como era a liga mais importante, a maior, a que tinha mais expressão, mais conhecida, porque muito divulgada, eu dizia sempre: "linha Sapé". Assim, eu saía dessa polêmica tremenda e caía no problema que eu queria, que era efetivamente cuidar de trabalhar, de organizar, de politizar e conscientizar o camponês do país.

Com toda essa penetração, pensei no "Bença, mãe", para mobilizar as massas e demonstrar que não havia incompatibilidade entre a liga e o sindicato, nem com a cooperativa, desde que a gente havia começado a liga como uma cooperativa. A primeira liga fora uma cooperativa. E a sindicalização rural, eu queria que se fizesse, não como a sindicalização dos trabalhadores. Essa foi controlada de tal forma que se formou o chamado peleguismo dentro dos sindicatos. Você vê que

faziam todo aquele ruído mas a massa dos trabalhadores que se sindicalizava era pequena. Eu queria uma sindicalização autêntica, e, para ser autêntica, tinha que ser autônoma, ter uma grande independência, para poder ser vigorosa.

Tentando outra vez esclarecer e mostrar que não se devia, por exemplo, considerar o movimento camponês já como um movimento fora da história, como se não tivesse nenhuma função, então convoquei... Aqui havia milhões de camponeses que estavam esperando, que estavam sensibilizados, mas não estavam organizados. Eram milhões de camponeses que necessitavam estar nas ligas. E outros, que não eram camponeses, mas assalariados, necessitando de sindicatos. Ainda havia pequenos proprietários e fundiários, mesmo médios proprietários, que necessitavam se organizar em cooperativas. O que eu queria era unificar tudo isso, e, por isso, imaginei o "Bença, mãe", esse último documento a que me referi, que cau sou uma grande repercussão no Recife, quando fizemos essa reunião.

Depois, o Partido Comunista tratou de fazer uma rê-plica e escrever o "Bença, pai", que não chegou a ser lançado porque veio o golpe em seguida. O meu sentido era sempre o de unidade, mas unidade com autonomia. Eu queria a unidade da liga, com autonomia. É possível que, daí, eu pudesse naturalmente reorganizar o partido ou evitar o esfacelamento do movimento, não sei. Eu estava concebendo essas marchas, pensando também na organização de um grande congresso no Nordeste. Estava ainda tratando de ver se era possível fazer um congresso internacional sobre o movimento camponês latino-americano.

Eu já estava trabalhando nesse sentido: já havia ido ao Peru, a Cuba, estava buscando o Hugo Blenco e outros líderes que eu conhecia no continente, para ver se era possível

fazer a reunião em Recife. Eu estava tratando de convencer Miguel Arrais de fazer em Recife um grande congresso latino-americano de camponeses, para unificar todo o pensamento camponês latino-americano. Eu tinha muitas idéias, que estavam aflorando no meio de toda essa *débâcle*, essas lutas, essas facções, essas penetrações etc. Eu não deixava de ser um motor em funcionamento.

A.C. — Agora, em Sapé, com o Assis Lemos, em que termos se deu a divergência?

F.J. — Em Sapé, o Assis foi lançado candidato para contrapor-se à candidatura de Elisabete. Elisabete saiu e não tinha, naturalmente, a experiência de Pedro Teixeira. Ela acompanhava e apoiava o marido, porém não tinha experiência, e houve momentos em que foi conduzida por alguns elementos paraibanos que teriam uma postura tremendamente sectária.

O meu trabalho, para que eu próprio me elegeisse, foi feroz, foi tremendo. Muitas vezes, eu tinha que diluir os discursos que os meus próprios companheiros, a começar pelo padre Alípio de Freitas, faziam nas grandes concentrações. Eram discursos que faziam estremecer, de um sectarismo feroz. E eu falava por último e demorava muito, para ir diluindo, diluindo, diluindo, até restabelecer a normalidade e tirar o medo da gente. A gente ficava com medo dos discursos, que eram de um sectarismo e de uma violência inconcebíveis. Eu dizia sempre para os companheiros, quando, por exemplo, invadiam uma propriedade: "Aonde estão as bazucas, os tanques, os aviões, as armas modernas para vocês poderem manter isso aqui? Vocês estão tocando no tabu do sistema, que é a propriedade privada. Aonde estão essas coisas? Vocês então pensam que vão combater com essas velhas espingardas ou com discursos ou manifestos?"

Você pode imaginar o que era ter que voltar correndo do Rio de Janeiro ou de Brasília, para, muitas vezes, tirar os camponeses de uma propriedade cujo dono estava feliz, porque era a oportunidade que tinha para expropriar as suas terras, que ele sabia que haviam perdido o valor. Eu, naturalmente, era contra tudo isso. Mas havia esse problema, que eu próprio encontrei.

Então, na Paraíba, lançaram o Assis. Ele, naturalmente, tinha uma máquina muito poderosa, mais bem organizada. E a liga estava anárquica, infiltrada, de forma que a campanha de Elisabete foi conduzida por uma faixa própria. Tive que fazer a minha em faixa própria, porque não podia fazê-la através de um partido. Ela se candidatou pelo Partido Socialista, e eu fiz campanha em faixa própria. Em Campina Grande, por exemplo, fizemos uma concentração fabulosa, formidável, com Elisabete, com um candidato a senador, que era Irineu...

[FINAL DA FITA 4-B]

F.J. — Então surgiu essa oportunidade de lançar a candidatura de Elisabete, na Paraíba. Para senador, apoiamos Irineu Joffily, ao mesmo tempo que fazíamos a campanha em favor de Miguel Arrais, para governador. Candidatei-me a uma cadeira de deputado federal em Pernambuco, de forma que eu fazia a campanha na Paraíba e em Pernambuco em faixa própria, quer dizer, uma campanha das ligas camponesas. Evidentemente, na Paraíba, o problema chegou a situações mais extremas. O movimento se dividiu bastante, porque os próprios companheiros que conduziam a campanha de Elisabete eram muito sectários, tinham uma linguagem muito violenta. Quando falavam nas concentrações, usavam uma linguagem tão violenta que perdiam votos. Quem queria votar não podia, porque era o camponês analfabeto.

Eu explicava, para que falassem uma linguagem um pouco mais flexível, mais aberta, para ganhar o voto dessa gente. Eu dizia: "Estamos em campanha e não em uma guerra. Vocês falam como se estivessem em uma guerra. As palavras de vocês são palavras de quem está comandando um processo violento. Nós estamos em uma campanha eleitoral onde existem eleitores que estão mais ou menos preocupados com a posição dos candidatos. Esses eleitores, evidentemente, não querem uma guerra; querem é votar, nas urnas, em candidatos que defendam os seus interesses".

Esse sectarismo explica a derrota de Elisabete na Paraíba. Ganhei em Pernambuco porque, naturalmente, já tinha uma base bastante organizada — já era a terceira vez em que me candidatava —, mas foi uma batalha muito dura. Perdi muitos votos em virtude da posição sectária de muitos companheiros, inclusive do padre Alípio de Freitas, que usava uma linguagem feroz, falava como se estivesse disparando balas. Era terrível.

A.C. — Parece que os camponeses de Sapé ficaram muito sensibilizados com a posição de Assis Lemos, que era mais no sentido de conseguir benefícios, de conseguir um trator etc. Acho que isso, no fundo, pôs em evidência um lado que sensibiliza muito o camponês, o lado assistencial, e que explica, em grande parte, os sucessos do movimento no seu início. É todo esse lado de cooperativas, de conseguir benefícios. Acho que o Assis Lemos conseguiu tocar nesse ponto sensível dos camponeses daquela região.

F.J. — E não somente isso. O Assis Lemos tinha recursos para poder iniciar alguma coisa. Ele fez a campanha, mas, ao mesmo tempo em que fazia promessas, tratava de realizar alguma coisa. A mesma coisa fez o Jango em Pernambuco. Em Pernambuco, houve uma espécie de delenda Julião na campanha.

Candidatei-me e encontrei uma resistência tremenda. Tive, por exemplo, como contedores, como grupos que me combateram de maneira bastante... Eu chegava a dizer que foi uma luta feroz, primeiro com o próprio Jango.

O Partido Trabalhista apresentou um candidato muito simpático, que havia sido presidente do IPASE e que recebeu de Jango toda a ajuda necessária para atuar nas áreas onde eu tinha possibilidades de obter votos. Ele teve luz verde, por exemplo, para oferecer cinco mil empregos em Pernambuco, uma região com uma taxa de desemprego muito alta. E ele tinha o direito de poder empregar cinco mil chefes de família. Além disso, dispunha de muitos recursos em dinheiro, para a propaganda etc. O Partido Comunista, por sua vez, também apresentou um candidato que tinha sido secretário de Agricultura no governo de Barbosa Lima — homem progressista, uma pessoa muito respeitável.

A.C. — Barreto?

F.J. — Sim; Barreto.

A.C. — Qual era o primeiro nome dele?

F.J. — Luís Antônio Cavalcânti Albuquerque de Barros Barreto.

A.C. — E o candidato do Jango, quem era?

F.J. — O candidato do Jango era um tipo simpático, muito bom orador. Foi o presidente do IPASE em Pernambuco, do nome, não me recordo. Você, naturalmente, vai encontrar tudo isso. Ademais, eu tinha contra mim a Igreja, sobretudo no interior, onde eu tinha muitos votos. Em Belo Jardim, por exemplo, o padre convocou uma missa, às vésperas da eleição, e ameaçou com a excomunhão a todo aquele que tivesse uma chapa minha. Disse que, quem a tivesse, tratasse de destruí-la;

quem não a tivesse ali, mas em casa, que também a destruíse, porque ela significava a excomunhão. E, claro, muita gente tinha medo.

E tinha o IBAD, também empenhado em uma campanha feroz. E havia ameaças. Prendiam, por exemplo, muitos de meus eleitores. O próprio padre Laje foi preso, e meu irmão também. Essa gente não tinha imunidades; eu tinha. Mas isso ocorreu também em virtude da violência da campanha. Havia muitos companheiros que radicalizavam de tal forma que eu tinha que matizar, que tratar de desmanchar esse radicalismo, para não assombrar a massa de eleitores. Então, tive que fazer, em primeiro lugar, uma campanha em faixa própria. Não era possível ir à tribuna com Miguel Arrais.

Chamei Miguel e expliquei: "Olhe, Miguel, não posso fazer a campanha com você. Há problemas aqui dentro e, então, é melhor que eu faça em faixa própria". Depois, Arrais reconheceu: "Devo a minha eleição a duas pessoas aqui em Pernambuco. Primeiro, a José Hermírio de Marais, que deu o dinheiro para a campanha e que, depois, foi um fator de equilíbrio como candidato a senador, porque era um grande industrial em São Paulo e usineiro em Pernambuco. Segundo, a você, que realmente atraiu o voto mais radical. A diferença, na minha vitória, foi de 15 mil votos. Verifico, na apuração, que apareciam muitas chapas aqui no Recife onde só tinha o meu nome e o seu: Miguel Arrais para governador, e Julião para deputado. Foram uns 16 mil votos, de maneira que acredito que esse voto radical, que você conseguiu canalizar, através da sua campanha em faixa própria, foi a diferença de que eu necessitava para ganhar de Cleofas. Cleofas veio do interior com uma grande votação e, em Recife, foi demolido". Isso me explicava Arrais, conversando.

Bem, foi uma luta realmente feroz. Claro, tive muitos

votos. Eu esperava ter uns 20 mil votos, e acabei com 16 mil, imediatamente acima de Pelópidas, que também foi candidato. Curiosamente, devo essa vitória também às bases do Partido Comunista em Recife. Em Recife, tive dez mil votos, e o candidato do partido, com toda a máquina funcionando, obteve 2.500 votos. Enfim, obtive uma votação quatro vezes maior do que a dele. Depois é que fui informado de que muitos elementos de base do partido diziam: "A gente vota nos candidatos do partido para governador, para vice-governador, para deputado estadual, para senador, mas para deputado federal, vamos votar em fulano, porque, se esse homem perder o mandato, vai para a cadeia. E ele é o único homem que defende o camponês aqui. Nós mesmos nunca tivemos um candidato nosso que defendesse os camponeses. E a gente não pode perder essa voz; por isso, votamos nele. Nessa parte, desobedecemos ao partido". E muitos me buscavam para me dizer isso. Eram sapateiros, remendeiros, essa gente humilde. Assim, tive uma votação boa, e isso foi o que me deu a reeleição.

No entanto, Elisabete foi derrotada por Assis, por essa coisa toda. Se ela fosse uma pessoa com certa experiência política ou se fosse o marido dela, se fosse o João Pedro Teixeira, creio que poderia ganhar essas eleições, mesmo com toda essa coisa que o Assis fez. Mas, em Sapé, ele podia ter tido uma votação extraordinária. Há também aquele negócio do machismo do Nordeste, votar em uma mulher... Todas essas coisas contribuíram. E ela era uma oradora que, quando falava, radicalizava mais do que os próprios companheiros. Usava uma linguagem feroz. Ela estava profundamente ferida, saindo de uma situação terrível com a morte do marido. Então, tinha uma linguagem muito dura.

A.C. — "O latifúndio é o diabo".

F.J. — Sim; exatamente. E outras coisas. Isso foi em 1962, não? Depois, tivemos pouco tempo de...

A.C. — Acho que é entre 62 e 63 que se verifica a desagregação política das ligas. É o momento em que um grupo intenta aquela experiência de guerrilha em Goiás e a experiência não dá certo.

F.J. — Sim; nessa época, alguns elementos das ligas partiram para um processo... Sempre tratei de desalentá-los, mas era impossível, porque aí por trás estavam muitos interesses. Nessa época, na América Latina, havia muito a idéia do foquismo. Não era só um fenômeno do Brasil. Mas eu partia do princípio de que tínhamos absolutas liberdades democráticas no país. Não havia prisioneiros políticos, não havia nada, podíamos mobilizar grandes massas. Havia, naturalmente, choques entre grandes senhores de terra e camponeses, mas as denúncias sempre contribuíam para aumentar o movimento do camponês.

Esses grupos partiram para isso, e criou-se um problema. Afinal de contas, a coisa não funcionou, não foi para diante, e não havia possibilidade de funcionar. Combatiam a quem? A um governo que tinha uma linha populista e vinha aceitando a mobilização de grandes massas? Mas foi em consequência do fracasso desse movimento que conseguei atrair toda essa gente, porque isso foi antes. Quando veio a eleição de Arrais, estávamos saindo do movimento das guerrilhas.

Recordo-me perfeitamente bem de que chega à minha casa Pelópidas Silveira, muito alarmado, e me diz: "Olhe, estive conversando com um capitão do Serviço de Inteligência do Exército — ele é um lottista, um nacionalista, um companheiro, portanto, que pensa como a gente —, e ele me informou que você está fundando guerrilhas no Brasil". Respondi:

"Diga a esse capitão que me leve a um dispositivo de guerrilhas que eu esteja fundando, porque quero conhecer os meus dispositivos de guerrilha". Em verdade, havia elementos da liga que estavam fundando dispositivos, de forma anárquica e irresponsável.

Imediatamente, tratei de pôr uma pessoa em contato com o Clodomir para lhe dizer: "Vocês estão cometendo uma série de erros gravíssimos, que podem comprometer o movimento". Afinal de contas, consegui tirar toda essa gente dos dispositivos e liquidar com tudo isso. Mas eles vinham muito acelerados, e era preciso metê-los em um grande movimento de massas, para ver se desaceleravam um pouco. Por isso é que os meti na campanha de Pernambuco e da Paraíba e tive que aumentar o radicalismo da sua linguagem, para tratar de amenizar e de contemporizar. Isso influiu muito para a diminuição dos meus votos e para aumentar o ataque que era feito contra mim e, na Paraíba, contra a Elisabete.

Foram comandar a campanha de Elisabete, na Paraíba, elementos que estavam saindo desses dispositivos, e, por conseguinte, levando um cheiro de pólvora para a campanha. Esses fatores todos influíram muito e também serviram para golpear a liga. Ainda havia a idéia de que pensávamos na possibilidade de uma violência armada com os camponeses. Em verdade, nunca pensei nisso; sempre fui contrário a essa possibilidade, porque eu partia da idéia de que era preciso mobilizar, conscientizar, organizar os camponeses de todo o país. Eu chegava mesmo a admitir a hipótese de formular uma espécie de partido do salário mínimo. Eu considerava que isso já seria uma revolução para os camponeses, em um latifúndio tradicional que não podia pagar salário mínimo. Eu dizia: "Olhe, no dia em que a gente fundir..."

F.J. — Sempre fui um homem de massas. Sempre acreditei na mobilização de massas, porque, se a gente não cria uma consciência entre as massas trabalhadoras, creio que é mais difícil uma transformação da sociedade. A gente tem que fazer todo um trabalho de conscientização das massas, por isso eu defendia essa tese. Mas sempre há muitas cabeças e muita gente querendo aproveitar a oportunidade para aparecer como líder. E não era difícil. Entre os camponeses, uma pessoa surgia como líder, e para isso bastava radicalizar um pouco. O camponês tem isso. Ele é capaz de passar de um extremo a outro, porque tem essa ânsia de ter um pedaço de terra. E a pessoa pode facilmente conduzi-lo para um desastre.

Sabemos que a experiência histórica é essa mesma. Na América latina, nas grandes revoltas camponesas da Europa, as massas chegavam a um desbordamento, a uma violência, a uma ferocidade incrível, conduzidas por líderes místicos, líderes profundamente anárquicos. E todo o movimento camponês era sempre um movimento de uma grande anarquia. Na própria história dos grandes movimentos camponeses da América Latina, você encontra esse fenômeno com frequência.

A.C. — É curioso que tenha havido, na liderança do movimento, dois padres tão radicais quanto os padres Alípio e Laje.

F.J. — Sim; o padre Alípio realmente sempre se comportou como um anarquista. Quando ele veio de São Luís do Maranhão e ingressou no movimento camponês, trazia toda aquela sua força mística. Era um homem que queria se crucificar. Eu recomendava constantemente: "Padre, ande sempre com a sua batina, não saia da Bíblia. A Bíblia é um livro muito interessante para ser utilizado, e nela você vai encontrar muitos elementos para poder trabalhar com os camponeses". Quanto ao padre Laje, a coisa é um pouco diferente.

O padre Laje teve realmente uma posição muito radical; entrou diretamente no movimento de sindicalização. Foi um grande fundador de sindicatos. Mas, de toda sorte, era um radical. Creio que, entre os curas, entre os padres, quando descobrem a existência da miséria das massas, de toda essa injustiça, há uma tendência para a crucificação. Deve ser um problema místico. Então, se crucificam.

Eu dizia: "Não há necessidade de se crucificar. Você tem que ser mais racional e ver as coisas assim..." Outros padres eram mais cautelosos. Mesmo dentro do movimento camponês, havia alguns padres que tinham uma postura mais conseqüente, cuidavam-se mais, não radicalizavam tanto. Mas essa é a história do movimento. Nisso, você tem razão.

A.C. — Eu queria perguntar ao senhor sobre as relações com o partido, no que se refere à linha ideológica. O Partido Comunista tinha uma teoria global para explicar o desenvolvimento da sociedade brasileira, e essa análise partia do fato de que havia estruturas semifeudais no campo. Isso, evidentemente, levava a uma valorização do papel do camponês na cena política, como um ator que lutaria contra aqueles resquícios de feudalismo no campo. Agora, na realidade, como o senhor já frisou anteriormente, o campo não foi um elemento que merecesse especial atenção do partido, por longos anos, até que as ligas tivessem desenvolvido seu próprio caminho. Como é que se deu o desenvolvimento das relações da liga com o partido, particularmente com um homem como Gregório Bezerra, com os líderes comunistas de Pernambuco, enfim, como viam o problema do proletariado agrícola e do campesinato em termos de uma transformação da sociedade?

F.J. — Bem, eu começaria fazendo uma crítica global aos partidos comunistas na América Latina, para poder explicar o

choque, as divergências que tínhamos em relação ao movimento camponês no Nordeste. Creio que os partidos comunistas, na América Latina, sempre pecaram por falta de bons teóricos. Realmente, o único grande teórico comunista no continente foi e segue sendo José Carlos Mariátegui, do Peru.

E por que digo um grande teórico? Porque esse homem se preocupou muito em analisar a realidade peruana do ponto de vista marxista, mas com a posição de um homem que não transplantava nada. Era um homem muito versado, que viveu muitos anos na Europa e assimilou perfeitamente bem, na teoria e na prática, o marxismo. Mas ele buscou interpretar a realidade peruana, utilizando esse instrumento de análise, o marxismo, ao invés de tratar de adaptar essa realidade a outras realidades. Ele não fez transplante.

Para mim, o grande defeito dos partidos comunistas na América Latina é que sempre viveram em função dos transplantes. Eles viam a realidade soviética, ou da China, ou qualquer outra, e tentavam adaptar essas realidades. Parece-me que essa era uma tendência que prejudicava ou limitava a visão dos partidos. Podemos observar perfeitamente bem esse fenômeno no Nordeste, com o movimento camponês.

Enquanto eu buscava interpretar essa realidade e aplicar instrumentos que se adequassem ao estágio em que se encontravam as massas camponesas, o partido tinha sempre a preocupação de ir ao campo, fundar uma célula comunista, ou falar uma linguagem que, para o camponês, era uma coisa absolutamente esotérica. O camponês não entendia e, quando entendia, tinha medo, porque, durante séculos, foi trabalhado, pela Igreja ou pelas forças reacionárias, com relação a palavras como comunismo.

A palavra comunismo soava, para o camponês, como se

fosse a palavra Satanás. Eu partia de outros conceitos. Eu dizia: "Temos que ir ao campo, ver o que o camponês aspira de imediato. É preciso saber qual é o seu mundo, qual o seu universo e, dentro desse universo, buscar uma linha que seja adequada à vida que esse camponês naturalmente busca". Ademais, outra divergência que eu tinha com o partido ligava-se à falta dessa análise concreta dos elementos. Essas análises existiam teoricamente, mas não na prática. Quando chegava a prática, o comportamento era outro.

É curioso o caso, por exemplo, de Gregório. Quando fala de seus problemas, de sua vida, de sua infância, de seu passado, das lutas que travou, quando fala realmente das coisas que sentiu, Gregório é um homem. Mas quando entra em um esquema e começa a defender a linha do partido, ele se transforma: é outro homem. Então, vejo dois Gregórios: o Gregório ele mesmo, e o Gregório como um elemento fiel à linha do partido. A sua fidelidade é de tal natureza que muitas vezes suplanta o próprio Gregório-homem, sua experiência, sua vivência, para se adaptar a uma linha que ele considera correta. E, nisso, comete, no meu modo de pensar, muitos erros.

Eu partia da idéia de que, nos países da América Latina, a massa camponesa representa um grande potencial demográfico. Não digo revolucionário, digo demográfico, antes de falar em revolucionário. A gente tem que considerar esse fator, que é sumamente importante. Essa imensa massa amorfa não está trabalhada, ou foi trabalhada no sentido de anestesiar-se, de conformar-se com o seu *status*, porque essa era a legalidade que existia para o camponês.

Nesses países, onde realmente existe essa grande massa, era indispensável trabalhar no sentido de incorporá-la ao processo democrático ou revolucionário, e não esperar que essa massa viesse por gravidade, ou viesse, vamos dizer, na

cauda do movimento obreiro — em se tratando de países onde esse movimento obreiro era ainda muito incipiente, muito localizado, muito setorizado. Então, eu achava, e esse é um pensamento que continuo defendendo, que era preciso trabalhar as massas camponesas e incorporá-las ao grande processo, e não esperar que o camponês amadurecesse por si mesmo, ou fosse libertado pela classe obreira ou pela cidade. Havia que incorporá-lo.

Talvez essa idéia não prevalecesse para países já urbanizados, como era o caso do Uruguai, da Argentina e do Chile, onde a percentagem de massa camponesa já era muito pequena. Esses países têm mais de 80% de sua população vivendo em cidades, são países urbanizados. Mas ainda assim a gente verifica que todos os programas dos partidos revolucionários, nesses países, sempre enfocam, em primeiro plano, a reforma agrária. Então, é muito importante considerar isso.

Agora, imagine em países como o Brasil, como a Bolívia, como a Colômbia ou o Equador. O Brasil, até 64, realmente tinha mais massa camponesa do que massa obreira. Agora a coisa já está diferente, com esse grande êxodo, e com o fenômeno dos bóias-frias e outros provenientes do grande desenvolvimento industrial do país, da grande concentração nas cidades. Ainda assim, o problema camponês segue sendo, para mim, o grande desafio a qualquer processo de transformação da sociedade brasileira.

A.C. — Em que o partido discordaria do senhor naquela época?

F.J. — Naquela época, o partido sustentava que não havia que tocar no campo, que havia que seguir desenvolvendo o trabalho com a classe obreira e o problema camponês passava a ser secundário. E eu considerava que o problema camponês

deveria ser tratado com o mesmo interesse que o problema obreiro, que não havia que distinguir ou que considerar o problema camponês como secundário, como uma coisa que eu chamaria de "participar da transformação através de um processo de gravidade".

[FINAL DA FITA 5-A]

F.J. — Bem, eu queria completar esse pensamento. A idéia de que a classe obreira é realmente a classe hegemônica dentro de um processo revolucionário, eu não a discuto. O que quero dizer é que, sem a incorporação das massas camponesas, é difícil uma transformação da sociedade na América Latina, por ser um continente predominantemente habitado por camponeses. Falo em um sentido global. Entendo que haveria que fundar um partido ou que incorporar as massas camponesas a esse processo, para lograr esse passo, que é a transformação da sociedade latino-americana ou da sociedade brasileira, para ser mais específico. Isso não significa que estejamos adotando a linha chinesa, absolutamente.

Os chineses partiram de uma concepção absolutamente contrária. Como a China, realmente, é um país ainda completamente habitado por camponeses, a Revolução Chinesa partiu dessa coisa de cercar as cidades para poder dar margem a que a classe obreira pudesse realmente desatar o processo de libertação. Não considero assim. Considero que há que incorporar as massas camponesas a esse processo, há que trabalhar as massas camponesas, e não relegá-las ou deixá-las em um plano secundário. Não se trata de fundar propriamente células ou um partido lá no campo. Penso que o estágio em que viviam as massas, os trabalhadores, o camponês brasileiro era tão atrasado que a gente tinha que despertá-los, pouco a pouco, utilizando os instrumentos adequados a esse estágio, adequados

à realidade que estavam vivendo naquele momento.

A.C. — Quando o Partido Comunista se engaja na defesa da reforma agrária, e se engaja, ao mesmo tempo, na criação de sindicatos rurais, a partir de 61, 62 sobretudo, isso significa que houve uma mudança radical na sua maneira de encarar o processo camponês e a luta no campo?

F.J. — Sim; creio que o Partido Comunista começou a perceber a importância que tinha o movimento camponês nesse processo de transformação da sociedade brasileira. Em meu modo de pensar, ele mudou a sua concepção sobre o problema camponês.

A.C. — Eu queria que o senhor nos desse o seu testamento sobre o congresso de Belo Horizonte, que considero o momento decisivo da luta camponesa e que teve grandes repercussões políticas, em todos os níveis. Como é que se deu esse congresso e como foi que as diferentes forças que atuavam dentro do movimento se posicionaram, umas com relação às outras?

F.J. — Pode-se dizer que o congresso camponês em Belo Horizonte foi a consequência de todo esse processo, que começou muitos anos antes, de mobilização e de criação de uma consciência nacional sobre o problema agrário. Não vamos dizer que o congresso tenha sido consequência do movimento das ligas camponesas, embora as ligas tenham tido, naturalmente, um papel bastante destacado na realização dele. Mas influíram outras correntes, como o pensamento daqueles autores que sempre defenderam a necessidade de uma reforma agrária, de uma luta contra o tipo de estrutura latifundiária existente no Brasil. Pode-se dizer que esse fenômeno começou a ter vigência ou começou a adquirir força desde José Bonifácio.

José Bonifácio pensou na primeira reforma agrária, pensou em golpear o latifúndio e em libertar o índio, pensou,

digamos assim, em criar uma outra infra-estrutura para desenvolver o Brasil. Ele já tinha, por conseguinte, uma visão européia dos problemas; estava impregnado de certas teses da Revolução Francesa. Se a gente fosse buscar raízes, tinha que buscá-las em José Bonifácio, para poder chegar até Joaquim Nabuco. Talvez Bonifácio houvesse sido — e assim eu o considero — um homem muito mais radical, mais autêntico do que Joaquim Nabuco.

Se tivesse que buscar, entre os dois, o homem que mostrou ser mais conseqüente, eu buscaria José Bonifácio, que, depois, foi combatido pelo sistema, morreu pobre e desgraçado, mas que permaneceu fiel às suas idéias e que, naquele tempo, já tinha concebido tudo isso que, mais tarde, foi-se desenvolvendo. Entre Bonifácio e Nabuco, podíamos buscar as raízes dessa luta pela dignidade do camponês, pela transformação, contra esse tipo de estrutura que foi responsável pela escravização e servidão do camponês.

Existe uma memória histórica, que a gente não pode, absolutamente, desprezar. Então, para sermos justos, devemos buscá-la nesses homens; em Bonifácio e em Nabuco. Quando houve aqui a comemoração do Sesquicentenário da Independência do Brasil, escrevi um longo artigo sobre José Bonifácio, exaltando a sua figura, mostrando que ele fora muito maior do que Pedro I, e que a homenagem devia ser realmente dirigida a José Bonifácio, e não a Pedro I.

A Revolução de 30 teve também o seu papel. Revolução liberal, de certo modo sofreu as conseqüências dos movimentos de 22 e 24. O próprio Vargas não estava representando totalmente os interesses do latifúndio. Encontrava-se, por conseguinte, já na posição de um homem que queria transformar a sociedade brasileira, dar margem para que os trabalhadores pudessem participar da sociedade, com a legislação

trabalhista. É toda uma cadeia, que adquiriu mais dinâmica a partir de 55, com Juscelino Kubitschek.

As metas desenvolvimentistas de Kubitschek propiciaram uma situação mais dinâmica para o movimento camponês, ou para que os camponeses tivessem uma voz dentro desse imenso país, onde estavam, até então, praticamente marginalizados. Agora, com o surgimento das ligas camponesas no Nordeste, a imprensa, os meios de comunicação e as diversas lideranças lhe deram tamanha importância que o movimento teve mais ressonância do que deveria. Sempre considere que o movimento camponês, de certo modo, foi muito mais propalado do que a força que ele tinha. É possível que...

A.C. — ... que isso mostre a sua própria força.

F.J. — Sim; é possível que a Revolução Cubana tenha contribuído muito para isso. Foi uma revolução eminentemente agrária, que partiu de uma luta guerrilheira em uma serra, luta que depois se propagou. A base de Fidel Castro era realmente o camponês sem terra, que a arrendava para plantar cana. Esse foi o soldado principal de Fidel Castro. Isso teve também uma grande repercussão. Quando Fidel Castro triunfou, a liga camponesa já existia, e é possível que haja uma ligação.

Eu mesmo fui a Cuba várias vezes e senti a força, o peso, a importância que tinha o movimento de Fidel Castro. Isso, de certo modo, me influenciou. Creio que, naquela fase, isso não foi bom para o movimento camponês, porque levou-o a um radicalismo, que poderia haver sido evitado para ampliar mais as bases do movimento. Poderíamos ter seguido uma linha mais tradicional, utilizando aqueles instrumentos etc. Mas é muito difícil, pois só depois que passa a coisa é que podemos analisá-la com mais serenidade. Hoje, já podemos fazer esse tipo de análise, mas, naquele tempo, era difícil,

porque estavam todos empolgados e entusiasmados pela Revolução Cubana. Era uma coisa nova que surgia nesse continente, depois de tantas décadas de silêncio e de apastamento.

O fato é que o congresso de Belo Horizonte é como que a soma de tudo isso. Se eu tivesse que buscar raízes, buscava-as em Bonifácio, em Nabuco, na Revolução Cubana, nas ligas, e no Kubitschek. São quantidades aparentemente heterogêneas, mas que não creio que o sejam tanto. Você pode somar tudo isso e desembocar no grande congresso de Belo Horizonte. Para dar uma visão ampla, um pouco a vôo de pássaro, eu diria que o congresso foi a consequência de tudo isso.

Da mesma forma, digo sempre que a liga é uma visão política já mais organizada de todas aquelas rebeliões camponesas no Nordeste — os cangaceiros, os beatos, a Cabanada e todos esses movimentos. Se a gente fosse buscar as raízes das ligas camponesas, deveria buscá-las aí. Não foi por acaso que a liga nasceu em Pernambuco; não foi por acaso que surgiu no Nordeste. O Nordeste tem uma tradição de lutas camponesas muito importante, e a gente deve buscar a liga como a consequência, a soma de tudo isso. Naturalmente, em uma dimensão muito mais avançada, muito mais organizada, sem aquele sentido anárquico e desesperado dos grandes movimentos que propiciaram o nascimento de cangaceiros e beatos. Há que buscar essa coisa. Então, digo que é a soma de tudo isso.

O mais importante é que as diversas correntes que atuaram dentro desse congresso — e que dentro dele se chocaram — foram capazes de sensibilizar setores que até então estavam um pouco divididos em relação ao movimento camponês, de tal forma que as conclusões do congresso foram positivas e o congresso acabou sendo unitário. Em verdade não podemos dizer que aí se estabeleceram, se polarizaram duas correntes. Com todos os debates que houve, o congresso acabou sendo

realmente unitário; a resolução final é uma resolução unitária.

A.C. — Creio que em torno da reforma agrária.

F.J. — Por suposto que em torno da reforma agrária. Os demais assuntos, não os quero discutir, porque a minha meta era lutar por uma reforma agrária, lutar pela libertação do camponês no Brasil. O Jango, que foi encerrar o congresso, sentiu essa importância, de tal forma que decretou imediatamente a sindicalização rural — assunto que era proibido no Brasil. O sindicato rural era considerado algo perigoso à segurança nacional. Havia decisões da Suprema Corte, e os ministros nunca permitiram que esse assunto fosse tratado. O sindicato obreiro, o sindicato de trabalhadores de fábrica, sim; mas o sindicato rural, não. Era um problema que afetava diretamente a estrutura tradicional, o latifúndio tradicional.

A meu ver, o grande mérito desse congresso foi despertar a consciência nacional para o problema agrário. Toda a gente, desde então, começou a falar mais na reforma agrária, de uma forma mais conseqüente, e Jango decretou a sindicalização. A sindicalização nasceu, por conseguinte, como conseqüência do grande debate que se travou no congresso de Belo Horizonte. A liga desempenhou, nesse momento, um papel bastante importante, porque dinamizou, com a sua forma autônoma de se comportar, e influiu muito para que o congresso não fosse, absolutamente, um congresso a mais.

A.C. — Qual foi o papel da ULTAB nesse congresso? Em que estágio se encontrava a organização das forças políticas nas associações ligadas à ULTAB?

F.J. — Bem, a ULTAB era um organismo do Partido Comunista.

Não era realmente uma força poderosa, mas era atuante, estava em todas as partes como força organizada. Mas, em torno da ULTAB, faltava a massa: havia a direção, a cabeça, mas faltava o corpo. A liga, ao contrário, era capaz de mobilizar grandes massas, embora, no meio dessas massas, houvesse mais de uma cabeça. Havia, às vezes, duas ou três cabeças que se chocavam quando as massas eram conduzidas.

A.C. — Mas os contingentes da ULTAB eram grandes, não? Tenho a impressão de que o problema, mais do que uma questão de número, vinha de as pessoas serem um pouco amorfas. Não sei se o senhor concorda.

F.J. — Eu poderia, nesse sentido, dizer que, no Nordeste, por exemplo, a ULTAB não tinha nenhuma influência, nenhuma força. Talvez no Sul, em São Paulo ou no Paraná, sim. Não discuto por aí. Fundamos ligas camponesas no Paraná, tivemos aí um bom advogado e o movimento das ligas chegou a ter bastante força. Conseguimos fazer algumas concentrações importantíssimas no Paraná, algumas valiosas concentrações.

A.C. — Aonde?

F.J. — Em Londrina e em uma outra cidade lá perto, da qual não sei o nome. Aí fizemos algumas conferências e mobilizamos muito as massas trabalhadoras. O advogado da liga que tínhamos aí, Manuel Silva, teve um papel importante no desenvolvimento do movimento camponês do Paraná. Mas a ULTAB, no Nordeste, por exemplo, não tinha nenhuma representação, não significava nada, não se falava sequer essa palavra.

Creio que o grande defeito da ULTAB, com a velha experiência que tinha, foi valer-se de quadros que em geral saíam do próprio movimento obreiro e que se integravam para trabalhar com os camponeses. Esses quadros às vezes recrutavam

elementos que não tinham nenhuma sensibilidade para o problema camponês. A ULTAB buscava, por exemplo, um juiz ou um promotor, uma autoridade ou uma pessoa que não estava motivada para defender o camponês. Então, fazia as reuniões, e era como que se faltasse vida, porque faltava realmente a massa camponesa em torno dessas reuniões.

A razão por que as ligas camponesas realmente dinamizavam mais é que tinham outra linguagem, outra forma de encarar o problema, outros instrumentos para mobilizar a massa. Havia mais flexibilidade, não estávamos em uma posição esquemática, entende? Então, por isso é possível que, onde se plantasse a liga camponesa, ela se desenvolvia facilmente. O que estava faltando era o advogado — e insisto muito nesse ponto. Era o quadro mais importante, para mim; o que eu mais sentia era a ausência do advogado.

O fato é que, do congresso, nasceu a sindicalização, que foi um passo muito avançado, importantíssimo. Imediatamente, a própria liga organizou os sindicatos. Os primeiros sindicatos organizados em Pernambuco foram organizados pela liga. Eu organizei imediatamente 36 sindicatos. Fundamos 36 sindicatos, e todo o processo eu preparei. Apesar de dizerem que havia um choque entre a liga e os sindicatos, isso não é verdade. Os sindicatos que se fundaram na zona canavieira, onde atuava o Partido Comunista, onde atuou a Igreja, haviam sido fundados pela liga.

A.C. — Quais foram os mais importantes dos que o senhor se lembra agora?

F.J. — Fundamos sindicatos em Jaboatão, no Cabo, em Gameleira, em Palmares. Nós é que fizemos toda a burocracia, todo o papaleio, tudo isso a gente fez.

A.C. — E o governo deu o consentimento.

F.J. — Sim; apoiou-nos. Houve, naturalmente, problemas. Quando Almino Afonso era ministro do Trabalho, por exemplo, fui conversar com ele para acelerar a fundação dos sindicatos. Entrei com todo o processo e descobri que havia também um outro sindicato, um outro processo, que tinha a firma de um cura, um padre ou alguém que estava aí metido. Notei que o nosso tinha prioridade, em matéria de protocolo, mas o outro estava mais acelerado.

Eu disse ao Almino: "É bom que você mande uma pessoa de sua confiança a Jaboatão, para ver quem é que tem força, se é a liga ou se é o padre. Você vai poder ver que o padre não tem força, não é capaz de mobilizar nada, e nós somos capazes de mobilizar dois ou três mil camponeses facilmente". Ele perguntou: "Mas isso é verdade?" Respondi: "É verdade". E ele mandou uma pessoa. De lá, telefonaram e disseram: "Olhe, aqui, quem tem força realmente é a liga". E isso influiu muito para que a gente pudesse acelerar o processo de sindicalização.

O fato é que fundamos sindicatos em várias partes de Pernambuco e, claro, entrou todo o mundo a trabalhar nos sindicatos. Naturalmente, eu não tinha essa preocupação de querer ter o domínio dos sindicatos e o domínio da liga. A única coisa que eu cuidava muito era para que a liga não escapasse de si mesma, das suas lideranças locais, já que isso poderia, em verdade, matar o movimento nas suas origens. Eu queria que o movimento tivesse essa autenticidade. Sempre lutei por isso, e creio que os camponeses entenderam bem essa coisa.

A.C. — O senhor acha, então, que a liderança tinha que ser composta a dois níveis: o nível dos advogados, que seriam as pessoas mais esclarecidas, encarregadas de dar um apoio,

um suporte institucional ao movimento; e o nível dos camponeses, que era o nível local.

F.J. — Precisamente; isso estava bem definido. O advogado, para que cuidasse da parte jurídica, sem deixar de pensar também na parte política. Eu queria um advogado que fosse também político, um advogado comprometido. Eu não queria um advogado frio, que fosse tomar o texto da lei e aplicá-lo com absoluta frieza, porque a lei não dizia nada, e, quando dizia, era contra o camponês. Eu queria um advogado que descobrisse as próprias contradições existentes dentro da realidade de que os camponeses estavam vivendo e tratasse de aplicar a lei, sem esquecer absolutamente a necessidade de uma transformação da sociedade.

A.C. — Agora, no congresso de Belo Horizonte, acho que a grande proposta das ligas foi a radicalização da reivindicação de reforma agrária. Tenho a impressão de que a linha dominante numericamente no partido tendia a uma composição com o Jango, que estava subindo ao poder naquele momento. Enfim, seria um tipo qualquer de combinação política que implicasse compromissos, digamos. E a liga, que vinha com aquele passado de lutas, de dificuldades e de perdas, estava muito mais disposta a uma radicalização maior, no sentido de uma proposta mais radical de reforma agrária. O senhor acha que foi isso realmente o que ocorreu?

F.J. — Sim; pelo menos, pode-se observar que, durante o congresso, a linha da liga era a mais aplaudida. Quando falava um delegado da liga, sensibilizava mais os presentes, porque trazia uma linguagem nova. Além disso, realmente a delegação da liga foi poderosa, foi forte. Compareceram cerca de 200 delegados só do Nordeste, que viajaram de caminhão durante todo esse percurso, passando por muitas cidades. E depois

havia também o movimento estudantil, que estava muito sensibilizado. Lembro-me de que, nessa época, fiz uma conferência em uma universidade de Belo Horizonte, no edifício da Secretaria de Educação, que era muito grande. Estava lotada. Havia mais de cinco mil estudantes. Era uma coisa formidável. Havia um grande interesse em ver o que diziam os do Norte, o que pensavam aqueles que vinham do Norte, com uma linguagem nova etc.

Creio que isso influiu muito e causou impacto para que se pudesse obter no congresso resoluções mais consequentes. E foi fácil dar um impulso à luta pela reforma agrária, dada a comunicação com senadores e deputados, com o presidente da República, com governadores de estado, com toda a gente. Recordo-me de que, em uma dessas vezes, eu estava lá, na liga, quando veio uma pessoa me pedir que eu fosse conversar com o governador Magalhães Pinto, que queria falar comigo. Fui, o homem entrou na sala e conversou comigo sobre reforma agrária. Fotografou-se comigo. Creio que ele tinha pretensões à presidência da República, que disputava com o Carlos Lacerda, naquele tempo.

Para mim, a grande importância desse congresso foi precisamente fazer com que camadas da sociedade brasileira, que até então estavam não muito bem informadas sobre essa dolorosa realidade, descobrissem a existência do camponês e tratassem de integrar esse camponês na grande luta de mobilização que, desde então, começava a crescer no Brasil.

A.C. — E o camponês também tomou consciência da dimensão nacional do movimento. No fundo, cada grupo estava um pouco enquistado na sua região e, naquele momento, houve uma espécie de confronto em que as pessoas mediram as forças e viram que realmente havia um movimento nacional.

F.J. — De confronto e de confraternização. Os camponeses começaram a sentir que participavam de um país que era um verdadeiro continente. O camponês do Nordeste via os problemas do camponês de Goiás, do Rio Grande do Sul, do Pará, ou de São Paulo, e se descobria dentro do panorama nacional, dentro de um continente como o Brasil. Então, considero que esse congresso foi realmente um passo importantíssimo para uma nova estratégia da luta pela transformação da estrutura agrária no Brasil.

A.C. — Naquele momento, Jango procurou-o para um acordo, provavelmente. Como é que se passou esse encontro?

F.J. — Vou narrar o que se passou. Dias depois do congresso, Jango quis conversar comigo e convidou-me para ir ao Torto. Fui conversar com ele. Ele dizia: "Olhe, não sou socialista, não chegarei nunca ao socialismo. Atenho-me ao programa de Vargas, ao programa do Partido Trabalhista. Agora, por que é que a gente não faz uma aliança? Não seria possível uma aliança entre o Partido Socialista e o Partido Trabalhista, visando, digamos assim, um próximo embate eleitoral?" Admiti que era possível.

Você sabe que havia conversações entre os dois partidos. O partido de Jango ressentia-se de teóricos, e o Partido Socialista tinha excesso deles. Mas o Partido Socialista não tinha corpo. O único homem de massas era eu. Eu dizia aos companheiros: "Olhem, por que é que não vamos conquistar o campo, trabalhar com os camponeses? A classe obreira está muito trabalhada pelo Partido Comunista e o Partido Trabalhista, e o campo está completamente abandonado. A influência que aí têm o Partido Comunista e o Partido Trabalhista é muito pequena em relação à que têm os coronéis e cabos eleitorais dessa gente, que manipula e domina tudo. Vamos quebrar isso. Aí está um campo formidável para o Partido

Socialista vir a ser um partido grande, poderoso, um partido com massa, e não apenas com cabeça".

É claro que eu encontrava resistência, porque não era muito cômodo trabalhar realmente com camponês. Era muito difícil. O que eu queria realmente era ganhar advogados e líderes para um trabalho mais consequente no campo. Tanto é assim que, quando chegamos à Câmara de Deputados, e que o Neiva Moreira, como secretário-geral da Frente Parlamentar Nacionalista, convidou-me, eu disse: "Neiva, com muito prazer vou participar da frente. Mas há uma condição: quero que se publique, que se declare que os componentes da Frente Parlamentar, ao invés de estarem aqui, digamos, apresentando projetos de lei ou atuando nas comissões técnicas, devem se mobilizar pelo Brasil. Precisamos ouvir a voz da Frente Parlamentar no Nordeste, saber o que pensa você e o que pensam outros companheiros sobre os problemas nacionais, sobre o petróleo, sobre a terra, sobre o controle de lucros das empresas, sobre uma série de coisas. Mas é preciso que vocês digam isso lá. Por sua vez, vamos também a outras regiões, vamos ao Sul, ao Oeste. Acho que a frente deveria aproveitar essa oportunidade para se mobilizar por todo o país, para que não seja apenas uma frente parlamentar, mas frente do povo brasileiro, em defesa das matérias-primas, em defesa de um programa de libertação econômica desse país". Ele disse: "Rapaz, é uma idéia fabulosa. Creio que a gente podia mobilizar a frente e fazer essas caravanas".

[FINAL DA FITA 5-B]

2ª Entrevista: 06.12.1977

A.C. — Estávamos justamente falando sobre a Frente Parlamentar Nacionalista, sobre as condições da sua participação na frente, que seriam de que ela adquirisse um dinamismo maior

em termos de mobilidade geográfica, percorrendo as regiões do país, suscitando um debate público maior. O deputado Neiva Moreira, secretário da frente, teria acolhido com muita satisfação essas sugestões suas. Não sei se o senhor gostaria de falar alguma coisa a mais sobre as suas ligações com a frente. Posteriormente, a Frente Nacionalista se converteu em Frente de Mobilização Popular. Talvez o senhor tenha alguma coisa a dizer a esse respeito.

F.J. — Não tive muitas ligações com a frente, porque nessa fase eu me dividia entre o Rio de Janeiro, onde eu editava um seminário chamado *Liga*, o Nordeste, onde tinha que fazer o trabalho com os camponeses, com as ligas, e Brasília, onde ia, não com muita frequência, para assistir a algumas sessões do Parlamento, da Câmara de Deputados, justificando a minha presença como deputado federal. De maneira que os meus contatos com a frente não foram tão dinâmicos. Apenas, fiz essa proposição, e esperei que a frente, de acordo com esse compromisso assumido pelo seu secretário-geral, o deputado Neiva Moreira, tomasse uma posição. Creio que essa idéia repercutiu bem dentro da frente. Este é um assunto que poderia ser indagado ao Neiva. Nunca tive a oportunidade de perguntar como foi a reação da frente, mas é possível que a idéia tenha sido acolhida com entusiasmo. Não posso dar lhe maiores detalhes.

A.C. — Em relação à Frente de Mobilização Popular, deve ter ocorrido mais ou menos o mesmo problema. O senhor deve ter sido procurado por eles para engrossar as pressões no sentido de uma reforma agrária.

F.J. — A Frente de Mobilização Popular já me encontrou, naturalmente, em pleno trabalho, porque sempre dei a maior parte do meu tempo a essa mobilização. Claro que eu trabalhava

mais no setor camponês, mas isso não quer dizer que eu também não me interessasse por outros setores. Nas grandes campanhas eleitorais, por exemplo, eu sempre estava participando de todo o trabalho, não só no campo como também nas cidades, em Recife e em outras partes da República, dando conferências, comparecendo a debates em universidades e nos sindicatos, como o dos metalúrgicos, na televisão, uma série de coisas assim. Eu já estava mobilizado para esse trabalho. Que poderia dizer mais sobre isso?

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.C. — E sobre aquele episódio com o Jango, depois do congresso de Belo Horizonte? Como é que se desenvolveram as coisas?

F.J. — Depois do congresso de Belo Horizonte, evidentemente Jango observou que havia algo sério. Todas as correntes que estavam interessadas na reforma agrária, no Brasil, haviam se encontrado aí. Veio o Brizola, com o grupo dele. Vieram a Igreja, o Partido Comunista, as ligas camponesas, o Partido Trabalhista, os estudantes. Havia, por conseguinte, um encontro de todo o país nesse Primeiro Congresso Nacional de Camponeses. Daí saiu, na verdade, uma proposta concreta, através das resoluções do congresso, e creio que o Jango começou realmente a se preocupar com o problema dos camponeses. A sindicalização rural foi produto desse congresso. Não vou dizer que isso se deva exclusivamente ao trabalho da liga. Vamos começar. Você tem que apagar aqui...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

F.J. — Uma vez realizado o congresso, as delegações regressaram

aos respectivos estados, e recebi um convite para ~~entender-me~~ com o primeiro-ministro, que era o Tancredo Neves. Então, fomos em comissão. Dessa comissão participávamos eu, o padre Francisco Laje, e creio que José Porfírio, de Goiás. Entre outros, recordo-me bem desses dois companheiros. Fomos recebidos por Tancredo e debatemos alguns aspectos do congresso. Fizemos uma análise do que se havia passado, e ele nos perguntava certos detalhes. Em suma, não fizemos outra coisa senão apresentar as conclusões e, de Tancredo Neves, surgiu a idéia de um encontro com Jango.

Esse encontro com Jango, eu o fiz isoladamente — os outros companheiros não participaram. O presidente manifestou interesse nesse encontro, e estivemos aí praticando. Não era a primeira vez que nos encontrávamos. Tínhamo-nos encontrado quando ele era vice-presidente. Agora, já como presidente...

A.C. — Ele não participou do congresso?

F.J. — Participou. O discurso de encerramento foi feito pelo Jango. Mas, aí, no Congresso, não havia clima para podermos conversar. Na conversa que tive com Jango, observei que ele estava realmente preocupado, e fez questão de me dizer, de forma bem clara, bem contundente, que não era capaz de chegar ao socialismo; seu ideário chegava até o programa de Vargas. Ele defendia, com o seu partido, o programa de Vargas, e não chegaria mais além.

Recordo-me de lhe haver dito: "Bom, isso é um problema de etapas. Você pode, naturalmente, lutar por uma etapa e o povo brasileiro seguir a sua luta para uma etapa mais avançada". Agora, de toda sorte, o presidente estava profundamente sensibilizado pelo que viu e sentiu no congresso, e creio que isso foi, naturalmente, o fator que mais contribuiu

para que Jango decretasse imediatamente a necessidade de se sindicalizar os camponeses, no Brasil.

Essa sindicalização não se relacionava apenas com o camponês que vendia a sua força de trabalho, com o assalariado do agrícola. Ele também estava empenhado em sindicalizar o camponês que arrendava terras. Ele queria englobar tudo; todo o campesinato que não tinha terra caía dentro dessa sindicalização. Ele convocou a Igreja, confiou-lhe uma parte da sindicalização, entregando-lhe realmente esse trabalho.

A.C. — O senhor acha que houve um acordo entre os dois?

F.J. — Evidentemente, houve um acordo entre Jango e a Igreja. E o Partido Comunista, que estava atrás de tudo isso, também concordou em participar desse trabalho. Porém, o acordo de Jango foi diretamente com a Igreja. Ele deu muita proeminência ao trabalho da Igreja na sindicalização rural. Assim, é possível entender o caso do padre Laje que, em pouco tempo, em Minas Gerais, fundou mais de dois mil sindicatos, num trabalho extraordinário. Ele viajou a outros estados, foi até o Maranhão, acompanhado de Neiva Moreira...

A.C. — Mas que Igreja era essa? Porque o padre Laje era da AP!

F.J. — Sim; mas, quando digo Igreja, digo...

A.C. — Havia duas Igrejas interessadas na sindicalização.

F.J. — Sim; mas não estou vendo a Igreja como uma totalidade, como um todo. O padre Laje era um homem que estava dentro da Igreja. Ainda que tivesse uma posição muito mais avançada do que a de outros padres, evidentemente era um homem da Igreja. E seguiu sendo sempre um homem da Igreja, disciplinado, embora com uma posição bastante avançada. Naturalmente,

em Minas Gerais, ele tinha muito prestígio, muito nome. E ele ganhou esse nome lutando, dentro de Belo Horizonte e nos arredores da cidade, onde havia os centros populosos mais pobres. Aí o padre Laje conseguiu um grande nome. Esse nome se expandiu e chegou a cobrir todo o estado de Minas Gerais. Então, quando digo Igreja, é nesse sentido. É possível que aí haja matizes.

A.C. — Nesse encontro com Jango, ele tentou reunir diferentes forças políticas que estavam interessadas na mobilização camponesa: o senhor, o padre Laje...

F.J. — Não; o encontro com o Jango...

A.C. — Ah, sim. Esse foi o encontro com o Tancredo, o das diferentes forças, e o senhor foi falar com o Jango sozinho.

F.J. — Sim. Naturalmente, ele queria ver o meu pensamento, até onde eu pretendia chegar, essa coisa toda, e também expressar o pensamento dele. Quando se dizia que o Jango era um homem que estava levando o país ao comunismo, considero que era apenas um argumento para justificar-lhe o derrocamento, a caída. Em verdade, o Jango não era um homem capaz de levar o país nem sequer ao socialismo.

A.C. — O senhor acha que, de qualquer forma, naquele momento, ele manifestava um interesse evidente pela reforma agrária, um propósito firme?

F.J. — Sim; claro. Mas é preciso a gente considerar que existe reforma agrária e reforma agrária. A reforma agrária do Jango não era a minha reforma agrária.

A.C. — Quais eram as diferenças?

F.J. — O Jango estava interessado em aplicar o programa da

Aliança Para o Progresso, fazer uma reforma fiscal e democratizar as relações entre camponeses e senhores da terra, melhorando, por conseguinte, de certo modo, a situação dos camponeses nas regiões onde havia mais conflitos. Por isso, estava disposto a defender um programa para distribuir terras, mas de forma muito bem pensada, bem moderada, e eu estava em uma posição naturalmente muito mais conseqüente, mais avançada.

Eu queria que, de um golpe, se limitasse a quantidade de terra que uma pessoa jurídica pudesse possuir — isso era uma das resoluções do congresso. Queria também a modificação do artigo 141 da Constituição, para facilitar, naturalmente, o acesso dos camponeses à terra. E era uma coisa lógica, porque o Brasil provavelmente era o único país da América Latina onde, para se adquirir a terra, se tinha que pagar o valor real dela, em dinheiro de contado.

Em outros países, já as constituições permitiam que esse pagamento fosse feito em bônus da dívida pública, com uma taxa de juros modesta e por um prazo largo. Tratava-se de uma reivindicação que já estava consagrada em outras constituições, daqui e de outras partes do mundo: da Itália, da Turquia etc. Então, queríamos avançar um pouco mais. Creio que, daí, tenha começado a surgir um conflito inevitável entre a posição do Jango e a nossa, conflito que foi aumentando até o momento em que ele tratou de reunir outra vez em seu poder o que havia perdido quando aceitou o parlamentarismo no Brasil.

A.C. — O senhor foi contra a volta ao presidencialismo e se absteve na votação, não?

F.J. — Sim, contra a volta ao presidencialismo. Tomei uma posição de abstenção, pelos motivos que, não sei se já lhe

disse...

A.C. — Infelizmente, perdemos a gravação. Se o senhor pudesse...

F.J. — Então, vou resumir. Primeiro, porque eu era do Partido Socialista, e o Partido Socialista, em seu programa, defendia o parlamentarismo. Era natural que eu também defendesse o parlamentarismo. De maneira que encontrei uma certa incoerência no fato de alguns companheiros do partido, a começar pelo então ministro da Justiça, João Mangabeira, e depois pelo primeiro-ministro, Hermes Lima, aceitarem a liquidação do parlamentarismo e a volta ao presidencialismo. Eu estava muito mais dentro do programa do partido, que sempre foi parlamentarista. Por outro lado, observei que o parlamentarismo começava a dar resultados, a dar frutos. Muitas grandes vozes, na Câmara de Deputados, começavam a ser escutadas pelo povo — vozes como a de Barbosa Lima Sobrinho, Almino Afonso, Aurélio Viana, Santana, uma infinidade delas.

A.C. — O senhor se referiu ao prof. Hermes Lima, que era ouvido nos seus tempos de primeiro-ministro.

F.J. — Sim, era bastante ouvido. Essas vozes todas começaram a dar ao Parlamento a imagem que eu gostaria que tivesse: a de um organismo identificado realmente com o povo. Se o Parlamento era um produto da votação de várias correntes, de vários partidos, naturalmente deveria refletir o pensamento dessas correntes e desses partidos. E a corrente que mais se destacava era precisamente a que tinha uma atitude mais conseqüente, a que defendia causas nacionalistas, a que lutava para fortalecer a economia do povo, do Brasil, e atacava a questão da reforma agrária. Sem a reforma agrária, não poderíamos pensar em país desenvolvido, capaz de marchar

harmonicamente. A industrialização deveria marchar paralelamente a uma reforma agrária consequente, democrática, radical, que desse às grandes massas camponesas do país o acesso à terra.

A.C. — Então o senhor não concordava com a idéia que prevalecia entre alguns grupos, naquela época, de que o Congresso, no fundo, pelo seu caráter eminentemente conservador, estava atrapalhando o caminho das reformas.

F.J. — Não; eu defendia o Congresso, crendo que, dentro dele, poderia naturalmente surgir... Assim como surgiu a Frente Parlamentarista, essa frente podia ser ampliada, na medida que o Congresso começasse a sofrer uma pressão maior do povo brasileiro. Cada vez que houvesse uma eleição, o Congresso se iria depurando desse conservadorismo, dessas correntes muito conservadoras ou mesmo reacionárias, já que o povo, adquirindo maior consciência política, votaria em deputados mais comprometidos com a democracia brasileira, com um sistema verdadeiramente democrático. Por isso, eu achava que essa coisa deveria se fazer por etapas. O Congresso estava se fortalecendo.

A.C. — Daí a importância das eleições de 62, para o senhor.

F.J. — Sim; daí a importância das eleições de 62. Eu, por exemplo, participei das eleições com essa convicção. Eu estava convencido de que, utilizando a tribuna do Congresso, que tinha ressonância nacional, eu chegaria mais facilmente a milhões e milhões de brasileiros. Sempre pensei que esse papel do Congresso era decisivo para ampliar a esfera de ação do próprio povo brasileiro, que ia ficando mais consciente da importância do voto.

A.C. — O senhor, então, se identificava mais com o legislativo

do que com as funções executivas.

F.J. — Perfeitamente; sempre fui mais parlamentarista do que presidencialista. Sempre fui mais legislativo do que executivo. Eu achava que o Executivo concentrava muita força, de maneira que transformava o regime presidencial em uma espécie de ditadura do Poder Executivo.

A.C. — Uma ditadura temporária.

F.J. — Temporária, por suposto. O que eu queria era limitar essa concentração de poder nas mãos do presidente, ou do governador de estado, ou do prefeito de município. Sempre dei muito mais importância aos vereadores, aos deputados de Assembléia Legislativa, aos deputados federais e aos senadores do que propriamente ao presidente, ao governador e ao prefeito do município. E sigo pensando assim.

A.C. — À medida que o governo, no caso o Jango, radicalizava as suas posições em favor de uma reforma agrária, o senhor, em um certo sentido, não o acompanhava.

F.J. — Sim; eu não cria, tanto que chamei a reforma do Jango de reforma de beira de rodagem. O que o Jango realmente pretendia fazer — e insisto muito neste ponto — era aplicar, no Brasil, o programa da Aliança Para o Progresso, nada mais do que isso. E eu considerava que esse programa, a médio prazo, iria atender aos objetivos da própria oligarquia nacional e aos interesses do imperialismo. Para mim, isso constituía um perigo para o desenvolvimento de um processo democrático autêntico ou revolucionário, como se queira chamar, onde houvesse mais participação de massas, onde as massas não fossem mediatizadas.

Meu temor era mais do que justificável. Eu tinha que partir do princípio de que Jango dizia: "Nunca serei capaz de

chegar ao socialismo". Ademais, ele tinha motivos para não chegar ao socialismo: era um grande proprietário de terras, gostava muito de criar gado e não estava disposto a perder esses privilégios. Portanto, ele estava comprometido mais com essa classe que dominava o poder do que propriamente com a que pretendia participar do poder, como os camponeses, a classe obreira e os setores mais pobres da sociedade brasileira. Essa convicção levou-me, naturalmente, a começar a criticar duramente a reforma agrária do Jango, a reforma agrária que estava sendo mobilizada pelo Pinheiro Neto.

A.C. — Mas ele queria também a reforma da Constituição, ou não?

F.J. — É possível que Jango quisesse a reforma da Constituição. Admito que quisesse, mas...

A.C. — Mas talvez não para a reforma agrária.

F.J. — Admito que quisesse a reforma da Constituição para ter mais possibilidades de manipular o problema da terra: Jango iria ter mais força. O problema que eu via nisso era que Jango estava tratando de canalizar para o seu partido — e nada mais legítimo —, para o Partido Trabalhista, a massa do eleitorado brasileiro. Em suma, ele queria fortalecer o seu partido. Mas ele tinha limites dentro do seu partido, limites que coincidiam, naturalmente, com a sua ideologia.

Percebi isso perfeitamente bem e considerei que era o momento pelo menos de denunciar a existência desse fato e trabalhar no sentido de criar uma outra consciência, de não alimentar, no povo brasileiro, a ilusão de que Jango iria realmente fazer uma reforma agrária capaz de atender às necessidades de 30 ou 40 milhões de camponeses considerando o chefe de família com os seus familiares. Eu achava que estávamos

tão avançados, tão amadurecidos para uma verdadeira reforma agrária no Brasil, e ao mesmo tempo tão atrasados nesse terreno, que era preciso avançar rapidamente, a fim de acompanhar a marcha da industrialização do país.

A.C. — O senhor achava que, no fundo, Jango estava querendo possivelmente arranjar novos eleitores na área rural para ampliar as bases sociais do Partido Trabalhista.

F.J. — Exatamente; isso é verdade.

A.C. — O senhor acha que a campanha de sindicalização se deu nesse sentido?

F.J. — sim; haveria mais controle sobre a massa camponesa, através do Ministério do Trabalho. Eu via o movimento sindical bastante controlado, o chamado fenômeno do peleguismo, e o que eu mais temia era justamente que esse fenômeno pudesse se alastrar e ir até o campo, mediatizando grande massas camponesas que necessitavam desesperadamente da terra. Esse foi o meu temor, que explica o meu distanciamento para com Jango. Comecei a criticar publicamente essas posições do Jango, em artigos, em conferências, em debates, e naturalmente isso chegava ao seu conhecimento.

A.C. — Isso chocou muito o Partido Comunista, na época, pois o partido tinha uma posição muito cautelosa, não?

F.J. — Muito cautelosa. Como eu tinha outras divergências com o partido, é possível que, por uma questão de compromisso com o Jango, o partido mantivesse uma posição mais cautelosa.

A.C. — O senhor acha que o compromisso do Jango em termos de sindicalização se deu mais com a Igreja do que com o

partido?

F.J. — Sim, claro.

A.C. — Como é que o senhor vê essa distribuição de poder em Pernambuco, em termos de controle dos sindicatos etc.?

F.J. — Bem, em Pernambuco há uma coisa muito importante. Era um estado que tinha muito mais autonomia do que outros estados da federação brasileira em relação a Jango, ao presidente. É preciso considerar que, em Pernambuco, estava um governador que não coincidia absolutamente com as posições de Jango. Era um homem que tinha uma postura muito mais avançada, muito mais comprometido com os trabalhadores do que o Jango, não é? Jango era um homem muito mais limitado. Então, Pernambuco tinha essa característica muito especial: possuía um governador muito mais identificado com os trabalhadores, com os camponeses, com as massas mais pobres do estado. Aí, a força de Jango não era tão poderosa.

Ademais, aí havia amanhecido o movimento camponês, havia uma mobilização de massas muito forte, tanto na cidade do Recife quanto no interior. E se não houvera isso, naturalmente, Miguel Arrais não seria o governador do estado. Isso demonstra que Pernambuco estava, por conseguinte, na vanguarda do movimento popular no Brasil. Jango devia ter certo receio. Evidentemente, hoje já se pode dizer que ele teria muitas preocupações com o seu próprio destino político e o destino político de Miguel Arrais. Arrais era um homem que estava crescendo nacionalmente, e creio que, por isso, o Jango cometeu alguns erros em Pernambuco, quando mandou controlar muito as atividades do governador.

A.C. — Através do Justino Alves Bastos?

F.J. — Sim; através do comandante do IV Exército, o general

Justino Alves, que era seu compadre, seu amigo. Jango, naturalmente, confiou em que ele controlasse um pouco essa situação em Pernambuco. Isso estava bem claro, bem evidente. Quero dizer que, em Pernambuco, o trabalho de Jango não foi tão evidente como em outras partes do país, onde ele tinha mais possibilidades de negociar com essas forças, com a Igreja...

Veja o caso de Minas Gerais! Esse é bem patente. Já no Rio Grande do Sul, o ex-governador Leonel Brizola teria também uma posição mais marcada do que a do Jango. No Rio Grande do Sul, o controle do Brizola era mais forte. Posso dizer, e é curioso, que a história do Brasil sempre encontrou nesses dois estados, Rio Grande do Sul e Pernambuco, as suas vanguardas. Durante muito tempo, esses dois estados coincidiram, a ponto de se dizer que um pernambucano é um gaúcho e pé; naturalmente, o gaúcho é um pernambucano a cavalo. Havia certas coincidências.

O governador do Rio Grande do Sul, no meu modo de pensar, estava muito mais perto de Arrais do que do Jango. Era mais fácil encontrar identidade entre o trabalho de Brizola e o de Arrais do que entre o de Brizola e o de Jango. De maneira que aí também houve dificuldades, a ponto de o Brizola entrar em conflito com o próprio cardeal Vicente Scherer. Houve um momento em que eles romperam, em que tiveram dificuldades. Essas dificuldades contribuíram *inclusive* para que o Brizola me convidasse para ir ao Rio Grande do Sul, fazer conferências, participar de grandes concentrações. Ele me deu muita cobertura. E isso quando era ainda governador do Rio Grande do Sul, porque os conflitos começaram nessa época.

A.C. — E ele tentou fazer uma reforma agrária no Rio Grande.

F.J. — Ele tentou, e buscou, *inclusive*, uma identidade, uma aproximação com as ligas camponesas. Evidentemente, havia

outros problemas, e era uma coisa mais moderada, mas ele ten tou. Creio que o Brizola estava muito mais próximo do movimento camponês do Nordeste do que o Jango, essa justiça n ão temos que lhe fazer. Então, quero dizer que em Pernambuco, por exemplo, as ligas camponesas, o Partido Comunista, um se tor da Igreja... Não se trata, absolutamente, da Igreja to- da, mas de um setor da Igreja, que se radicalizou e que, por conseguinte, foi arrastado por essas forças tão poderosas.

Aí estão o padre Crespo e o próprio padre Melo, que, em princípio, identificou-se muito com as ligas, com o pró- prio partido. Somente depois é que o padre foi mostrando, pouco a pouco, que não era aquele homem que pensávamos estar tão comprometido com o movimento. Como eu dizia, era capaz de dar uma no cravo e outra na ferradura. Tinha, por conse- guinte, uma posição que, a princípio, muita gente não sentiu. Eu senti, porque, quando vi que ele estava impugnando muito as ligas camponesas, tratei de ver o que ele pensava e aonde queria chegar. Até que ele chegou ao que chegou, quando Ar- rais já era governador, definindo-se de forma bastante clara. E a posição que ele tomou foi precisamente a posição de com- bater, de frear o movimento camponês em Pernambuco.

A.C. — O senhor acha que, desde o início, talvez houvesse essa intenção da Igreja de frear o movimento?

F.J. — Não; estou-me referindo ao padre Melo.

A.C. — Exato, mas o senhor acha que o padre Melo era repre- sentativo da cúpula, da estrutura da Igreja, ou não?

F.J. — É tão difícil definir a posição do padre Melo! A princípio, ele parecia muito mais identificado com a gente, com os que tinham esta preocupação de levar a reforma agrá- ria às últimas conseqüências. Depois é que, pouco a pouco,

fomos percebendo que não era, realmente, um homem identificado com o movimento camponês — não digo identificado de forma incondicional, mas de forma consequente. Mas isso foi depois.

A.C. — E o padre Crespo?

F.J. — O padre Crespo era um homem mais sereno e via o problema com muito mais objetividade. Estava bem mais identificado com o pensamento da Igreja de João XXIII, da Igreja pós-conciliar, do que o padre Melo. O padre Crespo era mais culto, uma pessoa com quem se podia dialogar com mais tranquilidade. Eu, por exemplo, tinha muito mais facilidade de me identificar com o padre Crespo do que com o padre Melo, apesar de o padre Melo parecer muito mais acelerado do que o padre Crespo. Eu gostava mais das posições do padre Crespo, da forma como ele conduzia o problema. Creio que o padre Crespo estava dentro do pensamento da verdadeira Igreja pós-conciliar.

A.C. — O senhor não teve nenhuma dificuldade em se relacionar com essas forças da Igreja que procuravam trabalhar os sindicatos do mundo agrário?

A.F. — Não; não houve dificuldades, absolutamente, mesmo com o Partido Comunista. Na fase da grande mobilização, a liga camponesa tinha às vezes certos atritos, ou melhor, alguns companheiros da liga tinham certos atritos. Alguns haviam sido membros do Partido Comunista e dele tinham saído, por conseguinte, tinham uma postura um tanto pessoal em relação a outros companheiros do partido. Mas eu, não; sempre parti do princípio de que tínhamos que dialogar, tínhamos que eliminar as diferenças para poder conduzir o movimento adiante.

A.C. — E naquelas áreas onde houve atritos entre os membros das ligas e os membros dos sindicatos?

F.J. — Sim; houve muitos atritos. Eu, naturalmente, tratava de interferir no sentido de superar esses atritos. Muitas vezes compareci, precisamente, para buscar um diálogo, superar o atrito, porque eu considerava que o partido não era, absolutamente, um inimigo, nem a Igreja, depois que ela começou a tomar uma posição em favor dos camponeses.

A.C. — Mas havia uma luta muito acirrada pelo controle da organização.

F.J. — Sim; havia uma luta acirrada.

A.C. — E o senhor achava isso benéfico ou maléfico?

F.J. — Foi prevendo essas lutas que, imediatamente depois de decretada a sindicalização, tratei de fundar sindicatos. Fundei sindicatos em toda a zona canavieira, 36 sindicatos que foram fundados e aprovados pelo Ministério do Trabalho. Contratamos várias pessoas para trabalhar nisso, porque era uma burocracia tremenda. Eu ia com freqüência ao Rio de Janeiro, e acabei fundando realmente os sindicatos. Prevendo a possibilidade de atritos, fundei os sindicatos.

Não obstante, o partido, de um lado, e as ligas camponesas, de outro lado, quer dizer, alguns quadros, alguns elementos que participavam das ligas, os condutores das ligas passaram a chamar esses sindicatos de "sindicatos das ligas", querendo com isso dizer que se tratava de um sindicato mais radicalizado, mais conseqüente, que não aceitava absolutamente a interferência de elementos que iriam frear o trabalho da sindicalização rural.

A.C. — Quais eram os mais representativos desses 36 sindicatos que o senhor fundou?

F.J. — Em toda a zona canavieira, em qualquer município que você vá, em Pernambuco, você encontra os sindicatos. Qualquer sindicato que esteja aí funcionando foi fundado por nós. Agora, é claro que, dentro desses sindicatos, se deram todas essas lutas.

A.C. — Muitos foram criados pela Igreja.

F.J. — A Igreja criou alguns sindicatos; criou vários sindicatos.

A.C. — O de Jaboatão foi criado pelas ligas ou pela Igreja?

F.J. — É preciso deixar essa coisa bem esclarecida.

A.C. — Sim; é um aspecto muito complexo.

F.J. — Muito complexo. Haveria que buscar no Ministério do Trabalho — e esses processos devem existir — quais foram os sindicatos fundados pela Igreja e fundados pelas ligas. Então, vai-se ver essa coisa curiosa: a quase-totalidade dos sindicatos fundados na zona canavieira ~~o~~ foram por iniciativa das ligas. Nós é que processamos tudo, fizemos todos os trabalhos. Tive que comprar uma máquina com o carril bastante grande, para poder meter aí as folhas. Tinha uma série de funcionários trabalhando exclusivamente nessa tarefa, e que conheciam e dominavam perfeitamente bem essa burocracia do sindicalismo.

Agora, não obstante os sindicatos haverem sido fundados em grande parte pelas ligas, neles entrou a Igreja, entrou o partido — e funcionavam aí dentro. As diretorias se dividiam: às vezes nela predominavam elementos do Partido Comunista, ou elementos da liga, ou da Igreja. Então se deu o conflito, que eu tratava de harmonizar.

A.C. — O partido era muito forte na zona do sul, não?

F.J. — Sim; aí ele era muito forte, como em Palmares, por exemplo. Mas o sindicato de Palmares foi fundado pela liga.

A.C. — É fascinante esse aspecto.

F.J. — Sim; foi fundado pela liga. Tornou-se muito forte, porque, aí, concentrou-se o Gregório. Gregório Bezerra foi cortador de cana, era um excelente orador, homem ativo, trabalhador ativo, sério. Ele aí se concentrou muito, e pôde influir bastante, porque transferiu a sua residência para Palmares. Aí viveu e aí foi preso...

A.C. — E isso criou problemas para ele, com a cúpula do partido, ou não?

F.J. — Não; não creio que haja criado. Gregório era um homem muito disciplinado.

A.C. — É curioso isso, não? O partido dava ênfase ao trabalhador rural, ao proletário rural, na sua ideologia, mas o Gregório, na verdade, sendo um homem muito próximo da experiência camponesa, fez essa síntese quase impossível entre a ideologia do partido e a sua experiência de vida.

F.J. — Creio que existem, naturalmente, algumas contradições que o Gregório eliminava, por um problema de disciplina. O Gregório homem, que tem essa vivência, essa experiência, é um; e o Gregório membro do Partido é outro. Quando ele fala de sua experiência, parece um homem desatado, um homem solto. Mas quando entra no esquema do partido, então o Gregório se fecha mais e toma, às vezes, posições que não correspondem às do outro Gregório. Há esse conflito. Quem sabe, um dia, quando ele escrever as suas memórias — dizem que ele está elaborando ou que já elaborou suas memórias —, pode ser que esse conflito se solucione em favor do Gregório mais identificado

com o camponês, com o cortador de cana, com o trabalhador, do que o Gregório disciplinado pelo partido, que cometeu alguns erros. O Gregório já foi stalinista. Depois, ele se abriu e tomou uma posição contrária ao stalinismo. Creio que isso criou alguns problemas, *inclusive* para o próprio Gregório.

A.C. — Mas é inegável que, no último ano antes da revolução, no decorrer de 63, e talvez mesmo antes, a partir de 62, o Partido Comunista ganhou terreno em Pernambuco. Ele, que praticamente inexistia em 1961, conseguiu ganhar um controle enorme sobre os sindicatos.

F.J. — Sim; o partido encontrou todo um caldo de cultura; todo um clima preparado para poder se desenvolver, sobretudo nessa zona, onde o camponês já estava muito sensibilizado. Ademais, o partido apoiou também a candidatura de Miguel Arrais, não devemos esquecer disso. O partido também buscou uma relação próxima com a Igreja. O partido não tinha atritos com Jango: entre eles havia uma relação mais ou menos amistosa. Claro, um tratava de engolir o outro.

Evidentemente, dentro dos sindicatos, havia uma luta feroz entre os elementos do Partido Trabalhista, janguistas, e os elementos do Partido Comunista. O Jango levava sempre vantagem, porque estava no poder, dispunha de mais recursos e, naturalmente, tinha mais possibilidades de manipular a classe obreira. Mas, em Pernambuco, por exemplo, se deu essa coisa. O partido não tinha dificuldades de relacionamento com o Jango ou com a Igreja. Eu tinha mais dificuldades, porque tinha uma posição mais radical, mais avançada.

Considero que as ligas foram mais conseqüentes, e com esta grande desvantagem: eram um movimento e não um partido, e, como movimento, muito mais sujeitas à infiltração do partido, da Igreja e de elementos sectários, que criavam

problemas, como a invasão de terras. Por conseguinte, o movimento, que devia se ter transformado em um partido para poder adquirir mais disciplina e controlar melhor o trabalho do campo, o trabalho das ligas, o movimento sofreu realmente essa penetração, e isso explica o seu descenso.

A.C. — O descenso, enquanto movimento, não sei; enquanto organização, eu concordaria, mas não enquanto movimento. Na verdade, houve uma generalização do movimento.

F.J. — Sim; claro, enquanto organização. A liga, por conseguinte — e por isso é que eu disse que a liga era mãe do sindicato, como foi mãe de muita coisa —, acolheu dentro de si muita gente. Uns tinham interesse em limitar os seus passos; outros, o interesse em radicalizar e sectarizar mais os seus passos. Então, deu-se dentro da liga toda essa luta.

A.C. — Quer dizer que o senhor, no fundo, perdia cada vez mais tempo para tentar...

FINAL DA FITA 6-A

F.J. — De passagem, antes que eu me esqueça, já que falamos tanto nessa coisa do movimento camponês, eu queria relatar algo que considero muito importante para analisar bem esse fenômeno. A liga camponesa não tinha profundidade; tinha mais horizontalidade. Por se tratar de um movimento, e não de um partido, ela não ia amarrando os adeptos, de forma que eles pudessem ter uma disciplina. A liga camponesa tratava de sensibilizar, de tal sorte que, quando eu chegava, por exemplo, no interior da Paraíba, e, depois, no interior do Rio Grande do Norte... Fundei ligas lá em Mossoró e já estava entrando através do Ceará, através do vale do Jaguaribe, porque

havia, naturalmente, um movimento no Norte, controlado pela Igreja e pelo partido...

A.C. — Aonde?

F.J. — No norte do Ceará. Então, comecei a entrar por dentro, pelo sul. Eu disse: "Vou entrando por dentro, pelo interior; não venho da capital, não". Então, no Piauí, no fundo do Piauí, me contavam algumas pessoas, que participavam de campanhas políticas, deputados etc... Aí está o depoimento do deputado Clidanor Freitas, que foi da Frente Parlamentar e também o relator da Comissão de Inquérito que andou por todo o Nordeste, investigando esse fenômeno chamado ligas camponesas. Nessa época prestei depoimento na Câmara Federal, como deputado estadual; falou o padre Melo; falaram todos os grandes latifundiários e terratenentes; ou, então, o comandante do IV Exército, o Costa e Silva. É interessante que você veja isso na Câmara.

A.C. — Em que ano foi?

F.J. — Isso foi em 1961. Eu estava ainda como deputado estadual. Foram a Pernambuco, falar com Francisco Falcão. Tomaram o testemunho de gente de todas as camadas sociais, na Paraíba, no Ceará. Essa comissão viajou por todo o Nordeste. Foi muito interessante o trabalho da comissão, cujo relator foi Clidanor Freitas. Esse é um homem que também podia ser escutado. Ele está muito rico, hoje, lá no Piauí. É um médico muito importante, está muito bem de vida. Estava também este menino, Andrade Lima Filho, por Pernambuco; estava também Neiva Moreira; havia um grupo de deputados. A comissão chegava na Assembléia Legislativa de um estado, aí se instalava e começava a tomar testemunhos.

Eu invoco isso porque alguns deles me referiam que,

no interior do Ceará e do Piauí, onde eu ainda não tinha possibilidades de chegar, quando, por exemplo, se cometia uma arbitrariedade contra o camponês, ele dizia: "Não tem importância, não. A liga vem por aí. Um dia, ela chegará aqui também". Era uma esperança. Isso é muito importante para mostrar que já havia uma grande massa de camponeses sensibilizados. O movimento da liga foi importante porque criou toda uma consciência, sensibilizou massas de toda parte do Nordeste. Quero salientar isso para mostrar que o movimento era muito maior nesse sentido do que como organização. Como organização, era muito fácil de ele ser penetrado e até destruído. Por isso é que não foi difícil.

A.C. — Nesse particular, eu pediria ao senhor para falar sobre a influência das forças internacionais sobre a popularidade do movimento, que é um aspecto importante, ao qual o senhor se referiu ontem.

F.J. — Sim; o movimento cresceu mais nesse sentido, não é? A gente tem que considerar que o fenômeno cubano também correu para que o movimento saísse da página policial para a página internacional. Tinha havido uma revolução agrária, que acabou criando um problema com os Estados Unidos. Havia a figura de Castro, dos demais líderes etc. E coincidiu que, quando se deu a revolução, o movimento camponês já existia. Já estava marchando muito antes da vitória da revolução. Naturalmente, setores da burguesia internacional começaram a se preocupar com a hipótese de surgir um outro país ou uma outra região contestando ou impugnando as teses do imperialismo.

Todo o mundo sabe que a Aliança Para o Progresso foi a resposta que John Kennedy deu à Revolução Cubana. E começaram a chegar jornalistas, televisão etc., no Nordeste, para

ver esse fenômeno. Não digo que foi coincidência. Não foi coincidência, essa coisa foi intencional. Em verdade, trataram de dar ao movimento uma dimensão que ele não tinha. Para falar com toda a honestidade, não havia essa dimensão. Mas de repente, por toda a América Latina, em qualquer parte em que eu ia, Uruguai, Chile ou Peru, em qualquer país da América Latina, eu encontrava referências ao movimento das ligas camponesas, encontrava gente curiosa por saber qual era a proporção desse movimento, como estava se desenvolvendo.

Criou-se toda uma mitologia em torno da liga, e considero que esse trabalho foi muito bem pensado pelo imperialismo. O imperialismo denunciou o perigo de uma nova Cuba, ou o perigo de um movimento agrário que pudesse desembocar em uma revolução violenta. Assim, tratou de amedontrar toda a oligarquia nacional, toda a burguesia do Brasil, a partir do momento em que os conflitos sociais começaram a se aguçar muito em todo o país, sobretudo no Nordeste, com o aparecimento de um governo como o de Miguel Arrais — um governo evidentemente antiimperialista, um governo nacionalista.

Um dia, quando se puder avaliar a exata dimensão do movimento das ligas, se verá que foi um movimento que adquiriu uma grande horizontalidade, uma grande importância em sensibilizar as massas, não em organizá-las. Eu disse ao Calado: "Agitar é fácil; organizar é que é o problema". E precisamente nesse momento em que se iniciou a infiltração mais forte e o movimento começou a ser tragado por dentro, eu estava tratando de organizar. Eu via que, se eu não me organizasse, a linha que a liga adotava — uma linha autônoma, de impedir que o camponês pudesse ser controlado e mediatizado — iria sendo, pouco a pouco, destruída. Havia forças poderosas e bem organizadas trabalhando nesse sentido, para mediatizar, para conter esse movimento que estava crescendo

no sentido horizontal, no sentido de sensibilização de massas, mas não de organização.

A.C. — Nesse sentido é que penso que o senhor foi sempre muito só no processo político, porque, no fundo, foi o primeiro a pensar na organização camponesa como uma possibilidade; foi o primeiro a tentar organizar e a sensibilizar, inclusive as camadas urbanas, para uma possibilidade de reforma agrária. Em termos de liderança nacional, acho que o senhor foi o primeiro a fazer isso. Finalmente, se olharmos atentamente para o ano de 63, que é um ano decisivo, vamos ver muitas forças políticas atuando, mas nenhuma delas exatamente na posição em que o senhor talvez gostaria que estivessem.

F.J. — Bem, procurei ser conseqüente. É possível que o nosso movimento não estivesse absolutamente preparado para isso. Agora, era curioso, porque, absolutamente, nunca estimulei as invasões de terra. Todas as invasões de terra que ocorreram em Pernambuco foram conseqüência do sectarismo e do aventureirismo de muitos companheiros que trabalhavam na liga, ou que nela se infiltravam para disputar liderança. Nunca tratei de disputar liderança, porque essa coisa não se disputa. Um líder, creio, é uma pessoa que surge de um processo, é como que a cristalização de um processo. É claro que ele deve reunir certas condições — sensibilidade, identidade —, mas considero que seja sempre a cristalização de um processo.

A.C. — Processo que ele também contribui para cristalizar.

F.J. — Sim; por isso digo que ele deve reunir certas condições. Essas condições, eu as tinha, e era fácil de observar. Primeiro, porque vivi no campo, identifiquei-me muito com os camponeses e senti o seu sofrimento. Tenho raízes: o romantismo do meu avô, o comportamento do meu pai, a vergonha que

eu tinha, quando ia para a escola e o meu companheiro de brincadeiras não ia, tudo isso me afetava muito. Ademais, eu tinha tido contato com as idéias revolucionárias e havia a circunstância de eu ter assumido um compromisso comigo mesmo de defender, como advogado, essa causa.

A.C. — Havia muito de advogado em seu engajamento.

F.J. — Sim; havia muito. É claro que, com o tempo, vai-se amadurecendo, adquirindo outros instrumentos. Foi o caso, por exemplo, de eu utilizar a poesia popular, os violeiros e até a Bíblia, porque vi que o camponês era místico. É preciso também não esquecer que venho de uma família católica.

A.C. — E o senhor é católico?

F.J. — Não digo que seja, porque realmente rompi com o catolicismo quando tinha 18 anos e descobri a existência do materialismo histórico, passando a ler essas coisas todas. Mas, no fundo de todo indivíduo que, durante toda a sua infância, foi marcado por determinada religião, fica uma essência, ficam certas ressonâncias, digamos, místicas. Vou dar um exemplo, embora eu não esteja certo de que esse é o momento de dizer uma coisa como essa, prestando um depoimento. Talvez fosse mais interessante para umas memórias bem elaboradas, escritas com muito cuidado.

Gosto de ir às igrejas, e uma coisa que me encanta é um templo, sobretudo um templo bonito e bem organizado. Gosto de vê-lo. O incenso me agrada, o órgão me agrada, sobretudo a música — não a música que há algum tempo se usa, a música moderna. Sou um homem que se sensibiliza muito quando escuta, por exemplo, o barroco, e mais que o barroco, quando escuta a grande música que a Igreja criou, naturalmente para levar a um grau extremo o misticismo de seus participantes.

É a grande música do coro de vozes, que ainda hoje, quando se canta, é uma maravilha, com as vozes bem afinadas. Como se chama? Às vezes me ocorre o nome, mas agora me escapou. Então, existe essa coisa, e também a preocupação de nunca entrar em choque com uma Igreja que tem a consciência mística do povo em suas mãos. Isso é muito importante, e eu respeito.

A.C. — O senhor não rejeita essa religiosidade popular — não digo a credice —, como uma coisa vergonhosa?

F.J. — Não, não; absolutamente.

A.C. — Ao contrário, o senhor acha que é um potencial que merece respeito e consideração, e que deve ser assimilado? Nesse sentido, o senhor seria um marxista muito particular, um marxista-humanista.

F.J. — Bom, não entendo o marxismo, nem o catolicismo, nem o cristianismo fora do humanismo. Entendo que tudo está em função do homem. Para mim, o homem é o centro de tudo. E creio que este era o pensamento de Cristo. Cristo tratou de transformar o homem em carne viva. Cristo centralizou e se sacrificou pelo homem. A forma como Cristo se sacrificou e se conduziu, durante todo o seu curto processo de contato com o homem, foi nesse sentido de dar-lhe dignidade. É uma coisa que a gente observa no cristianismo. É claro que isso de se haver desviado e de ter tomado...

A.C. — O senhor, ao contrário de muitos da sua geração, não aderiu ao marxismo renegando totalmente as suas origens religiosas. Não digo no sentido de crença, mas refiro-me à circunstância de que no fundo, o senhor não é um anticatólico.

F.J. — Não, não. Absolutamente, não sou um anticatólico.

Acho que você deveria dizer anticristão. Depois do II Vaticano, usa-se dizer que existe o cristão e o não-cristão, quando se quer referir a outras religiões, ou aos ateus, aos materialistas. Mas sinto uma grande simpatia e sempre fui capaz de dialogar com qualquer bispo, ainda que ele se comportasse de maneira áspera comigo. Eu entendia que, muitas vezes, ele estava em uma posição equivocada, em uma posição sectária, dentro de um casulo. Não sendo capaz de romper esse casulo, ele perdia a identidade com o próprio cristianismo de Cristo. Então, eu via que era possível o diálogo. E, por isso, sempre pensei na possibilidade do diálogo entre cristãos e marxistas. Sempre cri nessa possibilidade. E o meu acercamento, por exemplo, com o padre Laje veio disso. Quando o padre Laje publicou um artigo em que admitia o diálogo entre cristãos e marxistas, fui imediatamente a Minas Gerais e me identifiquei com ele.

A.C. — É curioso, porque o senhor precedeu a todas aquelas idéias dos marxistas franceses, como Garaudi e outros, que procuraram buscar o caminho de um humanismo marxista, de um marxismo que não fosse incompatível com o cristianismo.

F.J. — Basta dizer o seguinte: quando houve os primeiros pronunciamentos do II Vaticano, de João XXIII, e acabava-se de publicar a *Mater et magister*, eu proclamei, em discurso, na liga de Santa Rita: "João XXIII é um papa camponês". Isso saiu em manchete, em vários periódicos: "João XXIII, papa camponês, declara fulano, em uma concentração em Santa Rita, na Paraíba". Sempre adotei essa posição.

A.C. — E por isso as suas relações com o Partido Comunista deviam ser muito complexas. Não sei se difíceis, mas, em todo o caso, complexas, porque havia aquela afinidade ideológica

de um marxismo comum e, por outro lado, havia no senhor uma certa recusa daquela organização sistemática do partido, da organização quase que celular, dispiplinada. Evidentemente, isso deve ter criado um problema muito concreto na prática política.

F.J. — Claro; eu tinha muitos problemas relacionados com os métodos, com a metodologia. Sempre fui muito flexível, e, por causa dessa grande flexibilidade, tornava-se difícil, por exemplo... Tratava-se de uma flexibilidade em que eu nunca perdia de vista os objetivos, o horizonte, a consequência, o resultado onde se queria chegar. Às vezes, isso criava-me certas dificuldades para as relações com o partido, com Miguel Arrais, com o Jango. Apesar de ser flexível, eu tinha metas, tinha objetivos, e daí advinham as dificuldades.

A.C. — O senhor, nesse sentido, era bastante rígido, quanto aos seus propósitos finais.

F.J. — Quanto aos propósitos, eu era absolutamente invulnerável. Nunca admiti, e não vou jamais fazê-lo, que esses propósitos sejam afetados. Os princípios são sagrados.

A.C. — Eu queria saber isso do senhor, porque, *a posteriori*, as coisas sempre ficam mais claras, mas, na época, poderia parecer que a sua posição tornava o governo Arrais mais frágil. Digamos que o senhor tivesse dado a ele um apoio mais decisivo. Olhando as coisas no momento em que ocorreram, pode-se ter a impressão de que a sua recusa em participar de uma maneira mais total dessas composições que havia — fosse o governo Arrais, fosse o Jango, fosse a Frente de Mobilização — e que poderiam eventualmente estar mais próximas ao senhor, isso pudesse ter criado mais uma frente. Não sei se fica clara a minha preocupação.

F.J. — Sim. O problema é o seguinte: sempre tratei de incorporar a massa camponesa ao processo de desenvolvimento da democracia brasileira. Isso era a minha meta, o meu objetivo, que eu nunca perdia de vista. Quando eu via qualquer coisa que pudesse afetar esse objetivo, colocá-lo em segundo plano, é claro que eu me tornava difícil.

A.C. — Intransigente, mesmo.

F.J. — Sim; eu poderia dizer intransigente. Eu não poderia transigir com uma coisa que havia absorvido durante toda a minha vida. Eu estava convencido da injustiça de não se incorporar toda essa imensa massa, embora muito tardiamente, já que o camponês é uma vítima de séculos e séculos. Enquanto a classe obreira já estava sindicalizada, já tinha uma série de direitos, já estava sendo beneficiada por toda uma legislação trabalhista desde 1930 ou 32, o camponês só foi adquirir o direito ao salário mínimo...

Este salário mínimo nunca lhe foi pago, a não ser em Pernambuco, durante o último ano do governo de Arrais, e somente ao camponês que cortava a cana — somente em Pernambuco e em uma parte da Paraíba —, porque se começou a levantar uma greve nas usinas. Mas Vargas decretou o salário mínimo para o camponês no dia 1º de maio de 1943. São datas de que não esqueço, porque eu estava preocupado com que o salário mínimo chegasse também ao camponês. E nunca lhe foi pago.

A.C. — Claro. Foi na Consolidação das Leis do Trabalho.

F.J. — Sim; portanto, 20 anos depois, em 1963, é que se pagou o salário mínimo ao camponês, em Pernambuco.

A.C. — Quando o senhor pensou em utilizar o Código civil,

deve ter pesado a sua experiência de ter visto que a legislação social não era suficiente para impor a aplicação de uma medida.

F.J. — Claro. Era preciso, portanto, em primeiro lugar, quebrar a força do latifúndio, fazendo uma revolução democrática no campo. E eu vi que a única forma de quebrar essa força era utilizando um instrumento da própria burguesia, o Cõdigo civil.

A.C. — O seu grande propósito era o de incorporar o campesinato à vida política.

F.J. — Exatamente. Toda vez que eu sentia que esse ou aqule governo, esse ou aquele partido, essa ou aquela organização tratava de limitar os meus passos nesse sentido, eu não entrava absolutamente em confabulação. Eu considerava que, se eu acertasse, estaria traindo a minha própria causa, que era a causa dos camponeses. Eu confundia todo o meu trabalho com essa tragédia do camponês. Isso me afetava.

A.C. — Como foi essa greve de 63, em Pernambuco? Foi por aumento de salários?

F.J. — Sim, por aumento de salários. Nessa greve, os camponeses, as ligas, os sindicatos, todos compuseram uma verdadeira frente. Nesse momento, estavam todos de acordo, não houve absolutamente nenhuma discordância. Era incorporar as massas camponesas à legislação trabalhista. Simplesmente queríamos que o homem do campo, o trabalhador do campo, o camponês, o cortador de cana, o plantador de cana e a gente das usinas, todos tivessem os mesmos direitos que tinha a classe operária, porque a legislação já permitia.

A.C. — Mas o Arrais estava aplicando, através das tabelas,

uma série de medidas.

F.J. — Não; o Arrais começou a aplicá-las, mas encontrou muita resistência. Então, toda a massa se congregou, todos os sindicatos e ligas se reuniram em torno do governador. E o governador aceitou o que era justo, quer dizer, patrocinou a greve.

A.C. — E, logo depois, houve uma greve por aumentos?

F.J. — Não, não. Na greve, reivindicava-se um aumento de salário, o repouso semanal remunerado, férias e o décimo-terceiro. A greve englobou tudo. De um dia para o outro, quando o ministro do Trabalho, Amauri Silva, chegou a Pernambuco para solucionar a greve, houve os entendimentos e todos estavam ali: a liga, os sindicatos, os partidos, Arrais. Estavam todos reunidos. Nesse momento, a frente era completa e absoluta, não havia nenhuma discrepância. Na liga, inclusive, discutiu-se muito os problemas do plantador de cana, do que metia o reboleiro de cana dentro do buraco, do que cortava... Eram detalhes que custaram muito a entrar em discussão, porque era preciso distinguir o salário deste e daquele etc. Mas foram detalhes.

Eram 200 mil camponeses em greve, e havia piquetes bem organizados. O movimento realmente foi belíssimo. Pararam-se todas as atividades das usinas, de tal forma que se proibiu até que se cortasse o capim para dar ao cavalo do usineiro, o seu cavalo de preferência, aquele no qual passeava. Até isso se proibiu: "Não, o cavalo tem que passar fome, como nós estamos passando". Greve muito bem organizada, com os piquetes armados com suas foices e tudo isso. Não se fazia nada; imobilizou-se a vida econômica do estado. O Amauri veio, deu 80% de aumento, todas as coisas que os camponeses queriam: salário mínimo, repouso semanal remunerado...

Tudo o que a classe obreira tinha, tinha o camponês, e com uma vantagem: é que a classe obreira era mais fácil de ser burlada, e o camponês, como tinha uma dimensão política...

O camponês é capaz de dar um salto daqui para ali e, quando ele se esclarece, é capaz de ir às últimas consequências. Então, o camponês zelava cuidadosamente para que se lhe pagasse tudo. Usineiro não faltava, ninguém faltava. Assim, o camponês passou a receber mais do que o obreiro na cidade, porque, na cidade, o obreiro recebia salário mínimo e passava a ter uma posição muito inferior à do camponês, em relação a outras partes da legislação trabalhista. O Anauri, que estava ansioso para solucionar o problema, disse essa frase, que é histórica: "Essa greve aqui de 200 mil camponeses é muito mais importante do que uma greve de 800 mil ou um milhão de metalúrgicos em São Paulo, porque isso, agora, vai desencadear um movimento, em todo o país, em defesa do camponês".

A.C. — Tenho a impressão de que, pouco depois, houve outra greve, acho que em dezembro.

F.J. — Não; houve, em seguida, uma greve na zona canavieira da Paraíba. Foi precisamente em Santa Rita, uma greve de camponeses, como uma espécie de rebote dessa onda. A onda chegou até lá. Eles se reuniram, e a usina, imediatamente, tratou de apagar a greve, pagando. Eram os Ribeiro Coutinho. Havia gente interessante entre os Ribeiro Coutinho. Havia um tipo muito avançado que se identificava muito com o movimento camponês: Odilon Ribeiro Coutinho. Era um jovem da geração de Demócrito de Sousa Filho, com idéias avançadas etc. Nunca me esqueço da posição desse usineiro, Odilon Ribeiro Coutinho. Devo ressaltar que ele sempre foi bastante flexível e compreendeu a essência e a importância do movimento

camponês, da justiça no campo.

A.C. — O senhor acha que o Estatuto do Trabalhador Rural foi uma conquista importante para o movimento?

F.J. — Acho que sim.

A.C. — O senhor não participou das discussões. O senhor disse, ontem, que não estava no Congresso.

F.J. — Sim; considero que o estatuto foi consequência de toda essa mobilização. Não se pode dizer sempre que algo saiu da cabeça de um homem ou de um determinado momento histórico. Tudo é uma cadeia. Foi a consequência de tudo isso. Mas considero que foi positivo.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.C. — Eu queria perguntar ao senhor como foi a questão de Barreiros, já que o senhor mostra muito bem com as ligas foram sendo minadas por um movimento extremista muito desarticulado, que levou, inclusive, os camponeses quase que a um estado de sublevação, que o senhor tentou controlar.

F.J. — Realmente, em Barreiros, houve um conflito muito sério. As ligas, como já lhe expliquei aqui, foram infiltradas, e alguns companheiros chegaram a sectarizar muito o movimento, utilizando a invasão de terras — como a invasão das terras de Constâncio Maranhão, de Alarico Bezerra e de outros. Em Barreiros, certos grupos estavam interessados em criar problemas para o governo de Arrais. Esses grupos estavam vinculados às ligas camponesas. Meteram-se no movimento e criaram um problema seriíssimo com uma grande massa de trabalhadores do campo, que cortavam cana, a ponto de jogarem os trabalhadores contra a classe obreira, contra os trabalhadores

da usina. Ameaçaram, inclusive, invadir a usina, destruí-la e liquidar com os trabalhadores. Como essa massa de camponeses era imensa, o conflito tornou-se tão sério que o próprio governador me pediu para que eu fosse lá tentar amainar.

Viajei até lá pela primeira vez. Anunciou-se que eu ia chegar e que iria haver uma grande concentração. Realmente houve a concentração. A própria usina estava tão preocupada com o problema que facilitou o transporte para levar toda a massa camponesa dos engenhos até a cidade de Berreiros. Aí, houve uma concentração calculada em cerca de dez mil camponeses. Toda aquela região foi mobilizada. Tive que falar largamente sobre os problemas; discurssei cerca de quatro horas. Estava precisamente perto de mim um elemento da liga: o homem que se havia metido aí. Era um aventureiro, e não me recordo agora de seu nome. Estava infiltrado e criando toda a sorte de conflitos entre os camponeses e os trabalhadores da usina.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

F.J. — Então, juntaram-se dez mil pessoas e tive que lhes falar largamente, explicando bem os problemas e tratando de mostrar que esse conflito era absurdo, que não podia haver conflito entre um trabalhador de usina e um trabalhador do corte de cana, que a usina era um patrimônio que deveria ser cuidado, porque os camponeses não podiam destruir aquilo que havia sido a obra, o sangue e o sacrifício do tempo dos escravos. Disse que eles haviam edificado essa usina e o canavial também (havia ameaça de pôr fogo no canavial). Eu disse: "Não se pode tocar fogo em um canavial, porque é como se vocês estivessem tocando fogo em vocês mesmos. Afinal de contas, bem ou mal, vocês daí tiram um salários para viver".

Isso foi um discurso imensamente largo, repetindo algumas coisas, para ficar bem na consciência deles.

A.C. — Nesse ponto, o senhor estava muito unido a Arrais, não?

F.J. — Sim; tratei de conciliar. Arrais me pediu para ir lá, e respondi: "Imediatamente, Arrais, não há problema. Vamos conciliar o conflito". Agora, é curioso como aí se deram coisas das quais nunca busquei, mais tarde, uma explicação de Arrais. Havia grupos de Arrais também aí metidos. Não sei se haviam escapado ao controle de Arrais, ou se pertenciam a outras facções também interessadas em aguçar o conflito. O fato é que me pareceu uma coisa muito estranha que houvesse o conflito de Barreiros.

O usineiro estava interessado em um entendimento comigo, estava disposto a ceder um, dois ou três engenhos para fazer uma experiência de cooperativa. Era um homem que não tinha muito amor à terra. Ele dizia: "Casei-me com a filha de um usineiro, herdei todas essas coisas, porém sou um homem de fábrica, sou um industrial". Então, notei que o homem era aberto e tratei de solucionar o conflito, e contribuí para amenizar a coisa. Houve, depois, alguns problemas. Invadiram o sindicato e tiraram a gente de lá, mas, afinal, esse conflito não adquiriu as proporções que se esperava — o que, creio, contribuí muito para evitar.

A.C. — Mas o movimento em si quase se perde com essas pessoas, não?

F.J. — Sim; quase se perde. Houve muita gente que se desviou e que quis dar ao movimento um caráter muito mais violento.

A.C. — E foi isso o que levou àquela experiência fracassada das guerrilhas.

F.J. — Precisamente. Aí estavam elementos que tinham, naturalmente, essa concepção de guerrilha. Estavam metidos aí como se fosse em uma guerrilha, como se fossem assaltar um quartel. Faziam de conta que a usina era um quartel. Em verdade, mostrei a loucura dessa coisa toda. Tratei de mostrar que não havia absolutamente nenhuma concessão ao latifúndio no fato de se buscar uma conciliação entre o homem da usina, o trabalhador da usina, e o camponês. Eram aliados naturais, deviam marchar juntos, pela mesma causa, pela obtenção de melhorias de salário etc. Mas surgiram vários conflitos, aí mesmo, dentro dessa usina, que tiveram um reflexo muito forte em muitos setores.

A.C. — Era a usina de Barreiros.

F.J. — Sim. Já não me recordo do nome do usineiro, mas posso dizer que tinha uma fábrica de tecidos muito importante entre Olinda e Recife, a Tacaruna. Ele era o dono da fábrica. E tinha fábricas em São Paulo. Era um homem muito rico. Tinha bancos...

A.C. — O senhor não se lembra do nome dele?

F.J. — Não. Era gerente de banco, uma pessoa sumamente tratável. Tratei com ele e vi que era muito avançado para o Brasil. Se não me engano, era filho de espanhóis. Casara com a filha do usineiro e herdara tudo isso. O comportamento dele era o de um homem que compreendia perfeitamente bem o problema e sabia que era inevitável o avanço do movimento, bem como sentia a própria necessidade de organizar e dar um outro estado à massa camponesa. Ele entendia isso. E essas coisas nós tratamos de forma muito reservada, mas creio que

isso transpirou e criou um certo... Não sei se criou ciúmes em outros setores, e a gente quis bloquear uma coisa que podia ser uma experiência muito bonita nessa usina. Ele disse: "Eu dou tudo, você pode dispor das terras e fazer uma grande experiência de cooperativa ou de fazenda coletiva, o que você quiser. Não faço a menor interferência".

A.C. — Então, naquele momento, houve uma tendência realmente foquista dentro do movimento. Achavam que seria possível realizar uma guerrilha.

F.J. — Não; uma rebelião popular. Aí seria o caso de rebelião popular e, evidentemente, eu estava contra tudo isso. Eu considerava que era necessário ir criando e aumentando a mobilização das massas camponesas, mas dentro de um processo que não desprezasse os elementos clássicos da luta — tanto que eu participava de todas as campanhas. Nunca me neguei, absolutamente, a participar de uma campanha eleitoral. Até a uma campanha municipal eu ia. Quantas vezes candidatei elementos da liga! Muitos deles foram candidatos a vereador dos municípios, e ganharam. E alguns eram camponeses. Isso ocorreu em Bom Jardim e em várias outras partes. Eu cria, como já disse aqui, no Parlamento, na Assembléia. Sempre cri na importância de uma voz dentro do Parlamento. E, nisso, eu não estava sendo contraditório: era um princípio leninista. Lênin acreditava na voz de um elemento dentro do Parlamento, para denunciar, para dar uma voz a quem não tinha.

A.C. — E foi pensando nisso que o senhor disse, anteontem, que a fascinação que Cuba exerceu sobre muitos políticos, na época, sobre muitas pessoas, inclusive sobre o senhor, possa ter sido prejudicial?

F.J. — Sim; aceito que essa fascinação foi prejudicial. E

admito mais: a culpa foi dessas pessoas, e não propriamente de Cuba. Cuba estava no seu papel histórico; fez uma revolução, foi vitoriosa etc. Porém, nós, que íamos a Cuba, vínhamos acelerados. Muita gente trazia a ilusão de implantar Cuba na América Latina, quer dizer, transformar os Andes em uma Sierra Maestra. Havia essa frase, não? Então, creio que muitos de nós caíamos nessa ilusão.

A.C. — É o transplante de que o senhor se queixou tanto da última vez.

F.J. — Sim; é o transplante. Não fui absolutamente levado a esse extremo. Sempre exaltei e sigo exaltando a Revolução Cubana. Considero que foi um grande feito na história da nossa América, da América Latina, mas creio que muita gente, ao invés de tratar de interpretar a realidade de seu país, simplesmente fez um transplante. Está provado que os transplantes, em qualquer terreno, ainda não produziram efeito. Barnard, por exemplo, depois de dez anos, considera que tudo o que fez resultou em nada.

A.C. — Por quê?

F.J. — Porque não se encontrou ainda um meio de neutralizar o rechaço. Todo transplante sempre gera um rechaço, seja no organismo humano ou em um organismo social.

A.C. — Sobretudo porque envolve o coração.

F.J. — Sim; sobretudo o que envolve o coração. Então, há que ver essas coisas. Mas, realmente, considero que assim foi.

A.C. — E o senhor foi dos poucos políticos proeminentes, na época, que não pediu asilo, em 64.

F.J. — Sim; não pedi asilo. Eu considerava que era justo

permanecer no Brasil. Nesse momento, cheguei a lançar um manifesto considerando que, como já haviam liquidado todas as liberdades democráticas e o Parlamento já estava praticamente liquidado com a saída dos parlamentares mais consequentes, eu fazia uma convocação para que o povo resistisse como pudesse. É conhecido esse manifesto. Lancei-o e fiquei no Brasil, para naturalmente tentar organizar a resistência dentro do país. E convoquei outros líderes para que também permanecessem no país.

A.C. — Mas não foi possível. Em 65, o senhor, depois de sua prisão...

F.J. — Sim; três meses depois de haver permanecido na clandestinidade, caí preso. Não podia me mobilizar, não tinha recursos. Eu estava tentando fazer uma conexão, um entendimento com o Brizola, que já estava no Uruguai, para ver se era possível auferir alguns recursos para que eu me mantivesse no país, não para fazer a guerrilha. O meu plano era distinto. Eu pensava que era possível organizar, seguir o trabalho clandestino durante oito ou dez anos, criando consciência — disfarçado, naturalmente. O meu grande sonho era esse. Sempre achei que não se pode pensar em uma revolução sem que exista uma base social capaz de suportá-la. Sempre cri nisso, porque, se o povo não está disposto a tomar um caminho, não adianta absolutamente artificializar. Por isso é que sempre fui antifoquista.

A.C. — Sim. E o senhor saiu do Brasil em que ano?

F.J. — Eu saí do Brasil no penúltimo dia do ano de 1965.

A.C. — O senhor ficou quanto tempo preso?

F.J. — Fiquei 18 meses preso. Fui preso em vários cárceres: em Brasília, no Rio de Janeiro, na Fortaleza de Santa

Cruz.

A.C. — E o senhor estava em Goiás quando foi preso?

F.J. — Eu estava em um lugar muito interessante, muito estratégico. Estava perto de Brasília, na confluência de três estados. Viajando alguns quilômetros, eu podia entrar em Goiás, ou em Minas Gerais, ou em Mato Grosso. Aí vivi algum tempo. É claro que tinha planos para sair dali. Eu estava me preparando para ir para a foz do Tocantins e, do Tocantins, eu subiria para tentar chegar ao Amazonas. Eu tinha toda uma idéia, e queria que alguns amigos permanecessem no Brasil. Eu sabia que tinha influência em vários estados da federação.

A.C. — A última pergunta que eu lhe faria é por que é que o senhor veio para o México, e não para Cuba, dadas as suas relações de proximidade com a Revolução Cubana?

F.J. — Vou-lhe explicar. Primeiro, tentei a Embaixada da Iugoslávia, mas não me deram asilo, porque havia um conflito entre Cuba e Iugoslávia, naquela época. Naturalmente, me viram muito próximo de Cuba, tendo relações muito cordiais com Fidel Castro e, então, me negaram o asilo. Busquei, em seguida, a Embaixada do Chile. Também me negaram; foi a primeira vez que negaram asilo político a um brasileiro. Outros o conseguiram facilmente, e, a mim, me negaram, apesar de haver contado com a dialética do prof. Sobral Pinto, que foi à embaixada, discutir com o embaixador, e de Tiago de Melo...

[FINAL DA FITA 6-B]

F.J. — Em suma, foi toda uma grande odisséia para conseguir um asilo político. Com a negativa da Embaixada do Chile, busquei a de Argélia. Acabava de cair Boumedienne, havia problemas,

e pediram-me para esperar um mês, mas não era possível mais esperar. Havia sido decretado o Ato-2, que eliminou os partidos políticos e restringiu mais ainda as liberdades democráticas no país. Então, vi-me na contingência de buscar uma outra embaixada, mas, antes, fiz gestões para ver se permanecia no Brasil. Essas gestões fracassaram, porque nenhuma organização se sentia em condições de me dar a clandestinidade. Foi quando, através do meu amigo, o escritor Antônio Calado, consegui fazer um contato com a embaixada do México, e o embaixador me deu o asilo político.

Vim para aqui, e aqui recebi um convite para ir viver em Cuba. Expliquei-lhes que eu preferia permanecer aqui e sofrer todas as agruras do exílio, sem dominar bem o espanhol — eu não dominava nada de espanhol —, e escrevi uma longa carta, agradecendo a Fidel Castro. Lá, eu ia ser personalidade: acesso a rádio, facilidades etc. E eu entendia que, como havia pedido asilo político aqui, eu deveria aqui permanecer. Afinal de contas, era um país irmão, um idioma fácil de ser dominado, ao passo que, por exemplo, na Iugoslávia... Eu não pensava propriamente em Iugoslávia, mas sim na Argélia. Seria realmente muito difícil para mim aprender o croata, e o espanhol, nem tanto, não é? Então, por isso, permaneci aqui. Creio que foi uma decisão muito acertada. É um país cheio de grandes contrastes, um grande mosaico, onde comecei a aprender muito e a ter uma visão mais clara dos problemas da América Latina.

A.C. — Há uma presença camponesa muito forte.

F.J. — Sim; uma presença camponesa forte. Em Moreros, por exemplo, há o contato com os velhos soldados de Zapata. Faz uns quatro ou cinco anos que estou investigando, tomando os testemunhos desses últimos soldados, e sinto o camponês aqui,

por toda parte. O camponês é um só em todo o mundo, porque a sua relação é com a terra, e aí se cria. É facil de identificar. Aqui, não me sinto um estranho; é como se fosse um prolongamento do Brasil. Toda a América Latina é para mim, hoje, como se fosse uma grande pátria. Estou satisfeito, esperando oportunidade para um regresso, um retorno, quando se derem as condições, quando o Brasil realmente se redemocratizar e tomar o curso que tomou, por exemplo, depois de 1945. Aí se fez uma Constituinte, saiu a Constituição de 46, os partidos políticos começaram a funcionar, voltaram as liberdades democráticas, e espero que essa situação se reproduza, já em outra dimensão histórica. Tenho essa esperança, porque sou um homem de esperanças.

A.C. — Dr. Julião, muito obrigada por seu depoimento.

[FINAL DO DEPOIMENTO]